

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA**

Kênia Guimarães Furquim Camargo

**EDUCAÇÃO CATÓLICA E PRESENÇA DOMINICANA EM GOIÁS (GO): A
CULTURA ESCOLAR NO COLÉGIO SANT'ANNA (1940-1960).**

Paranaíba/MS

2014

Kênia Guimarães Furquim Camargo

**EDUCAÇÃO CATÓLICA E PRESENÇA DOMINICANA EM GOIÁS (GO): A
CULTURA ESCOLAR NO COLÉGIO SANT'ANNA (1940-1960).**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, área de concentração em Educação, Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Ademilson Batista Paes

Paranaíba/MS

2014

C178e

Camargo, Kênia Guimarães Furquim

Educação católica e presença dominicana em Góias (GO): a cultura escolar no Colégio Sant'Anna (1940-1960)/ Kênia Guimarães Furquim Camargo. - - Paranaíba, MS: UEMS, 2014.

172f.; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Ademilson Batista Paes.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba.

1. Escola confessional. 2. Educação feminina. 3. Ensino religioso. I. Camargo, Kênia Guimarães Furquim. II. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade de Paranaíba, Mestrado em Educação. III. Título.

CDD – 268

Bibliotecária Responsável: Susy dos Santos Pereira - CRB1º/1783

KÊNIA GUIMARÃES FURQUIM CAMARGO

**EDUCAÇÃO CATÓLICA E PRESENÇA DOMINICANA EM GOIÁS (GO): a Cultura
Escolar no Colégio Sant'Anna (1940 – 1960)**

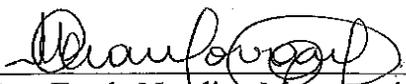
Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação, Linguagem e Sociedade.

Aprovada em 30 de abril de 2014

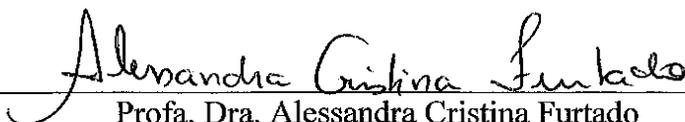
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Ademilson Batista Paes (Orientador)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)



Profa. Dra. Estela Natalina Mantovani Bertoletti
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)



Profa. Dra. Alessandra Cristina Furtado
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Dedico este trabalho aos meus pais, Isselandia e Armando, por terem, com sabedoria, conduzido meus primeiros passos para que eu pudesse trilhar caminhos e conquistar objetivos; ao meu esposo Eduardo pelo apoio nos momentos difíceis e por acreditar em mim; aos meus queridos e amados filhos Eduardo Henrique e Luyza; aos meus queridos irmãos Ceane e Júlio que sempre torceram por mim. Enfim, este título que busco é dedicado a vocês!

AGRADECIMENTOS

A Deus que, com suas bênçãos e proteção, me encheu de forças e coragem para vencer todas as dificuldades e conseguir este título tão sonhado.

Ao Professor Dr. Ademilson Batista Paes, meu mestre e orientador, pela competência, pelo entusiasmo, pela sabedoria partilhada com que me orientou a trilhar os caminhos da pesquisa, onde seus incentivos e paciência foram fundamentais e por ter confiado e acreditado que eu, uma graduada em Ciências Exatas, pudesse realizar uma pesquisa histórica na área da Educação.

Às professoras doutoras Alessandra Cristina Furtado (FED/UFGD) e Estela Natalina Mantovani Bertolotti (UEMS), por terem aceito a composição para a Banca de Exame de Qualificação e pelas contribuições valiosas.

Aos professores da UEMS pelas aulas profícuas proporcionadas em cada disciplina cursada no mestrado.

A professora Raquel Discini, professora da UFU, com a qual cursei disciplina como aluna especial, pelas suas contribuições por meio de suas aulas cheias de entusiasmo e conhecimento, para que eu pudesse trilhar o caminho da pesquisa científica.

Às irmãs e ex-alunas do Colégio Sant'Anna, D. Terezinha Veiga Jardim e D. Ritinha Veiga Jardim, pelas informações preciosas e pelo tempo dedicado a mim, prestando informações com seus depoimentos e suas experiências vividas no colégio e demais colaboradoras e ex-alunas por importantes informações que proporcionaram relevantes conclusões para esta pesquisa.

Aos funcionários do Arquivo Público de Goiânia, pela disponibilização de material para a consulta.

Ao Marco Antônio pela atenção e por proporcionar acesso aos documentos do IPHBC (Goiânia), bem como oferecer fontes valiosíssimas de seu próprio acervo para fundamentar meu trabalho.

À Regina, responsável pela guarda dos documentos, arquivados no Colégio Sant'Anna, assim como pela atenção por parte da Gestora Ana Lúcia e demais funcionárias.

À Fátima Cançado, funcionária da Fundação Educacional da Cidade de Goiás – Casa Frei Simão Dorvi, pela atenção e disponibilização de todo acervo referente ao meu objeto de pesquisa.

À minha amiga Cida, por termos trilhado juntas parte de nossa caminhada rumo ao título de Mestras, pelas trocas de experiências, com quem compartilho minhas vivências e aprendizagens; à minha querida companheira de viagem Wilciene e colega do mestrado por termos nos permitido partilhar nossas alegrias, conquistas e incertezas.

Ao professor Mestre Lindomar da Silva Barros, coordenador do Curso de Pedagogia do ISEAR, que sempre me apoiou em busca deste sonho.

Ao meu querido pai Armando que muitas vezes me acompanhou em minhas viagens a Paranaíba para que eu pudesse assistir às aulas. Pai, este título também é seu!

À minha querida e amiga de todas as horas, minha mãe Isselandia que sempre foi e será exemplo de vida, coragem, determinação e fé. Obrigada mãe, por tudo que sempre fez e ainda muito faz por mim!

Aos três maiores tesouros de minha vida, Eduardo, Eduardo Henrique e Luyza. Seremos sempre uma família.

RESUMO

A pesquisa teve como foco, o Colégio Sant'Anna, primeira instituição de ensino confessional direcionada à formação da juventude feminina na Cidade de Goiás/GO. Objetiva-se, com este estudo, examinar a presença da Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils em terras goianas, assim como pesquisar a gênese e história dessa instituição, como também a cultura escolar presente nas relações docentes e pedagógicas. O Colégio esteve vinculado à segunda casa de missão no Brasil, instalada também na antiga capital do Estado de Goiás. O recorte temporal se ancora no período de 1940 a 1960, por constatarmos que esta unidade de ensino possuía farta documentação que permitisse entrever sobre o processo de gênese e constituição desse estabelecimento de ensino no período em questão. Para tanto, a problematização partiu das seguintes questões: quais foram os marcos históricos da Congregação das Irmãs Dominicanas de Monteils em terras brasileiras, bem como em goianas? Qual a atuação dessas religiosas junto à infância enquanto ferramenta de consolidação do catolicismo nesse recanto do país, como também suas práticas pedagógicas? O que a instituição escolar representou para a cidade de Goiás, bem como para o estado? No que tange à busca, catalogação e análise das fontes, foram identificadas e utilizadas: mensagens dos governadores de Goiás, livros de matrículas, atas de exames finais, documentos oficiais expedidos pelo Colégio. Por outro lado, utilizou-se dos aportes teórico-metodológicos da História Oral na coleta de entrevistas com ex-alunas e ex-professoras da escola, que contribuíram para se compreender a cultura escolar e propostas pedagógicas presentes no cenário do Colégio. Em termos gerais, o estudo da história desse Colégio permitiu compreender as práticas desenvolvidas nesse espaço escolar. A instalação do Colégio Sant'Anna representou, para a cidade de Goiás, bem como para o estado, no período, uma oportunidade de acesso à instrução e formação humana, mas que trouxe em seu bojo os princípios e doutrina católicos, contribuindo também para a manutenção e consolidação dessa religião no interior goiano, sendo similar ao que também ocorreu em outras regiões do país.

Palavras-chave: Colégio Sant'Anna. Congregação Dominicana. Escola Confessional. Educação Feminina. Ensino Primário.

ABSTRACT

This research was focused on Sant'Anna School, first confessional school aimed at the education of young women in Cidade de Goiás/GO. This study aims at examining the presence of the Congregation of the Dominican Sisters of Our Lady of Rosário de Monteils in the state of Goiás, as well as researching the genesis and trajectory of the institution, and the school culture present in the pedagogical and teaching relations. The School was connected to the second mission house in Brazil, also settled in the former capital of the state of Goiás. The time frame of this research goes from 1940 to 1960, because this school had abundant documentation that allowed us to investigate the genesis and constitution process of this teaching institution in that period. For this purpose, the research started from the following problems: what were the landmarks of the Congregation of Dominican Sisters of Monteils in Brazilian lands, as well as in the state of Goiás? What was the role of these nuns as a tool of consolidation of Catholicism in children in this corner of the country, as well as their teaching practices? What did this educational institution represented to Cidade de Goiás and the state? As far as the search, cataloguing and analysis of the sources, messages from the governors of Goiás, enrollment books, final exams minutes, official documents issued by the school were identified and used. On the other hand, we used the theoretical and methodological contributions of Oral History in the collection of interviews with former students and former teachers of the school, which contributed to understand the school culture and the educational proposals present in the School. In general terms, the study of this School history allowed us to understand the practices developed in this space. The installation of Sant'Anna School represented to Cidade de Goiás and also to the state of Goiás, at that time, an opportunity to access instruction and human formation, but they brought with them the Catholic doctrine and principles, thus also contributing to the maintenance and consolidation of this religion in the interior of Goiás, similarly to what happened in other regions of the country.

Keywords: Sant'Anna School. Dominican Congregation. Confessional School. Women's Education. Primary School.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| FIGURA 1 - Domingos de Gusmão – Fundador da Ordem dos Pregadores (OP)..... | 32 |
| FIGURA 2 - Dom Cláudio José Ponce de Leão – Bispo incentivador das missões dominicanas no estado de Goiás, década de 1890..... | 38 |
| FIGURA 3 - Dominicanos em frente à Igreja Nossa Senhora do Rosário na Cidade de Goiás, década de 1890..... | 41 |
| FIGURA 4 - Primeiros Dominicanos que colaboraram com as missões em Porto Nacional, 1905..... | 43 |
| FIGURA 5 - Congregações estrangeiras no Brasil..... | 47 |
| FIGURA 6 - Sede da Congregação das dominicanas na década de 1880, França..... | 63 |
| FIGURA 7 - Passaporte das primeiras dominicanas, 1885..... | 68 |
| FIGURA 8 - Irmãs Dominicanas na Cidade de Goiás, 1889..... | 77 |
| FIGURA 9 - Primeira aluna interna do Colégio - D. Quimbita e neta, 1889..... | 78 |
| FIGURA 10 - Colégio Sant’Anna, no Largo do Chafariz, início do século XX..... | 79 |
| FIGURA 11 - Irmãs Dominicanas em momento de lazer, 1897..... | 84 |
| FIGURA 12 - Novo grupo de Dominicanas, 1912..... | 85 |
| FIGURA 13 - Dominicanas, início do século XX..... | 88 |
| FIGURA 14 - Colégio Sant’Anna preparado para receber crianças desvalidas atacadas pela Gripe..... | 89 |
| FIGURA 15 - Colégio Sant’Anna, década de 1930..... | 90 |
| FIGURA 16 - Fachada externa do Colégio Sant’Anna após reconstrução, década de 1950..... | 92 |
| FIGURA 17 - Grupo de irmãs no interior do Colégio após sua reconstrução, década de 1950..... | 93 |
| FIGURA 18 - Fachada externa do Colégio Sant’Anna, na década de 1940..... | 96 |
| FIGURA 19 - Alunas realizando comemoração no pátio do Colégio, década de 1950..... | 97 |
| FIGURA 20 - Sala de aula do Colégio nos anos de 1950..... | 99 |
| FIGURA 21 - Capela do Colégio Sant’Anna, década de 1940..... | 101 |
| FIGURA 22 - Recreios no pátio do Colégio Sant’Anna nos anos de 1940..... | 103 |
| FIGURA 23 - Documento sobre matrículas de alunas estrangeiras no Colégio Sant’Anna..... | 110 |

| | |
|--|-----|
| FIGURA 24 - Relação das alunas filhas de estrangeiros matriculadas no Colégio Sant'Anna... | 111 |
| FIGURA 25 - Alunas pobres mantidas pela Prefeitura Municipal, 1940 | 113 |
| FIGURA 26 - Grupo de irmãs professoras, década de 1960..... | 115 |
| FIGURA 27 – Lista de materiais escolares doados à Escola Doméstica do Colégio Santa'Anna (1949-1960)..... | 123 |
| FIGURA 28 - Alunas do Curso Primário, década de 1950..... | 130 |
| FIGURA 29 - Composição (Produção escrita) sobre a Pátria, 1955..... | 135 |
| FIGURA 30 - Modelo de atividade de Português trabalhada na 3ª série do Curso Primário nos anos de 1950..... | 138 |
| FIGURA 31 - Manual didático adotado na 3ª série do ensino primário, década de 1950..... | 140 |
| FIGURA 32 - Práticas disciplinares contidas na caderneta de uma ex-aluna, 1955..... | 144 |
| FIGURA 33 – Alunas se organizando para assistir a uma apresentação, 1950..... | 146 |
| FIGURA 34 – Dormitório das alunas internas na década de 1940..... | 148 |
| FIGURA 35 – Avaliação de Desenho de uma ex-aluna do ano de 1958..... | 151 |
| FIGURA 36 – Avaliação de História do Brasil aplicada no ano de 1958..... | 153 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| TABELA 1 – Instituições escolares católicas instaladas no Brasil entre 1890-1930..... | 53 |
| TABELA 2 – Escolas Católicas..... | 54 |
| TABELA 3 – Lista de materiais escolares doados para manter as alunas pobres do Colégio Sant’Anna em 1892..... | 82 |
| TABELA 4 – Número de alunas matriculadas no ensino primário do Colégio Santa’Anna (1940-1960)..... | 105 |
| TABELA 5 – Número de alunas matriculadas na Escola Doméstica do Colégio Santa’Anna (1949-1960)..... | 121 |
| TABELA 6 – Crescimento populacional de Goiás, por zona, entre 1940 e 1960..... | 129 |
| TABELA 7 – Disciplinas particulares oferecidas no Colégio Sant’Anna..... | 133 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| QUADRO 1 - Dissertações e teses sobre a História da Educação de Goiás..... | 18 |
| QUADRO 2 – Religiosos dominicanos (franceses) no Brasil..... | 37 |
| QUADRO 3 – Conventos dominicanos..... | 42 |
| QUADRO 4 – Regionais Dominicanas..... | 72 |
| QUADRO 5 – Comunidades mantidas pela Província Nossa Senhora de Guadalupe..... | 75 |
| QUADRO 6 – Alunas pobres que recebiam instrução no Colégio Sant’Anna em 1892..... | 82 |
| QUADRO 7 – Atividades desempenhadas pelas Irmãs no Colégio Sant’Anna..... | 88 |
| QUADRO 8 – Classe social das alunas que estudaram no Colégio Sant’Anna na década de 1940..... | 106 |
| QUADRO 9 – Quadro docente do Colégio Sant’Anna, década de 1940..... | 115 |
| QUADRO 10 – Currículo oficial do ensino primário do Colégio Sant’Anna (1940)..... | 132 |

LISTA DE SIGLAS

FECIGO - Fundação Educacional da Cidade de Goiás – Casa Frei Simão Dorvi.

IPHBC – Instituto de Pesquisa Histórica do Brasil Central.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO | 16 |
| 1 O RAMO MASCULINO E FEMININO DA ORDEM DOS PREGADORES NO BRASIL E EM GOIÁS | 31 |
| 1.1 A fundação, a doutrina e o carisma da Ordem dos Pregadores..... | 31 |
| 1.2 A vinda da Ordem dos Dominicanos para o Brasil e seu projeto missionário em Goiás | 34 |
| 1.2.1 Os dominicanos em Goiás..... | 38 |
| 1.3 O aporte das Congregações religiosas em terras brasileiras: a influência da Igreja Católica | 44 |
| 1.4 O pensamento católico ultramontano e a educação feminina | 49 |
| 1.5 A educação feminina em Goiás | 55 |
| 2 CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DOMINICANAS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE MONTEILS | 61 |
| 2.1 Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário: as origens | 61 |
| 2.2 Dominicanas em terras brasileiras e goianas | 65 |
| 2.3 As províncias da Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils no Brasil | 70 |
| 2.4 A Província Nossa Senhora de Guadalupe | 74 |
| 2.5 O Colégio Sant’Ana: gênese e percurso | 76 |
| 3 UM OLHAR PARA O INTERIOR DO COLÉGIO SANT’ANNA | 95 |
| 3.1 Desvelando a organização do espaço e do tempo | 95 |
| 3.2 As Discentes | 104 |
| 3.2.1 As Martinhas..... | 112 |
| 3.3 As Docentes | 114 |
| 3.4 As Famílias | 119 |
| 3.5 Escola Doméstica | 120 |

| | |
|---|------------|
| 4 A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA DE MENINAS NO COLÉGIO SANT'ANNA..... | 125 |
| 4.1 Caracterizando a instrução primária no Colégio Sant'Anna..... | 125 |
| 4.2 As práticas escolares do Colégio Sant'Anna..... | 131 |
| 4.2.1 Currículo..... | 131 |
| 4.2.2 Método..... | 145 |
| 4.2.3Práticas Disciplinares..... | 146 |
| 4.2.4 Práticas Avaliativas..... | 152 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 158 |
| REFERÊNCIAS..... | 161 |
| INSTITUIÇÕES PESQUISADAS..... | 166 |
| FONTES ORAIS..... | 169 |
| APÊNDICES..... | 170 |
| APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas..... | 171 |
| APÊNDICE B – Autorização para uso de imagem, áudio e dados pessoais e biográficos..... | 172 |

INTRODUÇÃO

Este trabalho, situado no âmbito da história e historiografia da educação brasileira, tem como vertente a história das instituições escolares e focaliza, como objeto de estudo, a cultura escolar do Colégio Sant'Anna. Essa instituição se trata da segunda casa de missão no Brasil, fundada pelas Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, na Cidade de Goiás, no dia 05 de setembro de 1889, na antiga capital do Estado de Goiás, a pedido do Bispo do Estado Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão.

O interesse em estudar esse objeto surgiu mediante o fato de ele ter sido o primeiro Colégio particular de cunho confessional do Estado de Goiás, bem como da Cidade de Goiás. E, aliada ao anseio de conhecer, construir, aprender e analisar fontes, acatei a sugestão de meu orientador Prof. Dr. Ademilson Batista Paes em realizar uma pesquisa histórica, pesquisando um colégio confessional católico, juntamente com o desejo de tentar compreender seu o processo de criação e especialmente de seu Curso Primário.

Nesta pesquisa, procuramos observar as atividades iniciais de tal instituição, dos docentes, dos discentes, além de seu currículo e de suas práticas pedagógicas. Ressalta-se que, a princípio, esta proposta, a de desvelar os muros de uma instituição educacional religiosa, parecia muito distante das experiências de uma graduada em Matemática.

Como mestrande e membro do grupo de estudos, GEPHEB, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba lancei-me nesse desafio marcado por mudanças e novos projetos de buscar reconstruir parte da história da educação feminina ofertada no Colégio Sant'Anna, preocupada em analisar os fatos em sua essência, buscando nas entrelinhas a verdade materializada pelos anos, com o intuito de entender o que do passado está presente no presente. Então formulei as seguintes questões norteadoras dessa investigação:

- Quais foram marcos históricos da Congregação das Irmãs Dominicanas de Monteils em terras brasileiras, bem como em goianas?
- Qual a atuação dessas religiosas junto à infância enquanto ferramenta de consolidação do catolicismo nesse recanto do país, como também suas práticas pedagógicas?
- O que a instituição escolar representou para a Cidade de Goiás, bem como para o Estado de Goiás?

Ao estudar a ação educacional das Irmãs Dominicanas, não queremos apenas demonstrar sua influência junto à população da Cidade de Goiás, mas enfatizar que esse grupo de religiosas agiu, e pela ação, conquistou um lugar na história local. Para tanto, o objetivo geral consiste em contribuir para a historiografia da escola primária (católica) no Estado de Goiás.

No plano específico, pretendemos examinar historicamente a presença da Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils em terras goianas; pesquisar a gênese e história do Colégio Sant'Anna e analisar a cultura escolar presente nas relações docentes e pedagógicas do Colégio.

Quanto à delimitação temporal desse estudo, delimitamos como recorte os anos de 1940 a 1960, por possuir farta documentação que permitisse entrever sobre o processo de gênese e constituição desse estabelecimento de ensino confessional católico.

As Irmãs Dominicanas de Monteils, chegando ao Brasil¹, mais especificamente na Cidade de Goiás, encontraram um vasto campo de atuação, principalmente no que diz respeito à educação, pois como o momento histórico e político da época procurava formar uma nação brasileira por meio da escolarização, vinha ao encontro também dos objetivos das congregações religiosas que aqui se instalavam. Assim, como assinalou Vaz (1997), tais instituições tinham por finalidade a formação das pessoas, nos diversos níveis de ensino, dentre outras potencialidades rentáveis para confissões religiosas.

Cabe assinalar aqui que diversas congregações europeias já se instalavam no país, desde a segunda metade do século XIX, disseminando uma educação clássica pautada nos valores culturais da Europa e que primavam pela obediência e pela disciplina. Dessa forma, as instituições religiosas passaram a ser parceiras nessa tarefa, pois a religião cristã constituía um elemento de suma importância na formação cultural do povo.

Segundo os apontamentos de Dallabrida (2005), a Igreja passou então a colaborar com os poderes públicos, apoiados pela burguesia católica que queria se manter no poder, consolidando uma rede de escolas católicas como parte integrante de seu processo de reestruturação institucional.

Foi nesse contexto que se deu a vinda das religiosas da Congregação das Irmãs Dominicanas para a Cidade de Goiás, no ano de 1889. Tratava-se de um momento em que a

¹ As Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils chegaram ao Brasil, no ano de 1885, na cidade de Uberaba – MG, posteriormente, em 1889, vieram para o Estado de Goiás, Cidade de Goiás – antiga capital do Estado.

Igreja Católica fazia frente a um projeto maior de evangelização da nacionalidade brasileira como maneira de retomar o caráter católico da nação.

A pesquisa da história do Curso Primário do Colégio Sant'Anna foi motivada pelo fato de ele não ter sido objeto de pesquisa até o momento. Assim, a relevância do estudo se associa ao fato de ser inédito no Estado de Goiás, pois, de acordo com Valdez e Barra (2012), pouquíssimas são as pesquisas sobre o ensino primário e, nenhuma, delas é referente ao estudo do Curso Primário de um colégio confessional católico, como pode ser evidenciado no Quadro 1:

Quadro 1 - Dissertações e teses sobre a História da Educação de Goiás

| Instituição | Autor (a) | Título do Trabalho | Ano de defesa |
|-------------------------------|----------------------------------|--|----------------------|
| Dissertações | | | |
| Universidade Federal de Goiás | José Maria Bauduíno | Ensino Superior em Goiás em tempos de euforia: da desordem aparente à expansão ocorrida na década de 80 | 1992 |
| Universidade Federal de Goiás | Maria Auxiliadora Seabra Rezende | O sentido histórico da criação da Faculdade de Educação da UFG | 1997 |
| Universidade Federal de Goiás | Luciene Lima de Assis Pires | O ensino secundário em Jataí nas décadas de 40 e 50 | 1997 |
| Universidade Federal de Goiás | Sandra Elaine Aires de Abreu | A criação da Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão e o protestantismo em Anápolis | 1997 |
| Universidade Federal de Goiás | Ana Maria Gonçalves | Democratização da Educação: uma leitura da CBES 1980/1991 | 1998 |
| Universidade Federal de Goiás | João Oliveira Souza | Criação e estruturação da Universidade Católica de Goiás: embate entre o público e o privado (1940-1960) | 1999 |
| Universidade Federal de Goiás | Revalino Antônio de Freitas | O professor em Goiás: sociedade e estado no processo de constituição da profissão docente, na rede pública de ensino fundamental e médio do Estado | 2000 |
| Universidade Federal de Goiás | Zilda de Araújo Rodrigues | Universidade Federal de Goiás: modernização da estrutura e da organização do trabalho acadêmico - 1984/1997 | 2000 |
| Universidade Federal de Goiás | Mirian Fábria Alves | Faculdade de Direito: das origens à criação da Universidade Federal de Goiás (1898-1960) | 2000 |
| Universidade Federal de Goiás | Divina Maria Carlos | A Pedagogia nas relações sociais no campo brasileiro: a ação educativa da Comissão Pastoral da Terra | 2000 |
| Universidade Federal de Goiás | Marilda Piccolo | A disciplina História da Educação em cursos de pedagogia | 2002 |
| Universidade Federal de | Deniza Geny Silva | A reconstrução histórica da | 2004 |

| | | | |
|---|--|--|------|
| Goiás | Machado Martins | Fundação de Ensino Superior de Rio Verde (FESURV): 1968-2004 | |
| Universidade Federal de Goiás | Danúsia Arantes F. Batista de Oliveira | A expansão dos cursos de Pedagogia em Goiânia: um estudo comparativo | 2005 |
| Universidade Federal de Goiás | Maria José da Silva | A reconstrução histórica do Campus de Catalão | 2005 |
| Universidade Federal de Goiás | Simone Aparecida Borges | Os cursos de história da Universidade Católica de Goiás: um olhar histórico | 2006 |
| Universidade Federal de Goiás | Cristiano Lucas Ferreira | A UEG no olho do furacão: O processo de criação, estruturação da Universidade Estadual de Goiás | 2006 |
| Universidade Federal de Goiás | Joel Ribeiro Zaratim | A reestruturação do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás no período de 1984 a 2004 | 2006 |
| Universidade Federal de Goiás | Jairo Barbosa Moreira | Mulheres docentes: saberes e fazeres na cidade garimpeira, Cristalândia – TO (1980-2007) | 2008 |
| Universidade Federal de Goiás | Leonardo Montes Lopes | Biblioteca Pública Municipal Rosulino Campos: memória, história e leitura | 2008 |
| Pontifícia Universidade Católica de Goiás | Dagmar Junqueira G. Silva | Os Cursos de Matemática da Universidade Católica de Goiás e da Universidade Federal de Goiás: História e Memória | 2003 |
| Pontifícia Universidade Católica de Goiás | Edna Lemes Martins Pereira | Modernização e expansão do ensino em Porangatu na década de 1950 | 2004 |
| Pontifícia Universidade Católica de Goiás | Fernanda Franco Rocha | Cultura e educação de crianças negras em Goiás (1871-1889) | 2007 |
| Pontifícia Universidade Católica de Goiás | Iricelma Borges de Carvalho | O mestre-escola como preceptor particular da cultura letrada em Itaberaí - GO nas primeiras décadas do século XX | 2008 |
| Pontifícia Universidade Católica de Goiás | Warlúcia Pereira Guimarães | Memória e reforma do ensino de História na Rede Municipal de Goiânia (1983-1992) | 2004 |
| Pontifícia Universidade Católica de Goiás | Maria das Graças Prudente | O Silêncio no Magistério: professores na instrução pública em Goyaz, Séc. XIX | 2009 |
| Universidade Federal de Uberlândia | Fernanda Barros | Lyceu de Goyaz: elitização endossada pelas oligarquias goianas (1906-1937) | 2006 |
| Universidade Federal de Uberlândia | Zilda Gonçalves de Carvalho Mendonça | A História da Formação docente: a singularidade da Escola Normal em Rio Verde/GO (1933-1974) | 2000 |
| Universidade Estadual de Campinas | Fátima Inácio Pacheco | O mestre-escola e o processo de publicização da escola em Goiás (1930-1964) | 2005 |
| Teses | | | |
| Universidade Federal de | Gil César Costa de Paulo | A atuação da União Nacional dos | 2009 |

| | | | |
|--|--------------------------------------|---|------|
| Goiás | | Estudantes – UNE: do inconformismo à submissão do estado (1960 a 2009) | |
| Universidade Federal de Goiás | Benvinda Barros Dourado | Educação no Tocantins: Ginásio Estadual de Porto Nacional | 2010 |
| Universidade Federal de Goiás | Regina Célia Padovani | Lugar de escola e “lugar de fronteira”: a instrução primária em Boa Vista do Tocantins em Goiás no século XIX (1850-1896) | 2011 |
| Universidade Federal de Uberlândia | Zilda Gonçalves de Carvalho Mendonça | Extensão: uma política de interiorização da Universidade Federal de Goiás (1972-1994) | 2010 |
| Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho | Ana Maria Gonçalves | Educação Secundária Feminina em Goiás: intramuros de uma escola católica (Colégio Sant’Anna – 1915/1937) | 2004 |
| Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho | Vanda Domingos Vieira | Goyaz, século XIX: as matemáticas e as mudanças das práticas sociais de ensino | 2008 |
| Pontifícia Universidade Católica de São Paulo | Sandra Elaine Aires de Abreu | A instrução primária na Província de Goiás no século XIX | 2006 |
| Universidade Federal de Minas Gerais | Miriam Fábria Alves | Política e escolarização em Goiás – Morrinhos na Primeira República | 2007 |
| Universidade Federal Fluminense | Rubia-Mar Nunes Pinto | Goiania, no ‘coração do Brasil’ (1937-1945): a cidade e a escola re-inventando a nação | 2009 |
| Universidade Federal de São Carlos | Aparecida Maria Almeida Barros | No altar e na sala de aula: vestígios da catequese e educação franciscanas no sudoeste goiano (1944-1963) | 2010 |
| Universidade de Brasília | Thiago Fernando Sant’Anna e Silva | Gênero, História e Educação: a experiência de escolarização de meninas e meninos na Província de Goiás (1827-1889) | 2010 |
| Universidade Estadual de Campinas | Fátima Inácio Pacheco | Formação e profissionalização do docente primário em Goiás: a realização do projeto MEC/UNICEF/UNESCO (1961-1980) | 2011 |

Fonte: VALDEZ; BARRA (2012, p. 131-135)

Percebe-se que, de acordo com o levantamento das autoras no Quadro 1, que entre os anos de 1992 e 2011 foram realizadas 40 pesquisas sobre a História da Educação de Goiás, sendo 28 no nível de mestrado e 12 de doutorado. Quanto à modalidade de ensino, podemos perceber por meio das informações contidas no quadro que:

Dezessete estudos priorizaram o ensino superior, seja no que se refere a investigações abrangentes sobre universidades ou faculdades, seja sobre cursos, disciplinas específicas e outros. Em seguida, em um total de onze trabalhos, estudos gerais incluíram diferentes

modalidades de ensino. Já os estudos a respeito da prática de professores leigos e Escola Normal estão contidos em nove trabalhos. Em relação às produções referentes à educação básica: oito se referem ao ensino secundário e quatro ao primário. A modalidade que inclui pesquisas sobre Educação e Movimentos Sociais se restringiu a apenas umas e outras, de diferentes temáticas, somam três. (VALDEZ; BARRA, 2012, p. 136-137)

A respeito das informações, constantes no Quadro 01, também são pertinentes outras observações como: apenas dois trabalhos se aproximam da temática desse estudo, sendo a tese de doutorado de Ana Maria Gonçalves “Educação Secundária Feminina em Goiás: intramuros de uma escola católica (Colégio Sant’Anna – 1915/1937). Nessa pesquisa, a autora investigou a educação secundária no Colégio Sant’Anna. É importante assinalar que a instituição pesquisada pela autora Ana Maria é a mesma que este trabalho se propôs, porém se diferencia no que diz respeito ao nível escolar, sendo que procuramos evidenciar, neste trabalho, o Curso Primário oferecido em tal estabelecimento de ensino. O outro estudo é de Aparecida Maria Almeida de Barros “No altar e na sala de aula: vestígios da catequese e educação franciscanas no sudoeste goiano (1944-1963)”. Nessa produção científica, a autora discute também sobre a educação católica, mas discorre sobre outra Congregação religiosa.

Seguindo esta linha de análise, podemos ver que o ensino primário goiano representa uma área ainda pouco explorada pelos historiadores da educação e, dentre as poucas pesquisas acadêmicas realizadas sobre essa temática, não houve estudos referentes à educação primária ministrada em colégios confessionais católicos no Estado de Goiás. Dessa forma, faz-se mister ressaltar que esta pesquisa é de grande relevância, pois trará contribuições para a História da Educação de Goiás.

Diante de tais constatações, acreditamos que o estudo da história das instituições escolares é uma temática considerada promissora, pois a reconstituição da história da educação, por meio da investigação de um estabelecimento escolar – sua gênese, evolução, os aspectos do cotidiano escolar - permite compreender o significado político e sociocultural das transformações vivenciadas por essa instituição de ensino, ao longo dos anos, bem como da sociedade na qual ela se encontra inserida. Para Araújo e Inácio Filho (2005, p. 168),

Estas pesquisas centram-se no intuito de compreender a gênese, sua trajetória, a cultura escolar constituída, sua projeção local e regional, suas concepções educativas e pedagógicas, enquanto se configuram como formadoras, bem como irradiadoras de posturas vinculadas ao ideário da escola pública, da escola privada confessional ou não. Nesse sentido, as instituições escolares são fontes fundamentais para a apreensão de uma cultura.

Complementando essa ideia sobre a relevância do estudo da história das instituições escolares, Souza (2008a, p. 281) pontua que “Somente a história das instituições educativas pode reconstituir os enfrentamentos cotidianos, as estratégias e ações dos atores educacionais”, assim como o intrincado e difícil movimento de apropriação das prescrições para o ensino no âmbito de suas práticas.

Ao ter definido o objeto a ser investigado, procurei imediatamente visitar a instituição em apreço, o Colégio Sant’Anna, localizado na Cidade de Goiás a 370 quilômetros de Rio Verde (cidade onde resido), com o intuito de investigar quais eram os documentos que encontraria no arquivo desse estabelecimento de ensino, haja vista que, conforme Nunes e Carvalho (2005, p. 29), “Os historiadores da educação dependem, nas suas investigações, não apenas das questões formuladas dentro de certas matrizes teóricas, mas também dos materiais históricos com que podem contar”.

Nesse sentido, vale destacar que, desde minha primeira visita, pude verificar a riqueza de fontes que o arquivo do Colégio possuía, bem como a existência de outras instituições² destinadas à pesquisa, nessa cidade, além das fontes orais, pois todas as pessoas que visitei e entrevistei me receberam com muito prazer e carinho, além de contribuírem para a realização desse estudo.

Quanto às fontes documentais disponíveis no arquivo do Colégio Sant’Anna, pude constatar, a existência de uma infinidade de documentos e de livros de Atas (matrículas, exames parciais e finais, frequências), ofícios, fotografias, documentos oficiais (Correio Oficial) e até mesmo alguns recortes de jornais.

Dessa forma, a atração provocada pela descoberta das fontes, no caso sobre parte da história do Colégio Sant’Anna, Miguel (2007, p. 31) ressalta a ideia de que “[...] para alguns autores, o arquivo é um nicho que contém não apenas registros e informações, mas também possibilita a sensação da descoberta do real”. O autor, ao analisar as ideias de Farge, relembra que, por meio do contato com os arquivos, “[...] nasce o sentimento ingênuo, mas profundo, de rasgar um véu, de atravessar a opacidade do saber e ter acesso, como após uma longa viagem incerta, ao essencial dos seres e das coisas” (MIGUEL, 2007, p. 32).

² Na Cidade de Goiás, existem duas instituições destinadas à pesquisa, sendo uma delas o Museu das Bandeiras, localizado em frente ao Colégio Sant’Anna e a Fundação Educacional da Cidade de Goiás – Casa Frei Simão Dorvi (FECIGO).

Assim, pelo panorama apresentado por meio das fontes, torna-se nítido tamanho fascínio que elas nos provocam. Então precisamos nos atentar para o fato de que:

[...] não importa se os fatos que se tornam conhecidos são verdades ou mentiras; o que importa é que eles estão ali registrados por algum motivo. Cabe ao pesquisador questionar e descobrir qual é esse motivo. Certamente, o trabalho com as fontes em um arquivo inspira tais sentimentos, mas também impulsiona a descoberta dos porquês das informações ali contidas. (MIGUEL, 2007, p. 32)

Dentro dessa perspectiva, cabe também, ao pesquisador, a tarefa de problematizar suas fontes como também identificar os limites do ver e do dizer de uma época que devem ser observados e distendidos pelo pesquisador. Nessa via, observa-se que:

[...] a pesquisa em história se faz em meio a limites, ela os reinventa, à medida em que as questões vão sendo colocadas. Cada pesquisa, nesse sentido, não é apenas a manifestação de um lugar, mas a sua demarcação e a sua problematização. Isso se dá em meio a diálogos, os quais às vezes podem surpreender. À medida em que o historiador vai tecendo a sua teia, ele o faz trocando idéias e informações com outros saberes, com outros sujeitos do pensamento e da ação cultural, e com isso os campos são dilatados, os percursos são transformados. (CERTEAU, 1982, p. 50)

Ainda de acordo com Certeau (1994), a fonte não existe em si, mas sim o trabalho do pesquisador é que construirá sua história. Como bem salienta Chartier (1990, p. 18), "[...] os documentos que descrevem ações simbólicas do passado não são textos inocentes e transparentes; foram escritos por autores com diferentes intenções e estratégias". Dessa maneira, vale lembrar que tais fontes são produções humanas que podem estar carregadas de interesses pessoais.

É importante destacar que ao pesquisar no arquivo do Colégio Sant'Anna, também visitei o Museu das Bandeiras e a FECIGO, ambas localizadas na Cidade de Goiás, o Arquivo Público de Goiânia e o IPHBC³ (localizados em Goiânia), com o intuito de verificar quais documentos, sobre meu objeto de pesquisa, seriam levados em conta o período delimitado. Encontrei vários documentos, fotos, revistas da educação, inclusive diversas séries de jornais que cobriam de forma fragmentada o período delimitado nesta pesquisa.

Vale ressaltar que é recente a utilização de jornais como fontes para a pesquisa histórica. Estes são importantes fontes para os historiadores que “Buscam pistas verossímeis sobre o passado e compreendem que qualquer fonte histórica, e não apenas os jornais, necessitam ser

³ IPHBC – Instituto de Pesquisa Histórica do Brasil Central.

problematizado não apenas em relação ao que está (ou não) escrito, mas também em relação a como está escrito” (CAMPOS, 2012).

A utilização de jornais, no presente trabalho, veio a somar com outras fontes de pesquisa, na busca de tentar reconstituir, mesmo que parcialmente, parte da história, bem como os fatos relacionados ao nosso objeto de pesquisa.

Quanto ao uso da fotografia, vale destacar que esta é outra fonte muito interessante para a análise das instituições escolares. Nesse sentido, a iconografia como fonte histórica assume papel relevante, mas cabe ao historiador considerar que assim como os testemunhos orais e os textos escritos, é preciso atentar para o fato de que se apresenta apenas uma semelhança com a realidade, mas jamais uma totalidade do que realmente aconteceu. Dessa forma, deve ser utilizada como um signo, ou seja, apenas como a representação de um momento específico e jamais como uma prova do passado. Enfim, as fotografias são:

[...] apenas o ponto de partida, a pista para tentarmos desvendar o passado. Elas nos mostram, um fragmento selecionado da aparência das coisas, das pessoas, dos fatos, tal como formas (esteticamente/ ideologicamente) congelados num dado momento de existência [...]. sabemos que as fotografias não podem ser aceitas imediatamente como espelhos fiéis dos fatos [...]. (KOSSOY, 2000, p. 23)

Por meio das imagens iconográficas, podemos refletir sobre quais práticas sociais elas implicam e sobre qual realidade elas retratam. Assim, cabe destacar que as fotografias utilizadas, principalmente nos dois últimos capítulos desta pesquisa, foram usadas com o intuito de ilustrar os valores da época, do local, bem como o contexto social em que foram produzidas.

Ao lado das fontes documentais, optei também pela utilização da História Oral para uma melhor complementaridade das fontes pesquisadas. Assim, pude conhecer pessoas que vivenciaram as experiências proporcionadas pelas irmãs dominicanas no ensino primário do Colégio Sant’Anna.

Ao utilizarmos, nesta pesquisa, as contribuições advindas da História Oral, é importante entendermos que esta deve ser considerada uma metodologia de pesquisa que auxilia o pesquisador a estabelecer as relações necessárias diante dos inúmeros silêncios e lacunas deixadas pelos documentos escritos, como bem define Alberti, “Pode ser definida como método de investigação científica, como fonte de pesquisa, ou ainda como técnica de produção e tratamento de depoimentos gravados.” (ALBERTI, 2005, p. 17)

Dessa forma, a História Oral, como metodologia de pesquisa, contribui no sentido de elucidar outros olhares a partir de entrevistas com sujeitos atuantes, em um determinado momento histórico. Assim recorremos a Freitas, “[...] lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje. [...] O passado não sobrevive ‘tal como foi’, porque o tempo transforma as pessoas em suas percepções, ideias, juízos de realidade e de valor.” (FREITAS, 2002, p. 66-67)

A voz dada a tais sujeitos é compreendida como fonte documental após a transcrição e aceitação do entrevistado sobre o que foi gravado. Neste momento, o pesquisador precisa levar em consideração a subjetividade do depoente, uma vez que a subjetividade é o mundo interno do ser humano, ou seja, a individualidade de cada ser é composta por emoções, sentimentos e pensamentos, como bem salienta Thompson:

Os fatos de que as pessoas se lembram (e se esquecem) são, elas mesmas, as substâncias de que é feita a história. A mesma subjetividade que alguns veem como uma fraqueza das fontes orais pode também fazê-la singularmente valiosa. Pois, a subjetividade é do interesse da história tanto quanto os ‘fatos’ mais visíveis. O que o informante acredita é, na verdade, um fato (isto é, o fato de que ele acredita nisso) tanto quanto o que realmente aconteceu. (THOMPSON, 1992, p. 183)

Quanto ao trabalho do pesquisador com estas fontes e com outras, faz-se necessário problematizar os documentos utilizados, analisando-os de forma crítica, fazendo questionamentos, como, por exemplo, por que este documento foi preservado e não outro. De acordo com Lopes e Galvão (2005, p. 80), “Só tomamos conhecimento daquilo que o passado quis que fosse memorável”. Dentro desse construto, remetemo-nos à ideia do documento enquanto monumento, haja vista que:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 2003, p. 535-536)

Vale destacar que após visita e pesquisa, nos locais acima mencionados, bem como leitura, fichamento e análise dos dados coletados, pude verificar que possuía, em mãos, uma rica documentação e que a partir desse momento já me sentia capaz de realizar profícuas reflexões sobre meu objeto de pesquisa. A esse respeito, podemos concluir que:

[...] um objeto de pesquisa nunca é dado; é construído. Ou seja, não é um pacote fechado que o investigador abre e investiga. É um conjunto de possibilidades que o pesquisador percebe e desenvolve, construindo, assim, aos poucos, o seu objeto. Por exemplo: diante de uma determinada organização do espaço escolar construído (prédio), o pesquisador pode inferir decisões, projetos, valorações, atribuição e exercício do poder; ou diante dos livros de matrícula, pode inferir e descrever o perfil dos alunos que frequentavam a escola; ou ainda diante de trabalhos escolares, pode verificar as matérias estudadas e a qualidade do ensino ministrado. Enfim, a construção do objeto depende, de um lado, da formação, da experiência, da criatividade e dos valores do pesquisador e, de outro, da existência e do acesso às fontes. Uma escola pode ser vista com base em várias perspectivas, e isso faz da história uma ciência aberta. (NOSELLA e BUFFA, 2009, p. 56-57)

Por fim, após todo o debruçamento sobre as fontes pesquisadas e realização de suas análises, além das leituras realizadas, procedi à escrita desse estudo, mas sempre procurando lembrar dos passos descritos por Bacellar (2006). Esse autor defende a ideia de que:

Munido de armas e precauções [...], conhecimento prévio sobre o assunto (fruto de muita pesquisa bibliográfica a respeito do período estudado e do que concluíram os historiadores que trabalharam antes dele), o pesquisador está pronto para prosseguir na análise e na interpretação de suas fontes. Já pode cotejar informações, justapor documentos, relacionar texto e contexto, estabelecer constantes, identificar mudanças e permanências e produzir um trabalho de História. (BACELLAR, 2006, p. 67-68)

No que se refere à metodologia desse estudo, cabe assinalar que o mesmo se trata de uma pesquisa qualitativa pelo fato de essa abordagem evidenciar questões da realidade que não podem ser quantificadas, conforme enfatizado por Minayo (1994). Complementando essa ideia, Silva pontua que:

As pesquisas qualitativas são aquelas que trabalham com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização das variáveis. A abordagem qualitativa é empregada, portanto, para a compreensão de fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna. (SILVA, 2013)

Nestes encaminhamentos, podemos compreender que ao se contemplar o aspecto qualitativo do Colégio Sant'Anna, considera-se esse estabelecimento educacional como objeto de estudo construído e constituído por pessoas, em determinada condição social, pertencente a determinada classe ou grupo social, com seus significados, crenças e valores, além de acreditarmos que se trata de um percurso que atribui sentido social às experiências vividas sob diferentes circunstâncias, além de projetar o passado no presente imediato.

O presente estudo enfoca o Colégio Sant’Anna como espaço de formação. Para tanto, fez-se necessária a compreensão de que as pesquisas em História da Educação se desenvolveram, no Brasil, a partir das novas correntes historiográficas, especialmente pela Nova História Cultural a partir dos anos de 1990. Nesse contexto, é que assuntos como cultura escolar, formação de professores, livros didáticos, disciplinas escolares, currículo, práticas educativas, questões de gênero, infância, e as instituições escolares surgiram como temas de estudos (NOSELLA; BUFFA, 2009). Assim, é que os pesquisadores passaram a considerar a materialidade e finalidade das instituições escolares, tendo em vista vários aspectos, tais como:

[...] o contexto histórico e as circunstâncias específicas da criação e da instalação da escola; seu processo evolutivo: origens, apogeu e situação atual; a vida da escola; o edifício escolar: organização do espaço, estilo, acabamento, implantação, reformas e eventuais descaracterizações; os alunos: origem social, destino profissional e suas organizações; os professores e administradores: origem, formação, atuação e organização; os saberes: currículo, disciplinas, livros didáticos, métodos e instrumentos de ensino; as normas disciplinares: regimentos, organização do poder, burocracia, prêmios e castigos; os eventos: festas, exposições, desfiles. (NOSELLA; BUFFA, 2009, p.16).

Dessa maneira, com A Nova História Cultural, vários estudiosos começaram a buscar investigar a historiografia das instituições de ensino com novos olhares, visando:

[...] penetrar a caixa preta escolar, apanhando-lhe os dispositivos de organização e o cotidiano de suas práticas; por em cena a perspectiva dos agentes educacionais; incorporar categorias de análise – como gênero –, e recortar temas – como profissão docente, formação de professores, currículos e práticas de leitura e escrita –, são alguns dos novos interesses que determinam tal reconfiguração. (CARVALHO, 1998, p.32).

É importante salientar o quanto a categoria cultura escolar tem sido utilizada e, como decorrência do seu uso, vem se firmando, nesses últimos anos, contribuindo, como afirmado por Faria Filho (2000, p. 110) para “a produção de um novo olhar sobre a escola”. Esse olhar, a partir das reflexões de vários autores como Dominique Julia, Andre Chervel, Jean Claude Forquin e Viñao Frago, tem permitido, além de um diálogo com os vários historiadores e estudiosos de outros campos, como da antropologia, da sociologia, da filosofia, da linguística, a utilização do conceito com base em diferentes perspectivas disciplinares.

Esses autores têm direcionado suas reflexões de diversas formas, cada um buscando adotá-la pelo prisma orientador de suas perspectivas que explicitem as práticas educativas cotidianas que se efetivam no interior da escola, isto é, “acontecimentos silenciosos do seu

funcionamento interno” (SOUZA e VALDEMARIN, 2005, p. 33), que tem-se mostrado desconhecido até mesmo pela ausência de fontes documentais, ou mesmo pela precariedade da organização e da guarda de arquivos.

No que tange à historiografia educacional, há aproximadamente dez anos, a categoria cultura escolar vem subsidiando as análises históricas e assumindo visibilidade na estruturação propriamente dita de eventos do campo e na efetivação das práticas cotidianas de ensino. Assim, para o historiador Dominique Julia (2001, p.10) “[...] a escola não é uma instituição apenas de transmissão de conhecimentos, de inculcação de comportamentos”, mas também como salienta Vidal e Schwartz (2010), um lugar de resistências, de ressignificações, pois normas e práticas são ações humanas, criativas, ativas e, dessa forma, estão imbricadas com a lógica social. Assim, Dominique Julia compreende a cultura escolar como:

[...] um conjunto de *normas* que definem um conjunto de conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”. (JULIA, 2001, p. 10)

É a partir desse contexto que as normas e práticas precisam ser entendidas como aspectos relativos ao contexto de produção, à sua finalidade, a qual varia segundo o tempo, podendo atender às questões de diversas ordens como: religiosa, sociopolítica ou de socialização.

Chervel advoga pela capacidade da escola principalmente no que diz respeito à história das disciplinas escolares. Para o autor, uma “disciplina é em qualquer campo que se encontre, um modo de disciplinar o espírito, quer dizer de lhe dar os métodos e as regras para abordar os diferentes domínios do pensamento, do conhecimento, da arte” (CHERVEL, 1990, p. 180).

Ainda nessa esteira de reflexões, Chervel enfatiza a ideia de que:

Desde que se compreenda em toda a sua amplitude a noção de disciplina, desde que se reconheça que uma disciplina escolar comporta não somente as práticas docentes da aula, mas também as grandes finalidades que presidiram sua constituição e o fenômeno de aculturação de massas que ela determina, então a história das disciplinas escolares pode desempenhar um papel importante não somente na história da educação mas na história cultural. Se pode atribuir um papel “estruturante” à função educativa da escola na história do ensino, é devido a uma propriedade das disciplinas escolares. O estudo dessas leva a pôr em evidência o caráter eminentemente criativo do sistema escolar e, portanto a classificar no estatuto dos acessórios a imagem de uma escola encerrada na passividade, de uma escola receptáculo dos subprodutos culturais da sociedade. Porque são criações espontâneas e originais do sistema escolar é detentor de um poder criativo insuficientemente valorizado até aqui é que ele desempenha na sociedade um papel o qual não se percebeu que era duplo: de fato ele forma não somente os indivíduos, mas

também uma cultura que vem por sua vez penetrar, moldar, modificar a cultura da sociedade global. (CHERVEL, 1990, 184)

Em busca de um maior alargamento da abordagem sobre cultura escolar e, na mesma direção de Chervel, podemos recorrer às explicações de Forquin, porém em uma vertente antropológica. Esse estudioso se dedicou a teorizar sobre os saberes escolares, atuando na intersecção com os estudos sobre currículo. De acordo com Forquin (1993, p. 167), cultura escolar se refere ao:

[...] conjunto dos conteúdos cognitivos e simbólicos que, selecionados, organizados, normalizados, rotinizados, sob o efeito dos imperativos de didatização, constituem habitualmente o objeto de uma transmissão deliberada no contexto das escolas.

Nesse sentido, a escola deve ser entendida como uma instituição que se organiza a partir de normas, de valores, de significados, de rituais, de formas de pensamento, de processos diversos constituídos da própria cultura.

Pela ótica de Frago (1995), podemos compreender que a cultura escolar envolve toda a vida escolar, incluindo, desde as ideias sobre o ensinar e o aprender, até a ação efetiva desse fazer escolar, um olhar direcionado para as práticas instauradas no interior da escola, ou seja, para o seu funcionamento interno.

Desse modo, essa nova visão de História, conhecida como História Nova, tem por objetivo o resgate do cotidiano, das mentalidades e do imaginário da sociedade humana na sua total globalidade.

Assim, esta pesquisa está organizada da seguinte forma: no primeiro capítulo procuramos examinar a história da fundação da Ordem dos Pregadores, a vinda do Frades Dominicanos para o Brasil e para o Estado de Goiás, bem como a atuação destes no Estado. Ainda, nesse capítulo, demonstramos a influência da Igreja Católica na realidade educacional do Brasil; a influência do pensamento ultramontano na formação feminina e por último foi abordado como ocorreu, mesmo que de maneira parcial a educação feminina no Estado de Goiás.

No segundo capítulo, a proposta consiste em descrever a fundação da Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, bem como os acontecimentos depois da chegada das irmãs religiosas em terras brasileiras e goianas. Adentra-se na instituição em apreço com o intuito de nos tornarmos mais conhecedores da história de sua fundação.

Um olhar sobre o interior do Colégio Sant'Anna constitui o escopo do terceiro capítulo, com o intuito de analisar a organização interna deste estabelecimento de ensino, a função do corpo docente diante da educação feminina, a educação recebida e o papel desempenhado pelas discentes, dentro dessa seara educacional, além da descrição da escola doméstica do Colégio Sant'Anna oferecida às alunas carentes da cidade e região.

Já no quarto capítulo, procuramos apreender as funções sociais exercidas pelo Colégio Sant'Anna, abordando a educação primária ministrada pelas irmãs dominicanas. Além disso, buscamos as características do ideário pedagógico ali presente. Portanto, tentamos desvelar parte da história do Colégio, em apreço, no período demarcado por essa pesquisa.

Vale salientar que as considerações aqui apresentadas não têm a pretensão de serem definitivas, estão abertas a novas contribuições, além de esperarmos que este estudo possa contribuir para o alargamento das pesquisas sobre a História da Educação de Goiás.

I. O RAMO MASCULINO E FEMININO DA ORDEM DOS PREGADORES NO BRASIL E EM GOIÁS.

Neste primeiro momento, temos como proposta apresentar a história de Domingos de Gusmão, o qual deu origem à Ordem dos Pregadores⁴ (OP), também conhecida por Ordem dos Dominicanos⁵ ou Ordem Dominicana. Buscaremos compreender um pouco melhor a vida de Domingos de Gusmão e o carisma deixado por ele aos Frades Pregadores desta ordem religiosa, edificando dessa forma os princípios decisivos para os alicerces da Congregação, tanto no ramo masculino, como, posteriormente, no feminino.

1.1 A fundação, a doutrina e o carisma da Ordem dos Pregadores

Domingos de Gusmão nasceu na Espanha, no ano de 1170. E, ao descobrir, desde cedo, sua vocação para a vida religiosa, estudou em Palencia, tornando-se rapidamente cônego no Cabido de Osma. Seu sucesso como religioso aconteceu de forma natural devido ao estilo simples com que pregava, despido de qualquer sinal de autoridade; usava, em suas pregações, uma linguagem acessível que todos compreendiam. Além disso, procurava sempre a vida em comunidade e, ao que tudo indica, estava sempre envolvido emocionalmente com o ambiente religioso, demonstrando ser compassivo perante as misérias humanas, fossem elas de ordem material, intelectual ou espiritual⁶.

⁴ A Ordem dos Dominicanos ou Ordem dos Pregadores é uma instituição religiosa católica que tem como objetivo a pregação da mensagem de Jesus Cristo e a conversão ao cristianismo.

⁵ Os dominicanos não são monges, mas sim religiosos que realizam voto de pobreza, castidade e obediência. Vivem em comunidade, que se designam por conventos que são tradicionalmente junto das cidades. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ordem_dos_Pregadores.

⁶ As informações aqui apresentadas foram consultadas no Site Oficial da Ordem dos Pregadores. (idem)

Figura 1 - Domingos de Gusmão – Fundador da Ordem dos Pregadores (OP)



Fonte: Arquivo do Colégio Sant’Anna (Goiás – GO)

Em 1214, Domingos de Gusmão, tendo um pequeno grupo de 16 seguidores, decidiu solicitar, em Roma, a aprovação de uma Regra para a constituição de uma nova ordem monástica, porém a autoridade pontifícia, liderada pelo Papa Honório III, “Proibiu a aprovação de novas ordens, mas mediante o que foi constatado, já havia pretensão de apoiar o projeto de Domingos de Gusmão” (SANTOS, 1996, p. 20). Dessa forma, o Papa sugeriu que o grupo adotasse a regra de Santo Agostinho de Assis, o que de fato aconteceu.

Assim, em 1216, foi fundada a Ordem dos Pregadores (OP), depois de aprovada oficialmente a constituição da referida ordem, sendo esta, composta por religiosos inteiramente dedicados à missão da pregação, função até então exclusivamente reservada aos bispos. O exemplo de Francisco de Assis e o admirável desenvolvimento da Ordem por ele fundada influenciaram São Domingos⁷ a adotar também na sua ordem nascente, o voto de pobreza.

⁷ No mesmo ano da fundação da Ordem dos Pregadores, São Domingos (Domingos de Gusmão) decidiu dispersar essa pequena comunidade. Alguns foram enviados para a Universidade de Paris, com o objetivo de adquirirem competências de ensino, sendo o estudo um elemento fundamental da Ordem. Outros foram enviados para Espanha, Itália, Inglaterra, Polônia a fim de fundarem novas comunidades e exercerem a pregação nos moldes originais de Domingos.

Na década de 1230, com seu crescimento exponencial, os dominicanos contavam com dezenas de conventos espalhados por toda a Europa e com milhares de membros. É importante salientar que esta ordem nasceu sob a legenda – adotada pelo fundador – designada em latim de Veritas (Verdade), isto é, o estudo, a reflexão e a pregação da verdade revelada por Jesus Cristo e pela Igreja.

O ideal de Domingos de Gusmão e de seus seguidores consistia em seguir a Cristo pobre, que se fez irmão de todos os homens e mulheres a partir dos empobrecidos e dos marginalizados. Daí o carisma da Ordem dos Pregadores “Ide e anunciai o Evangelho a todos os povos”, tendo como missão anunciar, em toda parte, o evangelho pela palavra e pelo exemplo, considerando a situação dos homens e os contextos em que eles viviam.

Dentro deste contexto, é importante ressaltar que o carisma é um importante conceito para o entendimento dos princípios das congregações católicas que se espalharam pelo mundo, a partir do movimento ultramontano. Como salienta Pe. Betinni, o carisma é:

[...] uma realidade extremamente complexa. Alguns fatores são determinantes no processo de formação do carisma: O fator-pessoa do fundador com todas suas qualidades naturais. O fator-história: trata-se do particular período sócio-cultural em que uma certa espiritualidade aparece e se desenvolve. O fator-graça: como elemento que inspira, move e amadurece o trabalho da fundação da família religiosa. O fator-seguimento: trata-se de uma virtude particular ou aspecto da vida de Cristo que se torna inspiração e motivo determinante do seu seguimento. O fator-apostolado: trata-se da atividade particular que o fundador se propõe na missão geral da Igreja. Este elemento influencia muitos dos elementos precedentes. (PACHECO, 2012, p. 58, apud BETINNI, 2004)

Ainda sobre o carisma, Pe. Betinni assevera que,

O impulso carismático, que o Espírito Santo imprime em quem é escolhido para fundar um Instituto Religioso, tende a reproduzir nele, de modo bastante fiel, a vida de Cristo, segundo as exigências do tempo, no qual ele é chamado a viver, ou numa mais profunda conformidade com o Evangelho, que será plenamente válida também para os tempos futuros. (PACHECO, 2012, p. 59, apud BETINNI, 2004)

Dessa forma, é possível observar que o carisma é um impulso recebido, e por meio dele o *escolhido* é estimulado para a criação de uma congregação. Como se percebe, baseia-se, sobretudo, na figura de um líder capaz de agregar seguidores ao seu redor, assim como aconteceu com o fundador desta Ordem em apreço. Qualidades estas que o fizeram capaz de abandonar uma vida cheia de privilégios e conforto para viver uma vida em comunidade; vida itinerante, vida de pobreza como exemplo e pregação.

Cabe ainda assinalar aqui que o carisma de um fundador,

Não pode nunca se identificar totalmente com as obras do início marcadas pelas necessidades do período fundador. Um carisma certamente é um dom, e a este título eu não o invento, eu o acolho, mas é também um dom vivo, a serviço de uma história dinâmica que nunca é uma simples repetição do passado. É porque esta energia deva se desenvolver, se encarnar, em todos os tempos, em todos os lugares, em todos os contextos socioculturais e alcançar todas as pessoas. (LEONARDI, 2010, p. 69)

Nos quase oito séculos de trajetória da Ordem dos Pregadores, verifica-se atualmente que ela possui, no mundo inteiro, milhares de frades, monjas, freiras apostólicas e conta ainda com mais de cem mil membros leigos das Fraternidades Leigas de São Domingos, isto é, cristãos comprometidos com a missão da Ordem (pregação), mas que vivem inseridos nas suas famílias, trabalhando em comunidades, desenvolvendo projetos apostólicos e formas laicais de pregação.

1.2 A vinda da Ordem dos Dominicanos para o Brasil e seu projeto missionário em Goiás

As tentativas de fundações da Ordem dos Pregadores (OP) em terras brasileiras teve início em 1877, quando o Bispo do Rio de Janeiro, Dom Pedro Maria de Lacerda, visitou o Vigário Geral da Ordem em Roma, pedindo-lhe a aprovação da vinda dos dominicanos para o Brasil. O bispo brasileiro, orientado por Frei Vicente de Melo⁸ percebia a “[...] necessidade que o Brasil tinha da presença evangelizadora dos dominicanos”. (SANTOS, 1996, p. 24)

Com o intuito de elucidar essas tentativas, apresentamos uma carta que Frei Vicente escreveu a Dom Lacerda, solicitando uma resposta precisa sobre a autorização do governo brasileiro para que a Ordem dos Pregadores pudessem aportar em terras brasileiras.

Recebi seu telegrama, mas era muito tarde para respondê-lo; por isso escrevo a presente (carta). Comuniquei aos superiores a sua carta de Paris. Eles muito agradecem e ficam penhorados por tanta bondade que V. Excia. se digna mostrar conosco. Os mesmos superiores me pediram que respondessem em nome deles, o que segue. Primeiro: Eles aceitam a Missão dos Índios conforme o senhor apresentou com todas as suas dificuldades (inerentes); Pode-se trabalhar na conversão dos índios, é o quanto basta. De minha parte fiz um relatório que o apresentei ao Conselho da Província. Já tinha explicado tudo o que me disse a respeito da dita Missão. Segundo: quanto à fundação no Rio os padres daqui prevêm as dificuldades mas com a graça de Deus e com muita prudência, esperamos poder superá-las. Por isso eles não desistem da

⁸ Frei Vicente de Melo foi o primeiro brasileiro a ser admitido na Ordem Dominicana, como também foi o grande incentivador da fundação da Missão Dominicana no Brasil.

empresa. Eis o plano que submetem à aprovação de V. Excia. :um padre partirá daqui de São maximino o quanto antes. Ele irá ver se é possível, etc. Ele irá vestido como padre secular, para não dar na vista. Para que ninguém fique desconfiado, ele evitará de ir freqüentemente com o senhor, pois assim ninguém pensará que ele está tratando de negócios eclesiásticos. Quando tivermos comprado uma casa um pouco distante da cidade do Rio de Janeiro, para não dar na vista (não levantar suspeitas), começarão a ir os missionários. A fundação será feita como coisa toda nossa, sem que pareça que foi o senhor que nos chamou. Entretanto, os missionários seguirão e trabalharão de acordo com os conselhos a direção de V. Excia. No princípio contentar-nos-emos em confessar e trabalhar na roça, evitando tratar de questões melindrosas. Mais tarde quando estivermos firmes no terreno, faremos o resto. Entretanto, se surgirem dificuldades (por exemplo) artigos nos jornais, etc., calar-nos-emos, deixando correr o mundo, sem comprometer nossos amigos. Creio que assim o povo se acostumará a nos ver pregar, e pouco a pouco ganharemos os ânimos. Os Superiores tomarão para si todas as responsabilidades e esperam que, uma vez que V. Excia. nos permita estabelecermos no Rio tudo se fará aos poucos e sem atropelos. Em resumo eis o que os Superios desejam que o sr. ficasse sabendo como resposta à sua carta de Paris. Eles muito desejam que V. Excia. nos escreva ou diga de viva voz ao padre portador desta, se aprova o plano, pois, os Superiores querem fazer tudo segundo os conselhos do sr. Os padres superiores ficam muitíssimos agradecidos pela bondade e condescendência de v. Excia. E pedem deitar-lhes sua benção. Li muito atentamente sua carta e quanta consolação tive. Já previa as dificuldades que o sr. me expõe sem exageração. Na verdade (imagina só) se V. Excia chegasse no rio acompanhado com um dominicano vestido com hábito, cabeça pelada (rasura)...Adeus minhas encomendas!... Puvlicarão artigos nos jornais, caricaturas, etc. Por isso aconselhei ao padre Damião a não usar o hábito durante a viagem marítima e na estrada do Brasil.E ele assim quer fazer. Indo, pois, ele (assim) disfarçado, ninguém saberá qual será a finalidade de sua viagem. Assim, parece-nos que o projeto poderá realizar-se. Mas enquanto o sr. não (nos) responder (afirmativamente), ninguém partirá (daqui).Creio que agora as dificuldades devem diminuir(com as precauções a serem adotadas). h! senhor Bispo,quanto desejei ver no Brasil(os) novos defensores da religião,da Igreja, do Santo Padre e dos senhores bispos! Tal é o nosso fim principal. Parece que Nosso Senhor quer agora abrir a nosso Pai São Domingos a horta do Brasil e do Brasil iremos fundar casas em Portugal,onde tenho intenções e restaurar tão belas províncias. Os Superiores desejam muito que o sr. (nos) responda (esta carta) acates e partir, pois senão o negócio (contrato) será dificilmente tratado no Brasil: é tão longe e as cartas custam muito a chegar! Se V. Excia. não tiver tempo para (nos) escrever (a resposta), basta dizer ao portador desta se o Padre Prior (fr, Damião ignerin) pode partir ou não: deite-me a benção. Fr. Vicente. (BOLETIM INFORMATIVO, ano III, p. 123-124, 1992.)

Dom Pedro de Lacerda, após sua viagem a Roma, conseguiu a autorização do governo brasileiro, permitindo a vinda dos religiosos dominicanos para o Brasil. Como salienta Santos (1996), esta permissão se fazia necessária, pois as leis⁹ do Brasil imperial, além de outros obstáculos, vedavam expressamente a entrada de religiosos estrangeiros no país.

De acordo com os apontamentos de Santos (1996, p. 25), a convite do bispo, “No mês de janeiro de 1878, desembarcaram no Rio de Janeiro, dois religiosos filhos de São Domingos: frei Damião Ségnerin e Bento Sans”.

⁹ Estas leis eram frutos do liberalismo reinante, estavam presentes praticamente em toda a América Latina.

Ainda sobre a vinda dos freis o autor salienta que:

[...] eles vieram para observar “in loco” as reais possibilidades de se fazer uma fundação dominicana na Capital do Império. Ainda preocupados com as restrições liberais traziam consigo uma carta de apresentação à Princesa Isabel. Era escrita pela Duquesa de Alençon, terceira Dominicana e prima do Conde D’Eu, esposo da princesa Isabel. De fato os dominicanos tinham maior dificuldade nos meios liberais do que outros religiosos, devido à fama de inquisidores. (SANTOS, 1996, p. 25)

Após os decretos de 1880, os religiosos dominicanos da Província de Toulouse, França, chegaram a terras brasileiras com o objetivo de evangelizar os altos planaltos do Centro e do Norte do Brasil, vastas regiões *espiritualmente abandonadas*, pois segundo os apontamentos de D. Lustosa (1966, p. 135-136),

A Ordem dos Frades Pregadores se implantou no Brasil em perspectiva essencialmente missionária. O Brasil era terra de missões. E os dominicanos vieram para colaborar na implantação da Igreja e no seu desenvolvimento entre os sertanejos, realizando eles a sua tarefa, a serviço da Palavra.

Cabe salientar que os missionários dominicanos que aqui vieram trabalhar no Brasil “Possuíam uma sólida formação moral e religiosa” (SANTOS, 1996, p.35).

A Ordem Dominicana se implantou, no Brasil, mais precisamente em Goiás em resposta ao pedido do padre lazarista Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão, que após ser sagrado Bispo da Diocese de Goiás¹⁰ e por ser conhecedor dos dominicanos, idealizou que eles e sua Ordem eram os mais adequados para colaborarem com o seu projeto missionário.

Ao assumir a Diocese de Goiás em 1881, Dom Cláudio convidou os dominicanos para serem seus colaboradores na consolidação da Igreja no Estado, conseguindo a vinda dos padres Raimundo Madre, Lázaro Melizan e Gabriel Mole. Dessa forma, a Ordem se fez presente no vasto território goiano.

Nessa acepção, é possível observar que a família dominicana rompeu fronteiras, pregou a doutrina católica e enfrentou os desafios das realidades emergentes. Cabe salientar que, ao longo da história, as famílias religiosas (Ordens, Congregações, Institutos) também foram chamadas a descobrir novas fronteiras e novos desafios e tiveram que exercer o ministério apostólico, colaborando nas atividades missionárias da Igreja.

¹⁰ A Diocese de Goiás, além de incluir todo sertão goiano, a então Província de Goiás, incluía também o chamado Triângulo Mineiro, hoje pertencente a Minas Gerais que seriam as cidades de Uberaba, Uberlândia e Araguari.

No Quadro 2, é possível visualizar a cronologia da chegada de alguns dominicanos no Brasil, a partir de 1881:

Quadro 2 – Religiosos dominicanos (franceses) no Brasil

| Período | Religiosos Dominicanos (Padres e Irmãos) |
|----------------|---|
| 1881 | Padres: Raimundo Madre e Lázaro Mélizan Irmão: Gabriel Mole |
| 1882 | Padres: José Maria Artigue, Miguel Berthet, Vicente Lacoste, Gabriel Desvoisins, José Maria Lucas Irmão: Alfonso Valseschini |
| 1883 | Padre: Raimundo Anfossi Irmão: Antonio Chaillouox e Antonio Rocca |
| 1884 | Padres: Emanuel Wolstniak e Rosário Mélizan |
| 1885 | Padre: Ângelo Dargaigaratz |
| 1886 | Padres: André Blatgé, Joaquim Mestelan e Germano Llech Irmãos: Paulo Gonzalez e João Gourlin |
| 1887 | Padres: Vilanova, Domingos Carrérot Irmão: Louis Casemayou |
| 1889 | Padre: Leão Darié |
| 1892 | Irmão: Bartolomeu Merino |
| 1893 | Padre: Guilherme Vigneau |
| 1895 | Padres: José Grenier Jacinto Lacomme |
| 1898 | Padres: Benevuto Cazabant, Romeu Ondedieu, Sebastião Thomas Irmãos: Jacinto Garcia e Antonino Barret |
| 1901 | Padre: Salvador Brás |
| 1902 | Padres: Francisco Bigorre, Reginaldo Tournier Irmãos: Jacinto Garcia e Antonino Barret |
| 1903 | Irmão: Guilherme Pires |
| 1904 | Padres: Domingos Harmoir e Constâncio Casse José Audrin Gregório Aleix |
| 1905 | Padres: Antonio Sala e Bertrando Olléris Henrique Abbdie |
| 1906 | Padre: Martinho Bennett |
| 1908 | Padre: Nicolau Dausse Irmão: Domingos Saygnac |
| 1909 | Irmão: Bernardo Preto |
| 1911 | Irmão: Álvaro Tiago Guerlinger |
| 1914 | Irmão: Martinho de Parra |

Fonte: Boletim Informativo PRÓ MEMÓRIA da Província São Tomás de Aquino do Brasil. Ano III, n. 26, Junho de 1992.

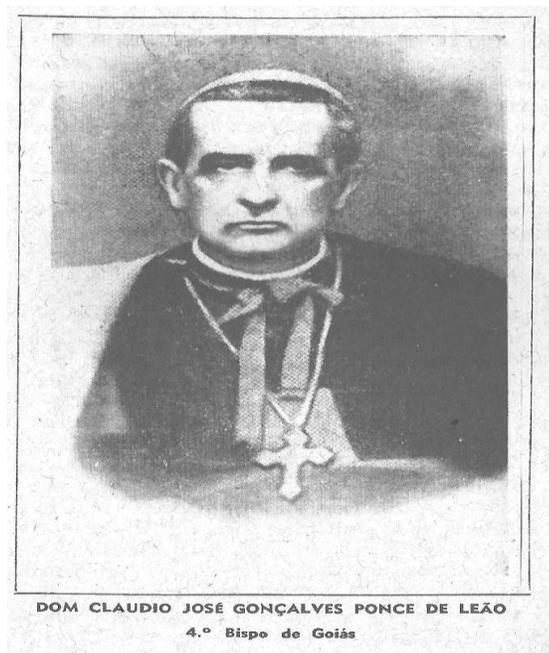
É importante ressaltar que nem todos os religiosos que vieram para o Brasil aqui permaneceram, posto que alguns voltaram para a França, devido as grandes dificuldades encontradas aqui e a não adaptação, como: a dificuldade em falar nossa língua, acostumar com a cultura do povo que aqui tiveram contato, bem como com os costumes.

1.2.1 Os dominicanos em Goiás

A despeito dos pontos de vista em torno de mudanças processadas na Igreja, mais especificamente no que diz respeito à Reforma da Igreja¹¹ que compreende o período de (1840-1889), se faz importante ressaltar que os religiosos assumiram, de forma geral, importantes papéis na pregação das missões populares entre o povo, com o objetivo de substituir aos poucos “O tradicional catolicismo luso-brasileiro, marcado pelo culto dos santos, pelo catolicismo romano, com ênfase na doutrina e na prática sacramental” (AZZI, 1983, p. 17).

Dessa forma, apoiando-nos em Santos (1996), compreendemos que a fundação e consolidação da Missão Dominicana, no Brasil, estavam estreitamente vinculadas ao movimento de renovação da Igreja tanto no país como no Estado de Goiás e, particularmente, ao projeto reformador do Bispo de Goiás, Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão.

Figura 2 - Dom Cláudio José Ponce de Leão – Bispo incentivador das missões dominicanas no Estado de Goiás, década de 1890



Fonte: Arquivo do Colégio Sant’Anna (Goiás – GO)

¹¹ Azzi (1983, p. 16) assinala que “Em meados do século XIX, o modelo de Igreja-cristandade passa a ser progressivamente substituído pelo novo modelo eclesial, de inspiração tipicamente tridentina, reforçado em seguida pelo ultramontanismo do Concílio Vaticano I: a Igreja passa a ser considerada como uma sociedade hierárquica perfeita, cujo funcionamento se realiza em modo paralelo ao Estado, devendo manter ambos, Igreja e Estado, uma mútua colaboração. É a própria Santa Sé quem apregoa a urgência de implantar esse modelo na América Latina, e especificamente no Brasil, em modo especial a partir do longo pontificado de Pio IX (1846-1878)”.

Nesse sentido, a ação apostólica da Ordem dos Pregadores se constituiu em forte ponto de apoio às pretensões de Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão em seu projeto de revitalização da Igreja, na diocese do Estado de Goiás, pois o Bispo tinha a necessidade de sacerdotes zelosos e afinados com o seu projeto para auxiliá-lo em sua árdua tarefa de pregar a missão em todos os recantos de sua imensa e desafiadora diocese.

Em 20 de janeiro de 1822, Pe. Madré seguiu sozinho para o Estado de Goiás, e, em acordo com Dom Cláudio, decidiu fundar, em primeiro lugar, uma casa da Ordem em Uberaba, como podemos verificar nos relatos do Bispo:

Foi para santificar os fiéis, que fundamos uma casa de seis missionários em Uberaba; outro de cinco em Goyaz; e já concedero-nos a Divina Providência mais trez para principiar a casa de missão do Porto Imperial; de sorte que de quatro em quatro annos possão ser missionadas todas as freguesias desta diocese. (CARTA PASTORAL, 1887. p. 03)¹²

Posteriormente, outra casa foi fundada na Cidade de Goiás, o que não demorou muito, pois em 15 de setembro de 1882, lia-se a seguinte proclamação:

Nós, Cláudio José Ponce de Leão desejando promover cada vez mais o bem espiritual das almas que nos são confiadas, declaramos e reconhecemos como regularmente fundada na Cidade de Goiás, sob o título de São Tomaz de Aquino, uma Missão de Frades Pregadores, da Província de Tolosa, assim como estabelecidos em Convento os Frades designados a habitá-lo. Nós o aceitamos de bom grado, com todos os direitos e privilégios concedidos ou a serem concedidos pela Santa Sé Apostólica aos conventos da mesma Ordem. Dado em Goiás, aos 15 de setembro de 1882. Cláudio José, Bispo de Goiás. (REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS, nº 5, outubro de 1976, p. 51)

Fundada a Missão Dominicana, os frades iniciaram imediatamente os trabalhos de instalação e pregações religiosas. Segundo Teles (1977), as primeiras manifestações dos religiosos dominicanos, na Cidade de Goiás (GO), foram recebidas com certo ceticismo e indiferença por parte da população. Essa indiferença durou pouco, devido à simpatia e à sensibilidade dos dominicanos para com as pessoas da cidade. De fato, nos versos abaixo da poetisa Cora Coralina, estão descritos desde o vestuário até o respeito que os religiosos conquistaram da população:

¹² Carta Pastoral do Bispo de Sant'Anna de Goyaz, 1887. Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão – Bispo de Sant'Anna de Goyaz. **Fonte:** Arquivo do IPHBC: Caixa de Cartas Pastorais de Dom Eduardo.)

Quando eu era menina
bem pequena,
pela minha porta,
pela minha rua,
pela minha ponte,
via passar
os frades dominicanos.

Túnica branca,
larga correia na cintura
prendendo um rosário
de contas grossas.
Hábito solto, Cruz ao peito,
sapatões pesados.

Corria a lhes pedir a bênção, ganhar santinho,
Frei Germano,....
Quanto respeito, meu Deus!
Durezas no ascetismo.
Estatura invulgar de sacerdote.
Tão severo....
Tão alto...
Descarnado.
Era uma austeridade retratada
Fidelíssima,
vestindo sua imensa caridade .

Cora Coralina (1977)

Esses versos revelam a grande admiração que os dominicanos conquistaram da população, devido ao seu árduo trabalho prestado em todo o Estado de Goiás.

Na Figura 3, podemos visualizar um grupo de dominicanos em frente à Igreja Nossa Senhora do Rosário¹³ saindo para as missões.

¹³ Localizada na Cidade de Goiás, onde também os dominicanos residiam.

Figura 3 - Dominicanos em frente à Igreja Nossa Senhora do Rosário na Cidade de Goiás, década de 1890



DÉPART DE GOYAZ DEVANT L'ÉGLISE DES DOMINICAINS

Fonte: Acervo Colégio Sant'Anna (Goiás – GO).

Em 1886, a Ordem se expandiu em direção ao centro norte do Estado, fundando um convento em Porto Imperial, hoje Porto Nacional. E, avançando mais para o norte, frei Gil Vilanova instituiu, em 1896, o Centro Catequético Indígena, o que deu início, posteriormente à cidade de Conceição do Araguaia. Já em 1905, fundou-se uma Casa em Formosa que faz ligação entre Goiás e Porto Nacional. Dessa forma, “[...] está montada a rede de estabelecimentos que condicionam, em nível de base física, a área de mobilidade dos Frades Pregadores em suas atividades Pastorais”. (LUSTOSA, 1981, p. 149-150)

No vasto território goiano, durante as missões realizadas, Dom Cláudio e demais religiosos dominicanos puderam perceber que uma parte diminuta da população goiana conhecia pouco do catolicismo, mas o mais evidente era a ausência de práticas religiosas, litúrgicas. Porém, o grande desejo do missionário era implantar, em pleno sertão goiano, a civilização cristã,

[...] nos moldes europeus: uma civilização de cristãos batizados onde as pessoas participassem frequentemente dos Sacramentos da Eucaristia e Confissão; uma civilização sem concubinato nem adultérios; enfim, uma civilização com os valores tradicionais da civilização cristã ocidental. Logicamente, uma vez em contato com a realidade, ele fará as devidas adaptações aos costumes brasileiros, desde que não ferissem as leis positivas expressas pela Igreja. (SANTOS, 1996, p. 83)

Em tal contexto, as primeiras tarefas da Missão Dominicana, em Goiás, estavam relacionadas à educação do povo dentro dos padrões morais e doutrinários da Igreja.

E uma das grandes preocupações de Dom Cláudio era a celebração do sacramento do matrimônio para casais amancebados, pois existia, no Estado de Goiás, uma grande quantidade de casais que viviam nessas condições. Assim, Frei Germano salientou que durante as visitas pastorais, realizadas pelo bispo em 1882 e 1883, celebrou mais de 1.400 casamentos, quase todos de concubinatos.

Outra preocupação dos missionários dominicanos era fazer com que aumentasse a frequência da população nos rituais e festividades católicas, além da preocupação com a realização dos Sacramentos da Crisma e da Eucaristia.

Em Goiás, os missionários dominicanos se empenharam na construção de novas comunidades de base para atender a demanda da sociedade que começava a se desenvolver com o início da urbanização e com os novos ciclos econômicos. Assim, a Missão Dominicana, no Brasil, para exercer o seu apostolado entre os índios e demais população goiana fundou quatro conventos conforme explicitado no Quadro 3:

Quadro 3 – Conventos dominicanos

| Data de fundação | Conventos | Localidade |
|-------------------------|-----------------------------------|--------------------------------------|
| 31/10/1881 | Convento São Domingos | Uberaba |
| 23/04/1883 | Convento Nossa Senhora do Rosário | Cidade de Goiás |
| 20/05/1886 | Convento Santa Rosa de Lima | Porto Imperial (hoje Porto Nacional) |
| 07/05/1905 | Convento São Jacinto | Formosa |

Fonte: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Ano 4, nº 5. Goiânia, 1976.

É importante destacar que os conventos eram para os missionários o ponto referencial de sua missão, um local de vital importância para os dominicanos, onde se reuniam e planejavam as futuras missões a serem realizadas, além, é claro, de ser local de repouso. Vale ressaltar também que os religiosos da Ordem dos Pregadores que vieram para o Brasil eram religiosos de uma profunda vida comunitária, e esta na prática, era vivida basicamente nos conventos.

Nessa acepção, podemos notar também que o ardor missionário dos primeiros tempos era muito forte, fazendo com que a Ordem Dominicana se espalhasse rapidamente pelo grande território goiano e brasileiro.

Figura 4 - Primeiros Dominicanos que colaboraram com as missões em Porto Nacional, 1905



Fonte: Santos (1996).

A despeito de todo trabalho missionário, realizado pelos dominicanos no Estado de Goiás, um dos que merece destaque é a cristianização dos índios, liderada pelo Frei Gil Vilanova em Porto Imperial, hoje Porto Nacional¹⁴.

A partir de nossa janela de observação, podemos compreender que além da intenção dos Frades Pregadores em evangelizar os indígenas do norte do Estado de Goiás, os dominicanos tinham também outros propósitos¹⁵, como podemos observar no trecho:

Os dominicanos não vieram somente como catequistas de índios, como os primeiros capuchinhos, italianos [...] mas pregadores do Evangelho para todo o povo de Deus espalhado nas diversas regiões dos sertões goianos. Vieram com o objetivo de fundar comunidades, igrejas, escolas, postos de saúde... (PIAGEM, SOUSA, 2000, p. 65).

¹⁴ Porto Imperial, hoje Porto Nacional pertencia ao estado de Goiás, após desmembramento do estado hoje se localiza no estado de Tocantins.

¹⁵ A região norte de Goiás, atual Tocantins, recebeu, nos meados do século XIX, três missionários italianos da Ordem Capuchinha da Província de Roma, os freis: Rafael de Taggia, Antônio de Gangi e Francisco Monsavito. Estes missionários vieram, a pedido do Imperador do Brasil, com o objetivo de catequizar os índios Xerentes de Piabanha (hoje Tocantínia), os Kraôs do Rio do Sono (Pedro Afonso) e os Karajás em Santa Maria do Araguaia (Araguacema) (PIAGEM, SOUSA, 2000).

Contudo, percebemos que os frades Dominicanos, além do trabalho missionário e de pregações religiosas, realizavam obras comunitárias a fim de ajudarem as pessoas pobres e desassistidas, mesmo aquelas das mais distantes localidades goianas.

1.3 O aporte das Congregações religiosas em terras brasileiras: a influência da Igreja Católica

Segundo os apontamentos de Gonçalves (2004), a Igreja, como instituição social, tem uma identidade que se encontra em processo de constituição a partir de um conjunto de elementos disponíveis em cada momento histórico. Por isso, ela apresentou, em sua história, algumas fases bem distintas, como a de constituição, de conservação e até mesmo a de desconstrução de sua identidade. Sendo assim, pode-se afirmar que a Igreja Católica figurou entre as instituições que souberam criar mecanismos de resistência e adaptação às mudanças da sociedade ao longo de sua história.

No findar do século XIX e início do século XX, mais precisamente com a Proclamação da República, as relações entre Estado e Igreja, no Brasil, alteraram-se profundamente, ou seja, houve um enorme enfrentamento entre a Igreja Católica e o liberalismo¹⁶, caracterizado por uma forte oposição aos Estados modernos de inspiração liberal.

Nesse particular, pode-se afirmar que o século XIX foi o período de consolidação da sociedade moderna¹⁷. No entanto, trata-se da construção de uma nova sociedade, sob as bases de uma mentalidade diferente, com possibilidades técnicas inovadoras e com a acumulação de recursos provenientes do setor privado.

¹⁶ O liberalismo foi uma ideologia da ordem social burguesa que refletiu sobre as transformações econômicas e sociais da nova sociedade, determinando a concepção de homem, de mundo e de organização da estrutura do Estado moderno.

¹⁷ A noção de sociedade moderna ou modernidade é utilizada no sentido atribuído por Laranã (1985, p. 244), “[...] no sentido técnico da palavra, pensa-se naquele conjunto de fenômenos que configuraram a sociedade ocidental a partir da época renascentista”. Em Pereira (1990, p. 39-113), as seguintes categorias são apresentadas como linhas estruturantes da modernidade: secularização – termo inicialmente utilizado, no início do século XIX, para designar expropriação de bens e domínios eclesiásticos, que assume o sentido de um acontecimento cultural em que o mundo e a sociedade fogem à tutela da Igreja e começam, por si mesmos, a projetar por meios racionais o seu próprio futuro; crítica – palavra universalizada associada à dimensão iluminista de razão; progresso – convergente com a categoria processo e com a tensão entre conservação e mudança é o conceito condutor do século XIX; revolução – tem sentido de transformação radical e modernamente propõe que o fim último de toda revolução política é a emancipação de todos os homens mediante a transformação das estruturas sociais; emancipação – utilizada no sentido de liberdade de um povo, libertação para a autonomia; desenvolvimento/evolução – mudança irreversível, duradoura segundo leis próprias.

Desse modo, entendemos que a chegada da Ordem dos Dominicanos e posteriormente da Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils no Estado de Goiás não foi um acidente, um acaso do destino e nem vontade do universo, mas sim um resultado de uma “Política patrocinada pela Igreja com o intuito de multiplicar seus arautos, ou seja, pessoas comprometidas com sua causa para fazer frente ao novo mundo surgido que tinha como base a razão e as ciências, como propulsoras de uma nova vida” (PACHECO, 2012, p. 34).

Nesse sentido, convém destacar que uma das formas que a Igreja Católica encontrou para se opor aos novos valores surgidos com as ideias liberais foi o estímulo a partir da criação de inúmeras congregações que passariam a atuar no campo educacional com a fundação de colégios católicos, sendo eles masculinos e femininos, bem como no campo assistencial com a criação de hospitais, asilos e orfanatos, surgindo assim as chamadas missões religiosas. Desse modo:

O esforço de reorganização da Igreja Católica no Brasil concentra-se no período de 1890-1921, quando se destaca o papel desempenhado por religiosos europeus de Congregações masculinas e femininas. Naquele momento na Europa, a crise que a Igreja enfrentava em vários países, colocava em situação adversa as inúmeras Congregações religiosas que sofriam perseguição, constrangimentos e até expulsão. Conseqüentemente, a abertura do Brasil às Congregações européias não se dá aleatoriamente. Havia uma conjugação de interesses que se configurava de um lado, pela busca de alternativas de sobrevivência alimentada pela mística da ação missionária em terras da América e, de outro, pela necessidade de fortalecer a Igreja no Brasil com a rica experiência de padres e irmãs que já atuavam principalmente em obras paroquiais educativas e assistenciais na Europa. O trabalho destas Congregações européias concentra-se na luta contra o avanço de outras frentes religiosas que buscavam no Brasil espaço para exercer sua influência. (FIGUEREDO e GOMES, jun/1993, p. 39)

É bem verdade que essas congregações tinham um objetivo claro e definido, como a ação de se munirem com meios de defesa aos valores cristãos e se oporem aos valores liberais, pois,

Ao controlar o sistema educacional, a Igreja poderia, na verdade, controlar o sistema de difusão de ideias. Se lhe era impossível controlar a produção saber e circunscrever a ideias novas à sua doutrina, o controle do sistema educacional dava-lhe a oportunidade de ao menos, depurar a matéria de ensino, evitando, o quanto possível, a divulgação de ideias contrárias às suas teses e dogmas (CARVALHO; GONÇALVES NETO, 2010, p. 55)

Diante dessas constatações, podemos perceber que a Igreja passou a priorizar o campo educacional entendendo-o como possibilidade de atuar em causa própria formando cidadãos na ideologia católico-cristã. Além disso, foi necessário iniciar a luta para não perder seus fiéis, uma vez que o trabalho de evangelização constituía-se em uma peça vital para este setor.

A despeito dos pontos de vista em torno das mudanças processadas com a separação entre Igreja e Estado, abriram-se as portas para a vinda de inúmeros institutos católicos para o Brasil, como citado anteriormente, possibilitando assim um incremento muito grande da vida religiosa em nosso país, haja vista que:

[...] a crise de muitas congregações religiosas da Europa em força do progresso do laicismo e do liberalismo, como na França e na Alemanha, veio favorecer a transferência de grande contingente de religiosos para o Brasil [...]. Em sua atuação os religiosos darão grande colaboração ao episcopado em sua posição de defesa do catolicismo [...]. Os religiosos terão parte ativa na imprensa católica, com a multiplicação de revistas, jornais, livros e folhetos, com ênfase no aspecto doutrinário e catequético. (AZZI, 1983, p. 18)

Com o florescimento de ordens e congregações, iniciava-se, pois, uma nova etapa na educação católica brasileira. As instituições que aportaram em terras brasileiras, salvo raríssimas exceções, não se dedicaram à educação, implementando aqui propostas educativas centradas na mentalidade europeia, o que coincidia com os interesses da burguesia, e esta primava em oferecer, aos filhos, uma educação segundo os moldes europeus. E foi este um dos principais motivos que fizeram com que várias instituições católicas fundassem seus colégios.

Nesse contexto, como assinalou Moura (2000), houve grande precariedade dos investimentos dos estados brasileiros com relação à educação, assim como a insuficiência numérica dos institutos educacionais mantidos pelo governo. Dessa forma, a Igreja por meio dos colégios se propunha à missão de educar e combater o laicismo no país, embora suas instituições educativas fossem voltadas para uma minoria capaz de custear o valor das mensalidades, em menor escala salvaguardaria a instrução e a formação cristã da juventude feminina. Sobre essa missão:

As congregações religiosas masculinas e femininas virão encarregar-se desse serviço que para elas era também obra da Igreja. É impressionante, comparando-se com outras tarefas, o número de institutos religiosos que se fixam ou são criados no Brasil para atender ao mercado das escolas e colégios. Será por meio deles que o catolicismo prestará serviços preciosos à classe média e alta, sem esquecer de atender, também, às camadas desfavorecidas, ao mesmo tempo que se beneficiará dos favores do prestígio, como também das vocações que, em grande parte, sairão das camadas intermediárias. (LUSTOSA, 1997, p. 54)

Nessa perspectiva, fazia-se necessário criar condições para o fortalecimento de sua atuação. O crescente aumento de colégios católicos, principalmente os internatos, era uma conciliação pela busca da evangelização escolar da juventude e a formação de novos quadros

religiosos, transmitindo os valores da fé católica. Tais instituições religiosas se prestavam a esse serviço, bem como Manoel salienta:

[...] veiculavam uma educação fortemente conservadora, fundamentada no modelo familiar cristão tradicional, o que permitia à Igreja um certo controle na organização da sociedade, do sistema educacional e, possivelmente, no sistema de difusão de ideias. (MANOEL, 1996, p. 21)

Ainda em relação à vinda das Congregações, Ordens e Institutos, Azzi assevera que:

Em resposta ao estímulo dos bispos, os religiosos passaram a multiplicar seus estabelecimentos educativos, mesmo em detrimento de outras atividades típicas de sua fundação. Aliás, não faltaram congregações européias que iniciaram no Brasil sua atuação nessa área exatamente para atender às solicitações do episcopado. Houve dessa forma muita improvisação. Assim sendo, a multiplicação dos colégios católicos significou, por vezes, a diminuição da qualidade de ensino. Não obstante, na perspectiva da hierarquia católica, o elemento fundamental que estava em jogo era a preservação da fé, nem sempre a formação cultural. (AZZI, 1994, p. 12)

A Figura 5 esboça dados apresentados por Leonardi (2010) sobre as congregações femininas e masculinas que vieram para o Brasil desde o século XIX, conforme podemos visualizar no gráfico:

Figura 5 - Congregações estrangeiras no Brasil



Fonte: LEONARDI, 2010, p. 389

Analisando as informações do gráfico da Figura 5, Leonardi, enfatiza que nesse período:

Em sua maioria, as congregações emigradas afirmavam se dedicar prioritariamente à educação. Mas a chegada ao país não significou para todas a imediata fundação de colégios, como indicam seus percursos. Dentre as 33 congregações masculinas italianas e francesas que entraram no Brasil entre 1848 e 1930, 7 se diziam prioritariamente voltadas para a educação e 8 tinham a educação como uma de suas tarefas. O restante tinha outras atividades como: vida doméstica, propagação da fé, formação do clero e apostolado missionário. Todas assumiam seu lugar na agenda da Ação Católica projetada e coordenada pela elite leiga e pela hierarquia da Igreja. A diversidade de tarefas possíveis para as congregações emigradas expressa a flexibilidade do projeto de recatolicização do país, elaborado pelos católicos, dentro do qual cabia: a visão de que a Igreja devia socializar os mais capazes para dirigir os outros, conforme o projeto inicial do Centro Dom Vital, como também a proposta de que a reconstrução nacional viria da reconciliação da Igreja com o povo. (LEONARDI, 2010, p. 180)

É bem verdade que, mesmo não sendo todas as congregações que se dedicaram à educação, podemos perceber que, as que se prestaram a esse serviço conseguiram relevante domínio de alguns níveis educacionais, como a educação primária, ginasial e normal.

Entre as trinta e três Congregações masculinas que aportaram no Brasil entre 1848 e 1930 estava a Congregação da Ordem dos Dominicanos, que em 1880 pisaram em solo brasileiro, mas somente conseguiram se instalar definitivamente em Goiás em 1881.

Ainda em relação à fundação das Congregações religiosas em terras brasileiras, Leonardi explicita que:

Para o século XIX, os números mudam: são 16 Congregações masculinas e 17 femininas. No entanto, é necessário ressaltar que a chegada de Congregações masculinas concentra-se nas últimas décadas do século XIX, enquanto que as femininas se dividiram ao longo de todo o século, ou seja, havia uma constância na entrada de Congregações femininas no Brasil a partir de meados do século XIX. Já no início do século XX, o movimento está claramente configurado. (LEONARDI, 2010, p. 181)

É importante sublinhar que dentre as dezessete instituições religiosas femininas que foram fundadas no Brasil encontra-se a Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils na Cidade de Goiás em setembro de 1889. Contudo, o projeto ultramontano que estimulou a instituição e ação das congregações católicas pelo mundo configurou apenas uma das ações que foram colocadas em prática para a restauração católica no Brasil, principalmente a partir das primeiras décadas do período republicano.

Nessa mesma direção, vale ressaltar que nas instituições de caráter confessional prevaleciam os padrões culturais notadamente conservadores, privilegiando um ensino literário e

clássico, em detrimento dos conhecimentos científicos. Esses colégios iam ao encontro dos interesses da burguesia emergente e das camadas médias em razão de sua ênfase na ordem, na disciplina e na transmissão da cultura europeia.

Ao procurar uma instituição confessional, as famílias almejavam uma formação que se baseasse na transmissão da moral e dos costumes da fé católica. As educandas recebiam lições de boas maneiras, prendas domésticas e polidez. As mulheres se tornavam, então, as principais divulgadoras das novas devoções difundidas a partir das escolas e das novas associações religiosas, mas, mesmo assim, segundo Trindade (1996, p. 173), “O lócus da mulher continuava a ser o espaço privado do lar”.

1.4 O pensamento católico ultramontano e a educação feminina

Na busca de entender o surgimento do ultramontanismo¹⁸, pode-se compreender que foi um movimento de orientação política, uma autocompreensão desenvolvida pela Cúria Romana, nascido no continente europeu no interior da Igreja Católica que fomentou a criação de muitas congregações cristãs no mundo todo e principalmente no Brasil.

De acordo com Manoel (1996), o ultramontanismo ou movimento ultramontano aparece embebido como uma reação ao mundo moderno, ao capitalismo, ao iluminismo, ao liberalismo e a todo o conjunto de novas ideias que, começando a se esboçar nos séculos XV e XVI, adquiriram contornos definitivos após a Revolução Industrial e a Revolução Francesa. Assim, pode-se examinar que, segundo Manoel, há quatro pontos básicos da filosofia da história do catolicismo ultramontano:

[...] 1) a negação católica do conceito de progresso humano, quando referido aos avanços materiais; 2) a não aceitação do conceito moderno de tempo e o significado dessa não aceitação; 3) a condenação do conhecimento racional, considerando causa da perdição

¹⁸ A ideia de ultramontanismo, no sentido etimológico para Augustin Wernet (1987, p. 178) “Ultramontano, ou *outrémontagne* foi a expressão usada no início do século XIX, na França e na Alemanha, para indicar, na rosa-dos-ventos, o ponto escolhido de referência e fidelidade: ele está para a das montanhas. Além dos Alpes. Seu nome é Roma, é Pedro, o Papa. A reação ultramontana se desenvolveu sobre um plano duplo: tendência a reconhecer no Papa da Igreja, uma autoridade espiritual total, e a reivindicação para a Igreja da independência a respeito do poder civil, e mesmo de um certo poder ao menos indireto sobre o Estado. Em Azzi (1994, p. 5-8), o projeto ultramontano se refere à pretensão de conferir à Cúria Pontifícia controle absoluto da esfera religiosa nos diversos países. Trata-se de um movimento restaurador católico que buscava manter o centralismo romano resultante do Concílio de Trento. Ultramontano diz respeito à sede em Roma, situada além das montanhas, ou seja, ultramontes.

humana; 4) a tese da necessidade de paralisação do movimento histórico e a volta aos padrões medievais como fundamentos da salvação humana. (MANOEL, 2004, p. 23)

Nesse construto, vale destacar que, de acordo com a interpretação do catolicismo ultramontano, o mundo moderno significava um grande perigo para a salvação da alma humana, pois essa modernidade acabava se fundamentando na liberdade de pensamento e consciência, liberdade social e liberdade política.

Dessa forma, o mundo moderno se desenvolvia sem obedecer aos preceitos católicos e a Igreja perdia, cada vez mais, seu espaço dentro normas dessa nova liberdade, é a partir dessa perda de espaço da Igreja frente ao pensamento liberal e seus avanços que emerge, como vimos, o movimento ultramontano, “[...] que responde com certa dureza por meio das várias congregações e, se tornariam guias de todo o corpo católico”. (MANOEL, 2010, p. 57)

No que diz respeito à perda de espaço da Igreja, é importante entender que, no Brasil, principalmente até a Proclamação da República, diante dos problemas surgidos com o então mundo moderno, a Igreja passou então a investir na formação e reformulação dos quadros clericais, no incentivo à catequese e na criação de novas associações devocionais católicas dentro deste ideário ultramontano.

No início dos oitocentos, despontou no Brasil o então Catolicismo Ultramontano, marcado pela difusão das missões populares sob orientação de alguns padres lazaristas. A educação era acompanhada por uma formação rígida e uma moral cristã conservadora fiel ao ultramontanismo, haja vista que:

O movimento restaurador católico que surgiu nos primórdios do século XIX afirmava que movimentos com o intuito de descristianizar o mundo, como a Revolução Francesa, degeneraram o Brasil, gerando assim, uma anarquia republicana [...]. Com isso, para a ala dos ultramontanos a solução seria a volta do poder espiritual da Igreja no mundo, e a incompatibilidade da Igreja com uma sociedade laicizada, sendo a primeira, amplamente defendida por esse grupo religioso (COELHO, 2010, p. 51).

Dentro dos preceitos do modelo ultramontano, estava incluído em seu projeto pastoral administrativo um projeto educacional, ou seja, uma estratégia¹⁹ usada pela Igreja, que, além dos seminários de formação do clero, abarcava principalmente a educação das mulheres. Para Manoel (1996), no Brasil, esse empenho católico pela educação e em especial a feminina se iniciou por

¹⁹ Para Michel de Certeau (2005, p. 99 e 102), a noção de estratégia pode ser concebida como um conjunto de intervenções a partir de um lugar de poder, a produção, mapeamento e imposição de espaços. Ela realiza um ato cartesiano de tentar circunscrever um próprio num mundo enfeitado pelos poderes invisíveis do “Outro”.

volta de 1850, quando alguns bispos, em particular D. Joaquim de Melo, bispo de São Paulo, introduziu a política ultramontana nas reformas do catolicismo brasileiro.

Vale destacar que foi nesse momento que o movimento ultramontano, por meio dos católicos que lutavam contra todas as más influências do liberalismo, aflorou com toda força no território brasileiro, pois:

Para a Igreja o setor da educação constitui uma peça vital em seu trabalho de evangelização. Em face do estabelecido pela Constituição de 1891, art. 72, parágrafos 6º e 7º - ‘o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos será leigo e nenhum culto ou Igreja gozará de subvenção oficial’ – era norma que o catolicismo montasse o seu esquema de escolas particulares, umas pagas, outras gratuitas, quer atenderiam em larga escala às classes ou camadas intermediárias nas quais a Igreja se apoiava [...]. As congregações religiosas, masculinas e femininas, virão encarregar-se desse serviço que para elas era também obra da Igreja. É impressionante, comparando-se com outras tarefas, o número de institutos religiosos que se fixam ou são criados no Brasil para atender ao mercado das escolas e colégios. Será por meio deles que o catolicismo prestará serviços preciosos à classe média e alta, sem esquecer de atender, também, às camadas desfavorecidas, ao mesmo tempo em que se beneficiará dos favores e do prestígio, como também das vocações que, em grande parte, sairão das camadas intermediárias (LUSTOSA, 1977, p. 54)

Foi de suma importância para a Igreja o controle do sistema educacional brasileiro, pois este complementava as práticas relativamente difusas dos sermões, das atividades missionárias e dos periódicos católicos. Para uma eficaz implantação da romanização no Brasil, fazia-se necessário educar a infância e a juventude, porque se a Igreja não conseguia controlar toda a produção do saber, a educação conseguia selecionar o que deveria ser ensinado, formando jovens dentro dos princípios ultramontanos.

A necessidade de implantação das escolas confessionais não se restringia somente aos vultosos recursos financeiros arrecadados com o recebimento de pagamentos das anuidades escolares, mas também em afastar as educandas das ideias modernas e das propostas de ensino leigo.

O modelo de educação deveria ressaltar os modelos de virtude e moralidade que se consideravam necessários para a mulher e conseqüentemente deveriam reforçar a ideia de ser mãe e esposa. A mulher deveria dominar a esfera da família e a vida íntima dos indivíduos. “Seria ela a responsável pela formação dos filhos, e para cumprir sua função, deveria ser forte como a mulher forte da bíblia”. (MANOEL, 1996, p. 42)

Para Coelho (2010, p. 56) “A escola se torna o espaço legítimo para exercer essa função e se torna indispensável para a vida social por ser a instituição que confere o aprendizado

indispensável para a vida em sociedade”, pois ela não só transmite os padrões culturais em circulação como modela os comportamentos, os afetos, os instintos, visando ao tipo de sociedade que se quer formar. As práticas escolares podem ser entendidas perfeitamente como normas civilizatórias por abrangerem as várias esferas da vida política, econômica, social, religiosa e moral do indivíduo.

A esse respeito, Pacheco salienta que:

As famílias católicas não queriam ver suas filhas deseducadas por outras religiões e/ou principalmente por falta de religião católica. Viam na educação católica a base para uma educação justa, com princípios em que seus filhos teriam um sustentáculo para a vida, aprenderiam a ter respeito para com o próximo e saberiam viver como um cidadão temente a Deus (PACHECO, 2012, p. 49).

E, particularmente, no caso da educação feminina, o discurso ultramontano ia ao encontro de ansiedades da oligarquia brasileira, pois a criação de inúmeras escolas confessionais era uma das formas de a Igreja Católica se opor aos novos valores surgidos no então mundo moderno. Essas escolas dirigidas por Congregações católicas, no Brasil, tinham como objetivo, conforme já vimos, opor-se aos valores liberais e propagar os verdadeiros valores cristãos. Assim,

Ao controlar o sistema educacional, a Igreja poderia, na verdade controlar o sistema de difusão de ideias. Se lhe era impossível controlar a produção do saber e circunscrever a ideias novas à sua doutrina, o controle do sistema educacional dava-lhe a oportunidade de ao menos, depurar a matéria de ensino, evitando, o quanto possível, a divulgação de ideias contrárias às suas teses e dogmas. (MANOEL apud GONÇALVES NETO; CARVALHO, 2010, p. 55)

Manoel (2010), ainda, destaca que, no Brasil no século XIX, as concepções da sociedade eram apresentadas pelas ideias católicas no que se refere ao poder político e às relações familiares que não deixavam de ser convenientes à forma de vida das elites brasileiras. Mesmo que o princípio do liberalismo pregado pelas elites reforçasse o caráter individualista e o civismo como força para a implantação de uma “Nação”, a educação católica não fugia a esses interesses, já que esta sempre ensinou ao católico ser ordeiro e obediente, bem como ser respeitador da ordem constituída.

Cabe destacar que a expansão da rede escolar católica, no Brasil, só foi possível com a aliança entre a Igreja conservadora e as elites locais. Dessa forma, o interesse da Igreja pela educação fica bastante explícito quando se verifica a quantidade de instituições escolares

católicas instaladas em diferentes estados brasileiros no período da Primeira República como pode observar na Tabela 1:

Tabela 1– Instituições escolares católicas instaladas no Brasil entre 1890-1930

| Número de instituições escolares católicas instaladas entre 1890 e 1930 | |
|--|------------|
| Estado | Quantidade |
| Rio Grande do Sul | 66 |
| São Paulo | 55 |
| Minas Gerais | 36 |
| Rio de Janeiro | 24 |
| Pernambuco | 18 |
| Paraná | 15 |
| Santa Catarina | 14 |
| Rio Grande do Norte | 7 |
| Pará | 7 |
| Ceará | 5 |
| Bahia | 4 |
| Mato Grosso do Sul ²⁰ | 4 |
| Amazonas | 4 |
| Goiás | 3 |
| Piauí | 3 |
| Maranhão | 2 |
| Mato Grosso | 2 |
| Alagoas | 2 |
| Sergipe | 2 |
| Rondônia | 1 |
| Paraíba | 1 |
| Roraima | 1 |
| Acre | 0 |
| Espírito Santo | 0 |
| Tocantins | 0 |
| TOTAL | 276 |

Fonte: NASCIMENTO, 2007, p. 108

Os dados estatísticos da Tabela 1 exprimem o projeto católico, relativo à educação escolar em que 276 instituições educativas católicas foram instaladas entre 1890 e 1930, em apenas três estados, sendo eles: Acre, Espírito Santo e Tocantins não se consta nenhuma instalação das referidas escolas católicas. A partir desses dados, podemos observar uma média de cinco instituições por ano fundadas no Brasil.

A Tabela 2 explicita a instauração de escolas católicas pelo país, durante o período republicano:

²⁰ Apesar de a autora ter citado o Estado de Mato Grosso do Sul, nesse período o Estado de Mato Grosso ainda não havia se desmembrado em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, havendo somente o Estado de Mato Grosso.

Tabela 2 – Escolas Católicas

| Período | Instituições escolares católicas - período republicano |
|----------------|---|
| 1890-1930 | 268 |
| 1931-1945 | 216 |
| 1946-1964 | 464 |
| 1965-1985 | 238 |
| 1986-1996 | 103 |
| Total | 1.361 |

Elaborada pela autora. **Fonte:** Moura (2000, anexos 1 a 6)

Diante dos dados, expostos na Tabela 2, as informações nos propiciam reflexões acerca da expansão católica durante o período republicano até o ano de 1996. Por conseguinte, o desafio é expor que os dados ora apresentados nos mostram que a Igreja mantém um equilíbrio entre os períodos de 1890 a 1930, de 1931 a 1945 e de 1965 a 1985; podemos constatar também que há uma significativa expansão durante o período entre 1946 e 1964, além de podermos verificar uma diminuição de quase 50% a partir de 1986, nos fazendo compreender que a Igreja, tenta, mesmo assim, se manter firme no propósito de “assegurar o seu lugar”. (ARAÚJO, 1986, p. 43)

Segundo Araújo, é justamente nesse contexto que:

A Igreja lutará em diversas frentes: converter os “meios pensantes” do Brasil, formar nos colégios católicos uma elite de confiança e penetrar nos círculos e escalões governamentais através de acordos particulares, enquanto não chegava a hora oportuna das reivindicações sob pressão das massas populares, mobilizadas pela hierarquia. (ARAÚJO, 1986, p. 47)

Mediante a esses fatos, pode-se dizer que foi o projeto ultramontano que encorajou a ação das congregações católicas a se instalarem pelo mundo. Assim, a restauração católica, no Brasil, foi apenas uma das ações que foram colocadas em prática pela Igreja. Ao longo da história brasileira, muitas ações foram executadas, como a atuação no campo da educação feminina, conforme já mencionado anteriormente.

Em tal contexto, o ultramontanismo pretendia, segundo Manoel (1996, p. 49), “[...] abarcar duas esferas sociais ao mesmo tempo: a religiosa e a familiar”. No que se refere à familiar, esta se destinava à educação das meninas que, após concluírem seus estudos em

colégios católicos, sejam como alunas internas ou externas, levavam o espírito cristão para seus lares. Assim, a juventude feminina se formava para ser futuras mães cristãs e que por sua vez ensinavam os princípios da fé e da piedade a seus filhos.

Diante de tais constatações, podemos afirmar que a necessidade inicial de educar formalmente as meninas não estava, então, dentro de uma perspectiva de preparação e instrumentalização destas para ganhar o espaço público, mas sim dentro de uma perspectiva de prepará-las para o casamento, e isso se convergia com as aspirações masculinas de ter uma esposa educada.

Cabe lembrar que os projetos pedagógicos para a educação feminina confessional atendiam às necessidades dos diferentes níveis sociais. Dessa forma, no período moderno, além da preparação para o casamento e para a maternidade, as instituições femininas católicas, com a instrução e a moralização, foram também responsáveis por preparar as educandas para o desenvolvimento de diversos tipos de trabalhos, os domésticos e os manuais.

E, segundo Hufton (1991), a procura por um trabalho doméstico urbano cresceu consideravelmente neste período (especialmente no caso da preparação de criadas, que se tornavam cada vez mais necessárias aos burgueses). A passagem pelas escolas mantidas pelas religiosas assegurava alguma diferenciação, no momento de pleitear uma ocupação. As instituições também eram responsáveis por ensinar trabalhos manuais, como costuras, bordados, fabricação de rendas, de flores etc. Assim, o conhecimento destas técnicas podia assegurar um futuro trabalho e a ampliação da renda familiar.

No entanto, é fato que a Igreja Católica apropriou-se da educação como um meio de impor suas ideias perante o mundo, pois a educação feminina, segundo os preceitos do projeto ultramontano, estava delineada por princípios religioso-católicos, baseando-se na disciplina, na renúncia e na obediência.

Por fim, pudemos compreender que no contexto do catolicismo ultramontano, a educação era a atividade mais importante, pois a ela cabia a formação integral do homem. Segundo Manoel (1996), este conceito envolve muito mais do que a educação escolarizada, abrangendo todo o conjunto de suas atividades, além de ser a única instituição que poderia garantir a continuidade da civilização.

1.5 A educação feminina em Goiás

Segundo os apontamentos de Perrot (2005, p. 14), “É o olhar que faz a história. No coração de qualquer relato histórico, há a vontade de saber. No que se refere às mulheres, esta vontade foi por muito tempo inexistente”. Assim, é perceptível, nos documentos históricos, a falta de importância dada ao espaço feminino no cenário brasileiro como no goiano e, segundo Palacin (2001), as mulheres ocuparam espaço diminuto na sociedade goiana, assim como também na educação feminina no século XIX.

A educação, em Goiás, assim como em boa parte do Brasil, segundo os apontamentos de Barra (2011), foi pensada como forma de civilizar a população feminina, com o intuito de criar uma identidade regional associada à nacional que começava a ser inventada a partir dos meados dos oitocentos, haja vista que:

[...] o projeto de educação da sociedade goiana se inscreve na esteira da modernidade, é portanto de um paradigma cultural que se antecipava, mas também visava instituir modos capitalistas de produção. Guiava-se por uma racionalidade que creditava à educação a construção de uma identidade supostamente necessária à definição da região e, daí, o pertencimento à nação. (BARRA, 2011, p. 24)

Partindo dessa perspectiva, compreendemos que o processo de urbanização, a partir das primeiras décadas do século XX, promoveu grandes avanços na posição social feminina e no que se refere à educação. A instrução de meninas passou a ser apontada como imprescindível para a formação do cidadão.

Nesse sentido, a educação passou a ser vista como solução para todos os problemas da nação. Ademais, é preciso destacar que, além da modernização das sociedades, “[...] a educação da mulher era vinculada à higienização da família e à construção da cidadania das jovens.” (GONÇALVES, 2004, p. 121)

Vale ressaltar, ainda que, no início do século XX, o discurso médico-higienista era considerado essencial na educação feminina, por contribuir no que diz respeito ao modelo mais apropriado do perfil feminino ideal de subserviência e moral tão exigidos pela sociedade. Os mandamentos do discurso direcionavam todas as rotinas femininas, que ia desde o acordar, a higiene pessoal e a do lar, o humor, o trabalho, a vestimenta. Assim, a mulher deveria seguir um padrão social de conduta para se encaixar no perfil ideal de mulher da sociedade da época.

É fato que a desfavorável situação geográfica do Estado de Goiás contribuiu para o isolamento da província goiana em relação ao Brasil e isso permaneceu como marca fundamental da sociedade até o início do século XX, aliada é claro às injunções políticas, que também contribuíram para que a cultura registrasse um progresso lento no Estado, até a década de 1930.

A ausência de contato com os centros culturais mais avançados contribuiu para que a sociedade goiana se caracterizasse como conservadora em relação aos valores e sentimentos que orientavam o cotidiano das pessoas. Ora, sabemos que um importante fator das “[...] mudanças culturais de um povo é a intercomunicação, o contato, a difusão. Essa falta de comunicação isolava Goiás”, como observou Menezes (1981, p. 56).

Em Menezes (1981), verificamos a enfática preocupação da família em manter um controle rígido sobre a juventude feminina. Assim, vale ressaltar que houve um discurso da Igreja sobre a valorização da família, o papel virtuoso da mulher bem como sua submissão ao marido, pois esses eram os ideais de virtude e feminilidade pregados pela instituição religiosa.

A educação feminina, em Goiás no século XIX, deixava a desejar em relação à instrução feminina das províncias do sul e sudeste do país. Nessa direção, a escolarização da juventude feminina se estabeleceu no Estado mais especificamente para atender às necessidades de uma elite, que clamava pela educação de suas filhas, as quais já recebiam o ensino das primeiras letras, em alguns casos, na própria casa por pais letrados ou mesmo por professores particulares contratados pela família.

A busca pelo desvendamento dos processos sobre a instrução feminina goiana foi, por um longo período, objeto de descaso, até mesmo pelas famílias que não se preocupavam com a formação de suas filhas. Podemos notar, dessa forma, que foi somente na segunda metade do século XIX que a preocupação com a elevação do nível intelectual da mulher assumiu o discurso da elite brasileira, embora já existissem Decretos desde 1831 em Goiás sobre tal assunto.

Diante desse quadro, a Igreja passou também a investir em uma política de disseminação dos colégios católicos em Goiás, procurando, a um só tempo, legitimar o seu domínio no plano educacional e minimizar as consequências trazidas pelos avanços do mundo que se transformava. Nesse período, em Goiás, alguns colégios foram fundados por diferentes congregações, com a clara intenção de oferecer educação católica e assegurar os princípios morais e a preservação dos costumes da sociedade goiana.

Dentro desse panorama é que, no findar dos anos oitocentos, a instrução feminina, de fato, firmou-se em Goiás, com a chegada das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, fundando no Estado o Colégio Sant'Anna, em 1889, por meio de um projeto missionário do Bispo Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão.

Dentro dessa perspectiva, a necessidade de criação de colégios destinados às meninas estava associada ao conceito de progresso. Dessa forma, tanto a Igreja como as instituições católicas poderiam fornecer este verdadeiro progresso à sociedade. Nestes estabelecimentos de ensino, as educandas recebiam ensino das primeiras letras, prendas próprias do sexo feminino, com o propósito de formar a juventude feminina, como destaca Muniz (2003) em “[...] boas mães de famílias e eficientes donas de casa, proporcionando-lhes, ao mesmo tempo, o conhecimento e a prática de artes para o encantamento social”.

No Colégio Sant'Anna, não só se dava a instrução elementar, como a contemplavam com os requintes de uma boa educação e de um ensino destinado a integrar a juventude feminina à vida social. Nessa instituição se ofertou uma educação refinada, permeada de valores religiosos, sensibilidades, imagens e gestos cuidadosamente construídos, os quais traçavam os contornos da moça de família bem preparada para assumir sua função social de esposa prezada e mãe cuidadosa com a educação dos filhos. Naqueles tempos, a educação popular praticamente não existia, a instrução de meninas estava circunscrita ao conhecimento das primeiras letras, como se destaca:

Quando alguns pais mais esclarecidos entendiam que suas filhas deveriam aprender a ler e escrever, isso acontecia dentro dos lares, e aquilo que lhes ensinavam era muito diferente do que era oferecido aos meninos. A ida das jovens ao convento ou recolhimentos significava aprender a bordar, coser, fazer doces, ler escrever e contar; um pouco de latim, música e história sagrada. Uma educação que visava, sobretudo, preparar as jovens para o casamento em idade de extrema juventude. (ALMEIDA, 2006, p. 66)

Em Goiás, a educação não aconteceu de maneira diferente das demais localidades do Brasil, e, conforme aponta Almeida (2006), as meninas, seja em casa, nos colégios católicos, nas escolas protestantes ou até mesmo nas instituições públicas, eram preparadas para a missão materna e exímias esposas e donas do lar, como podemos verificar em um anúncio no Almanach Uberabense de 1903:

Assim, pois, este Collegio contribue poderosamente para o nosso adeantamento intellectual e moral, e obrigação temos de recomendar-o instantemente aos Paes e mães de família do Triangulo Mineiro e do Estado de Goyaz [...].

Nesse sentido, a fundação do Colégio Sant'Anna, como já foi mencionada anteriormente, fez parte de um aspecto novo da cultura educacional brasileira no final do século XIX, preocupando-se com a formação das mulheres. Uma educação apoiada em um tripé em que a instrução feminina deveria ser baseada na polidez, na obediência e na caridade, que “[...] era o verdadeiro destino da jovem cristã, seu dever, sua missão, depois de completada a educação” (GUIDO, 1992, p. 64).

Por essa razão, o papel da escola era também suscitar, nas educandas, qualidades essenciais à mulher, isto é, uma postura cultural digna perante o lugar social que ocupava ou que deveria ocupar na sociedade.

Segundo Louro (1997, p. 447), “A ideia de escolarização da juventude feminina aparece na primeira Lei de Instrução Pública, em 1827, associada à função educadora dos filhos”. No entanto, historicamente, as mulheres tiveram sempre mais dificuldade de acesso à escolaridade. De acordo com essa autora:

As mulheres carecem mais de instrução, porquanto são elas que dão a primeira educação aos seus filhos. São elas que fazem os homens bons ou maus; são as origens das grandes desordens, como dos grandes bens; os homens moldam a sua conduta aos sentimentos delas (LOURO, 1997, p. 443-481)

Essa era uma visão utilitarista da educação feminina, em que a profissionalização e a carreira não estavam no primeiro plano, mas sim uma adequação das exigências dos novos tempos, futuras mães e donas de casa treinadas para exercerem suas funções naturais e morais. Assim, as instituições católicas ofereceriam a formação de novas gerações educadas perante o controle e a vigilância dos religiosos, os quais estavam interessados na restauração da religião e na preservação dos valores morais e religiosos.

Cada tempo histórico é marcado por uma proposta educacional. Durante o início do século XX, a educação não era um dos principais assuntos de interesse dos organismos governamentais, e nessa lacuna as instituições católicas se fixaram como importantes meios de educação de uma camada mais rica da sociedade. (RESENDE, 2006, p. 88).

O ensino confessional católico oferecido pela Congregação das Irmãs Dominicanas, em Goiás, abriu caminhos e deixou suas marcas que mostraram a direção para uma educação que contribuiu, decisivamente, para a educação feminina do Estado de Goiás e demais localidades

onde se instalaram. O Colégio Sant'Anna, desde sua fundação, merece destaque, por ter se tornado, ao longo dos anos, em um importante espaço para a difusão da educação, e ao educar suas alunas, formar moças dentro dos moldes requisitados pela Igreja e pela família.

No entanto, compreendemos que a identidade do catolicismo brasileiro se modificou a partir da crescente influência das ordens e congregações na Igreja, de meados do século XIX até os primeiros anos do século XX. Assim, os religiosos implementaram propostas educativas centradas na mentalidade europeia, o que coincidia com os interesses da burguesia rural, que ansiava por educar suas filhas segundo os moldes da Europa.

Em síntese, a fundação dos colégios confessionais católicos se deu, no Brasil, com a ação do episcopado e contou com a experiência educacional que os religiosos trouxeram de seu país de origem. Prevaleceram padrões culturais notadamente conservadores, os quais tinham, como modelo, um ensino literário clássico, em detrimento dos conhecimentos científicos.

A partir do segundo capítulo, será abordada a inserção da Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils em terras brasileiras, bem como em goianas, no findar do século XIX até meados do século XX.

2 CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DOMINICANAS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE MONTEILS E O COLÉGIO SANT'ANNA, EM GOIÁS

A primeira história que gostaria de contar é a história das mulheres. Hoje em dia ela soa evidente. Uma história “sem as mulheres” parece impossível. Entretanto, isso não existia. Pelo menos não no sentido coletivo do termo [...].

Michelle Perrot²¹

Este capítulo traz também, além de abordar sobre a fundação da Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, a chegada das religiosas no Estado de Goiás, a gênese e o percurso do Colégio Sant'Anna, fundado na Cidade de Goiás em 1889. Aqui, em específico, promoveremos reflexões sobre a chegada de tal congregação em terras brasileiras, bem como no referido Estado. Para isso, faremos alguns apontamentos, com o intuito de identificar momentos importantes para compreensão da sua chegada, instalação e contribuições para a sociedade goiana.

2.1 Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário: as origens

No dia 17 de novembro de 1833, nasceu em Compeyre, na França, uma menina chamada Alexandrine de Conduché²². Ela manifestou, desde tenra idade, ser serena, dócil, de inteligências vivas. Dotada de um calmo bom senso, mais tarde ela se tornaria a coluna mestra de uma ordem religiosa, a Congregação das Irmãs Dominicanas de Monteils.

Aos nove anos, Alexandrina frequentou, como externa, a escola das Irmãs de Aguessac. Com suas mestras, suas qualidades inatas se desabrocharam mais ainda. Sua aplicação, sua doçura, sua calma perseverante no esforço logo a tornou a melhor aluna da escola. Era sempre escolhida para proferir saudações, dizer orações. Adivinha-se com que fervor grave e terno fez seu “bom dia a Deus”, como diz na Provença. Dava, asseguram nossas memórias, a impressão de uma “pessoa adiantada nos caminhos de Deus”. (LAJEUNIE, 1993, p. 19)

²¹ PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2007. p. 13.

²² Alexandrine de Conduché era uma menina de família pobre, mas iluminada pela fé e pela bondade. Filha de José Conduché, pertencente a uma família de pequenos proprietários da região e de Maria Artières, que foi acometida por um reumatismo, logo após o próprio casamento. (LAJEUNIE, 1993, p. 17)

No ano de 1850, padre Gavalda, vigário de Bor (França), com o intuito de fundar um instituto feminino para auxiliá-lo em seu projeto educativo, o qual projetava há algum tempo, pois “[...] em sua aldeia, as crianças cresciam, como em toda parte, sem instrução” (idem, p. 26), precisando de apoio, decidiu fundar uma Congregação convidando sua irmã Virgínia Gavalda e Alexandrina de Conduché - indicada por seu tio Padre Artières - para serem as fundadoras. Assim, Pe. Gavalda resolveu submeter seu projeto ao conselho superior e recebeu, em 1849, uma resposta enviada por Pe. Caubel sobre seu pedido:

O Senhor Bispo submeteu ao Conselho seu projeto. Aconselhamos todos à Sua Excelência a lhe deixar franca liberdade e ele o consentiu. Vai receber uma carta neste sentido. Ser-lhe-á recomendado a cuidar da formação das Irmãs, o que é conforme a seus desejos de adotar uma Ordem da diocese, não enclausurada, o que também concorda com suas intenções. Deus seja louvado. Eis os seus votos e os meus realizados. (idem, p. 31)

Assim, a princípio, só faltava que Pe. Gavalda escolhesse uma ordem religiosa para vincular seu futuro instituto. Por meio da carta do Pe. Caubel, podemos compreender como o fundador colocou suas filhas sob o manto de São Domingos, uma vez, que não tinha nenhuma relação com a família dos dominicanos. Ainda na referida carta, de Pe. Caubel:

Agora precisa escolher uma Ordem. Sei que optou por meu patrono. Poderia ser, mas tive uma outra idéia que vou lhe propor: fará dela o que quiser. Temos uma Ordem mais importante, mais antiga, aprovada pela Igreja e que conta em seu seio uma multidão de santos de todas as classes, de ambos os sexos. São religiosas propriamente ditas, fazendo os três grandes votos. Temos somente uma casa na diocese, onde, eu lhe afirmo, reinam admiravelmente o espírito religioso, a união, a caridade, e sobretudo o zelo pela instrução. Há três irmãs diplomadas e duas ou três outras que se vão diplomar. Elas se formam no convento, sem nenhum auxílio de fora. Todas as aspirantes que entram querem absolutamente ficar, e se alguma é despedida, é uma cena dilacerante. Entre todas as minhas casas religiosas, é a que me dá mais satisfação, sendo que ali se encontram elementos com 4, 5, 6 mil francos de dote. Este convento que prospera tão bem é o das religiosas Dominicanas de Gramont, com a bela casa anexa de Moyrasès. Ah! Como gostaria de que sua irmã e sua sobrinha tivessem respirado um pouco os perfumes de virtude desta Congregação! Parece que seu grande fundador, o Patriarca São Domingos, as protege do alto do céu. Sabe-se com efeito que todas as comunidades que têm grandes santos por fundadores de Ordem prosperam. Infelizmente, o grande São José não é o fundador das Josefinas, mas somente o Padroeiro. Olhe que grande regularidade entre as Irmãs de São Vicente de Paulo, de Santa Teresa, de São Francisco de Sales. Bem sabe que estou desinteressado nesta causa, quero apenas submeter-lhe uma ideia. Se a aceitasse, estabeleceríamos uma união de preces, de coração e de afeição entre essas duas casas. Poderia fazer passar aí algumas de suas filhas para tomar seu espírito e acharia bom que houvesse na diocese mais uma família desta Ordem. As mais próximas são as Dominicanas de Puy, com as quais estão em relação. Examinará isto com sua sabedoria, depois de ter recebido a carta do Senhor

Bispo, e terá a bondade de me fazer conhecer o que sua Excelência lhe disser. (idem, p. 31-32)

Nesse ínterim, Pe. Gavalda, em 1850, fundou a Congregação das Irmãs Dominicanas de Bor, na qual Alexandrina de Conduché, então Madre Anastasie, passou a ser a coluna mestra dessa Congregação, com apenas 17 anos.

A Figura 6 nos mostra a sede da Congregação das Irmãs Dominicanas na França:

Figura 6 - Sede da Congregação das Dominicanas na década de 1880, França



Fonte: Arquivo Colégio Sant' Anna. (Goiás – GO)

Coragem, constância, lealdade, generosidade. Estas palavras sempre soaram claro na linguagem ascética da Priora de Bor²³. Ela aconselhava as demais irmãs que sempre deveriam realizar seus afazeres da melhor forma possível, com caridade, humildade e complacência. A

²³ Priora, este termo deriva do latim prior, óris “primeiro de dois” ou “aquele que está na frente”. A Priora é o guia, o chefe de um grupo ou o superior de uma ordem religiosa. Seu ofício corresponde em prover as necessidades quer espirituais, quer materiais, com amor de mãe. Para quem as demais irmãs devotarão o mais profundo respeito, em todas as ocasiões darão provas de uma cabal dependência à sua autoridade.

fundadora insistia em dois pontos: a aplicação ao pormenor da ação e a completa espontaneidade do coração, como retrata o excerto:

Comparava o coração a um celeiro, que se deve encher do bom grão do Evangelho. Este grão é de toda espécie: a mortificação, a humildade, a generosidade, o recolhimento, o silêncio, a obediência, a regularidade. Para cada espécie de grão, temos preparado, no coração um “compartimento”. Entre esses compartimentos, um é “dourado” e a Madre sublinha que “Deus o fez para a fidelidade às pequenas coisas”. (idem, p. 100)

A Piora, com seu pensamento construtivo e dinâmico, orientava as demais irmãs, em primeiro lugar, para a perfeição positiva. Desejava, pois, que nesta vereda se desenvolvesse, em toda ação, o gosto pelo trabalho perfeito, a preocupação pela tarefa bem terminada, seja na área da instrução, ou no cuidado com os doentes. O ideal de excelência que a fundadora de Bor ensinava a suas filhas devia ser realizado em comum:

A comunidade tornar-se-ia facilmente um obstáculo à perfeição pessoal, se o esforço de cada uma não tendesse, em primeiro lugar, para a forma excelente da vida coletiva, que favorece em seguida o trabalho de santificação individual. Normalmente um religioso não se santifica, senão uma comunidade santa. (idem, p. 117)

Ao que parece, Madre Anastasie compreendeu a exigência desta condição. Primeiramente, trabalhou para estabelecer casas de vida religiosa exemplar, a fim de proporcionar a suas filhas o verdadeiro meio de sua perfeição pessoal. Pensava que uma perfeita vida religiosa consistia, antes de tudo, na caridade fraterna, pela qual as almas podiam, da melhor maneira possível, elevar-se a Deus. A união de tal sentimento deveria fazer da comunidade não somente um grupo harmonioso, mas uma equipe muito ativa de perfeição sobrenatural.

A Piora de Bor insistia para que suas Irmãs também acreditassem, antes de tudo, na pureza da intenção para que pudessem suportar-se mutuamente. Ressaltava sempre que não deveriam olhar os defeitos umas das outras com lentes de aumento e nem ver as qualidades das irmãs com o cantinho dos óculos, pois os defeitos deveriam ser suportados e as qualidades apreciadas. Salientava ainda que o pior inimigo de uma religiosa seria a língua.

Também se faz oportuno salientar que Madre Anastasie via, na modéstia, a veste de ouro da caridade, no que diz respeito às boas maneiras. Suas filhas deveriam ser polidas, religiosamente afáveis, um tanto finas em todos os seus modos: no falar, no andar, no porte. Fazia questão, antes de tudo, da integridade da vida religiosa. Ela não aceitava comportamentos rudes

das irmãs e não poupava advertências mesmo com as mais humildes, vindas do meio rural, pois como ela mesma dizia “[...] é preciso, quer para sua honra, quer pela da casa, adaptar-se a usos que demonstrem uma educação um tanto cuidada”. (LAJEUNIE, 1993, p. 126).

Na educação, a Congregação das Irmãs Dominicanas não visava a uma instrução puramente escolar, pois acreditava que a reduzida cultura, exigida pelo diploma elementar, não bastaria para a vida. Segundo os objetivos dessa instituição, o essencial era formar mulheres, segundo os princípios religiosos. Assim, Madre Anastasie indicava às mestras, que a religião é a arte de bem viver.

Ensine a suas crianças “a não gritar e a não fazer barulho na casa, a fechar as portas silenciosamente. Ensine-lhes tudo isto, como bons costumes de polidez e de religião também”. A religião está mencionada aqui, muito a propósito. (idem, grifos do autor. p. 167)

A Madre insistia, de várias maneiras, no aspecto realista da educação, pois se deveriam formar as crianças para a vida, falando sobre a importância dos valores, das relações entre os homens, do respeito ao próximo, do amor pelo que é verdadeiro, justo e belo. Além disso, salientava sempre que a escola é para a vida, devendo proporcionar às crianças uma imagem exata de uma sociedade bem organizada, e que pelo ambiente criado é que acreditava que se devia exercer a principal ação educativa.

A fundadora da Congregação das Dominicanas de Bor, Madre Anastasie, mulher simples, de aparência modesta, faleceu em 21 de abril de 1878. Posteriormente, em 1888, devido ao convento de Bor estar muito afastado de outros centros urbanos, e por ter se tornado pequeno em suas acomodações para as numerosas noviças, o Conselho aprovou sua transferência para a cidade de Monteils, passando a Congregação, a partir desse momento, a ser denominada de Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils.

2.2 Dominicanas em terras brasileiras e goianas

Os documentos históricos nos possibilitam compreender que toda Ordem Religiosa não se destina a si mesma, mas se coloca à disposição da Igreja para, desta ou daquela forma contribuir, seja no campo da saúde, educação ou somente religioso. A Congregação das Dominicanas de Monteils respondeu também ao apelo da Igreja, a qual, de certa forma, convidou e estimulou a

vinda para o Brasil, bem como para o antigo território do Estado de Goiás. Foi com espírito missionário, valendo-se da educação e do cuidado com os doentes, que as Irmãs Dominicanas deixaram sua terra natal para virem e fundarem o Colégio Sant'Anna em terras goianas. Observa-se, assim, que:

Em 1885, após difícil viagem (cuja última etapa, iniciada em Ribeirão preto, fora feita em carro de bois) chegaram a Uberaba seis Irmãs Dominicanas, vindas da França, imbuídas de espírito de doação e renúncia. Tinham como missão instruir as mocinhas da cidade e das fazendas circunvizinhas, educar e ensinar as meninas pobres, socorrer os necessitados, além de reafirmar as verdades da fé. (O Popular, 12/12/1996)

A vinda das religiosas francesas para o Brasil foi uma resposta à solicitação dos dominicanos que aqui já residiam, desde o findar dos oitocentos, juntamente com o pedido do então Bispo de Goiás, Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão, que, estava deseioso de fortalecer a educação em Minas Gerais e Goiás. Esses agentes estavam cientes das necessidades locais, sobretudo, da falta de espaços educativos. E, movidos pelos ideais ultramontanos de difusão e fortalecimento do catolicismo, solicitaram a vinda das irmãs dominicanas francesas.

Vale ressaltar, que nesse cenário “A educação feminina confessional aparecia como um grande instrumento de valorização do Catolicismo por meio da inculcação de ideias religiosas nas educandas” (LAGE, 2013, p. 70). Diante de mudanças ocorridas no campo social, político e econômico na França, no findar do século XIX, explica-se o envio das religiosas da Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils ao Brasil, por meio do projeto de expansão dos núcleos religiosos, aconselhados pelo Papa Pio X, e também com o intuito de fugir das perseguições do Estado contra as casas religiosas.

Operando com tais inquietações e em uma ação missionária, Pe. Cormier dominicano e francês e mais seis “irmãs de Bor”, em 1885, vieram para o Brasil. Não há dúvida de que as condições de separação, entre o Estado e a Igreja, também colaboraram com o intuito de fugir das perseguições laicizantes, pois, no campo religioso, o momento era de instabilidade, conforme aponta Manoel:

Na Europa, França e Itália notadamente, as lutas burguesas implicaram a perseguição anticlerical e o afastamento da Igreja de todos os centros de decisão, inclusive do sistema público de ensino. As reformas de Jules Ferry, na Terceira República, foram decisivas para a consolidação do laicismo educacional e neutralidade religiosa na França (MANOEL, 1996, p.17)

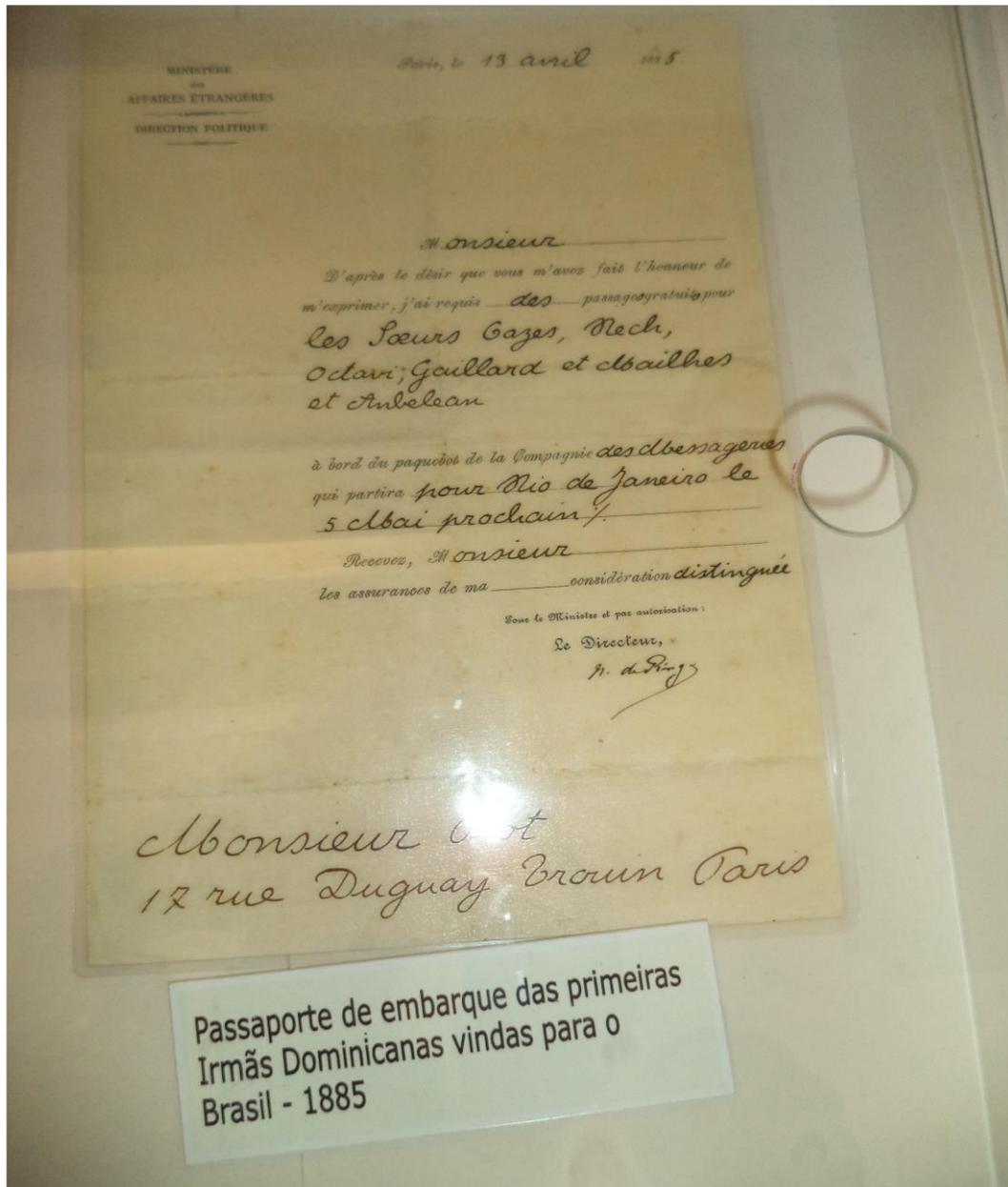
Em 1884, partiram da França seis religiosas com destino a Portugal, passando por Lourdes, onde permaneceram por três meses para o aprendizado, ao menos elementar, da Língua Portuguesa.

No dia 5 de maio de 1885, embarcaram para o Brasil. Toda uma gama de dificuldades teve que ser vencida, desde a difícil travessia do Atlântico, com relatos de tempestade, fome, falta de água e doenças. Chegando a terras brasileiras, percorreram de trem de ferro, no espaço de dois dias, a distância do Rio de Janeiro a São Paulo e de São Paulo a Ribeirão Preto numa viagem de vinte e três dias. Assim:

No dia 15 de junho de 1885, as seis missionárias chegaram em Uberaba e foram recepcionadas à moda da época, com banda de música, discursos, estourar de foguetes, etc. O Bispo D. Cláudio Ponce de Leão veio de Goiás, à cavalo, numa viagem que durou vinte dias. E, juntamente com o povo, fizeram a acolhida às precursoras da educação em Uberaba (MELO, 2002, p.44).

As religiosas, escolhidas para fundarem casas em terras brasileiras, foram: Madre Maria José, designada para presidir os trabalhos da fundação e suas companheiras Irmã Maria Otávia, Irmã Maria Eleonora, Irmã Maria Hildegarda, Irmã Maria Juliana e Irmã Maria Reginalda, como podemos visualizar na Figura 7, o passaporte das primeiras dominicanas que vieram para o Brasil em 1885:

Figura 7 - Passaporte das primeiras dominicanas, 1885



Fonte: Museu da Capela: Dominicanas de Monteils (Uberaba – MG)

Fiéis à vocação original da Congregação e conhecedoras da então situação brasileira (mineira e logo após a goiana) de carência de catequese e de escolas, as irmãs não se furtaram em ajudar mais esta população, em todas as áreas que se fizeram necessárias. No cotidiano, enfrentaram muito trabalho, incompreensões, lutas, sofrimentos. Segundo Borges (1986, p. 35),

“Uma grande luz, porém, as guiava: a Fé, a Esperança, a Caridade. Pois, estavam alicerçadas para a estuenda obra que realizariam em terras distantes”.

Inicialmente, as religiosas dedicaram-se ao cuidado dos doentes que ocupavam as dependências da Santa Casa de Misericórdia na Cidade de Uberaba, dando-lhes assistência domiciliar e desenvolvendo também um trabalho apostólico associado ao dos frades dominicanos.

Logo após, de maneira bem tímida e ainda no ano de 1885, as dominicanas fundaram, em Uberaba, o Colégio Nossa Senhora das Dores, tendo duas alunas internas e quatro externas, conforme se pontua “A Congregação das Irmãs Dominicanas foi pioneira quanto à implantação de colégios no interior do triângulo mineiro” (MELO, 2002, p. 45). Porém, bastou apenas um ano para o Colégio atrair centenas de alunas, cuja maioria provinha de classes sociais economicamente privilegiadas.

Ainda na cidade de Uberaba, além de fundarem e dirigirem o Colégio Nossa Senhora da Dores, as irmãs assumiram a direção do Externato São José, da Escola de Enfermagem Frei Eugênio, da Faculdade de Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino, do Hospital São Domingos e de vários núcleos de trabalho educativo e pastoral na periferia da cidade.

No findar do século XIX, por meio de Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão, “[...] grande protetor das Irmãs, não só provisor para as necessidades materiais, mas também conselheiro e pai” (BORGES, 1986, p. 40), resolveu trazer para sua cidade episcopal o benefício que já havia conseguido para Uberaba. Assim, uma segunda remessa de religiosas embarcou em Bor (França) com destino ao Brasil, chegando a terras brasileiras (Uberaba) em junho de 1889, onde permaneceram alguns meses para descansarem da viagem e estudarem a Língua Portuguesa. E, em 03 de setembro de 1889, chegaram à Cidade de Goiás, na época, capital do Estado, para fundarem o segundo colégio da Congregação em solo brasileiro:

Assim, a viagem é feita lentamente sem acidente. Uma vez, entretanto, o animal de Irmã Jeanne-Maria, subindo rapidamente numa curva, deu um pulo. A Irmã, distraída, inclinou-se para trás com tanta força, que caiu e quase bateu num velho tronco de árvore que se achava perto. Felizmente, o guia a olhava e pulou no chão, pegando-a nos braços, justamente a tempo de livrá-la de morte certa. (Histórico de Goiás, Jornal Jubileu, 1985)

Consideradas as circunstâncias da época, só mesmo um grande ideal justificaria o arriscar-se tanto por uma causa. As irmãs, dedicadas à saúde e à educação, algum tempo depois de fundarem o Colégio Sant’Anna na Cidade de Goiás, foram requisitadas para dirigirem o orfanato, o asilo e o hospital da cidade.

Em 1909, elas fundaram o Asilo São Vicente de Paulo, construído pelos Vicentinos, destinado a abrigar deficientes mentais, além de anciãos abandonados. O asilo, cuja direção foi confiada às irmãs, era mantido por meio de recursos angariados pelas religiosas, junto à população local. Dessa maneira, com verbas e doações particulares puderam, com o passar do tempo, aumentar, melhorar e modernizar o prédio e suas instalações. Mais uma instituição, em 1913, foi destinada aos cuidados dessas religiosas, no caso, o Hospital de Caridade São Pedro, a pedido do presidente e dos membros da junta administrativa do hospital em apreço:

Tendo V.Ex.^a, na qualidade de procuradora da Madre Superiora Geral da Ordem, se obrigado pelo contrato que firmou a fazer com que as duas irmãs aqui estivessem a 12 de novembro do ano p.p. e já tendo a Junta dado todas as providencias no sentido de recebê-las no estabelecimento, do acordo com as obrigações contratadas, inclusive a entrega de um conto de reis para pagamento da metade do transporte das mesmas da França, até esta capital. Apresentamos a V.Ex.^a. as homenagens do nosso respeito e subida consideração. (CARTA, 21/01/1913).²⁴

Como pudemos verificar, a missão das Irmãs Dominicanas era anunciar, em toda parte, o evangelho pela palavra e pelo exemplo, considerando a situação dos homens, seja na educação ou locais relacionados à saúde. Mais tarde, em 1924, as religiosas, Madre Helena e Irmã Maria Ambrosina, fundaram o Orfanato São José.

2.3 As províncias da Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils no Brasil

No que tange às ordens e congregações, estas sempre encontraram-se organizadas em comunidades religiosas, ou seja, em províncias. E, no que diz respeito à Congregação das Dominicanas, encontram-se sob a jurisdição de um Governo Geral sediado na França (Monteils), a quem competia todas as decisões, desde as estruturações das casas, por meio da manutenção das Prioras locais e, até mesmo a decisão de transferência de alguma irmã, sendo estas decisões expressas em cartas de assinação, haja vista que:

Essas instituições tinham a possibilidade de se desenvolverem em diversos lugares, mas sempre ligadas à superiora geral e a uma sede, chamada Casa Geral ou Casa-Mãe, de

²⁴ Carta manuscrita pelo Presidente da junta administrativa do Hospital de Caridade São Pedro. (Arquivo do Colégio Sant'Anna).

onde emanavam todas as ordens e decisões sobre os rumos da congregação: recrutamento, trabalhos assumidos, compras de prédios etc. (LEONARDI, 2010, p. 30)

Até 1942, conforme se lê no número 329 no Costumário das dominicanas, competia a Priora Geral determinar toda a vida da instituição religiosa, quer na França, quer no Brasil. Vale salientar também que a Congregação manteve, até a década de 1960, duas classes de irmãs como podemos constatar no trecho da Constituição de 1942, 12:

As irmãs de coro, com direito a nomeação para cargos administrativos no interior da Congregação, ocupando-se da educação da juventude ou do cuidado aos doentes. Já as irmãs conversas se ocupavam dos diversos trabalhos manuais e domésticos. (MINAS GERAIS, 1942)

Esse “*status quo*” durou até a década de 1970. O Capítulo de Aggiornamento²⁵ suscitou uma revisão dessas estruturas, considerando-as obsoletas não só no contexto de mundo, como também, no seio da Igreja. A distinção entre irmãs de coro e conversas foi destituída, pois a observância da precedência tornava-se mais flexível e a titulação menos pomposa, além de atribuições mais humanas e mais funcionais. A Congregação também se abriu a uma nova forma de engajamento apostólico, como podemos ler no relatório de Irmã Marie Rosa, Priora Geral, apresentado no Capítulo Geral de 1983:

[...] descentralização decidida pelo Capítulo de Aggiornamento e tornada efetiva, a nível de estruturas, pela criação das Províncias e o funcionamento de uma Governo Geral de tipo novo, deu início a todo um movimento de tomada de consciência de responsabilidade pessoal e comunitária e à explosão de iniciativas. (...) Ao mesmo tempo e num mesmo movimento, as Províncias se abriram a novos mundos de inserção em função das necessidades, preocupadas, primordialmente, em dar respostas apropriadas aos apelos prementes e, também mais diversificadas de um mundo em constante mutação.

Na década de 1940, devido à Segunda Guerra Mundial, grandes dificuldades de comunicação e conseqüentemente de uma coordenação e governabilidade à distância se

25 Aggiornamento é um termo italiano utilizado durante o Concílio Vaticano II e que o Papa João XXIII "popularizou como expressão do desejo de que a Igreja Católica saísse atualizada do Concílio Vaticano II". Por outras palavras, o aggiornamento é a adaptação e a nova apresentação dos princípios católicos ao mundo atual e moderno, sendo por isso um objetivo fundamental do Concílio Vaticano II. O documento conciliar Sacrosanctum Concilium resume o espírito do aggiornamento da seguinte maneira: "fomentar a vida cristã entre os fiéis, adaptar melhor às necessidades do nosso tempo as instituições susceptíveis de mudança, promover tudo o que pode ajudar à união de todos os crentes em Cristo, e fortalecer o que pode contribuir para chamar a todos ao seio da Igreja". Para Bento XVI: Aggiornamento, quer dizer atualização, não significa ruptura com a tradição, mas exprime a sua contínua vitalidade.

apresentaram. Nesse período, houve vertiginosa expansão das Casas no Brasil e as grandes distâncias entre as mesmas levaram o Governo Geral a dar mais um passo rumo à descentralização. Assim, na Carta Circular de 27 de novembro de 1960, Mère Marie Agnès de Jesus, Priora Geral, apresentava o seguinte:

Sem fragmentar a unidade de nossa família religiosa no querido Brasil, mas, pelo contrário, para reforçar esta unidade e facilitar um Governo de conjunto, duas Regiões vãs ser criadas, que terão sua sede, respectivamente, em São Paulo e em Brasília. (Carta Circular, 27/11/1960)

A superiora deixou claro que, na divisão das Regiões, não se levou em conta, de maneira rigorosa, o critério geográfico. Diante dessas informações, podemos visualizar, no Quadro 4, a que Região pertencia cada Casa da Congregação das Dominicanas no Brasil:

Quadro 4 – Regionais Dominicanas

| Região Brasília | Região São Paulo |
|------------------------|-------------------------|
| Brasília | São Paulo |
| Rio de Janeiro | Uberaba |
| Belo Horizonte | Araxá |
| Volta Grande | Curitiba |
| Goiânia | Cambará |
| Goiás | Torres |
| Arraias | - |
| Porto Nacional | - |
| Conceição do Araguaia | - |
| Marabá | - |
| Belém | - |

Elaborada pela autora. **Fonte:** Livro – Província Nossa Senhora do Rosário, Jubileu de Prata, 1970-1995.

Dentro desse novo contexto, na década de 1970, com o intuito de atender às aspirações da grande maioria das religiosas, como também visando maior participação na vida e no governo da Congregação, o Capítulo de Aggiornamento decidiu modificar sua estrutura, criando o sistema de Províncias. O pedido, dirigido ao Papa Paulo VI pela Priora Geral, Madre Marie-Anna, foi apreciado pela Sagrada Congregação para os Religiosos e os Institutos Seculares e, no dia 21 de setembro de 1970, a Congregação recebeu autorização para criar as Províncias, conforme Decisão do Capítulo.

Esse acontecimento marcou uma nova etapa na descentralização na Congregação, garantindo a todas as irmãs o direito de terem suas representantes nos Capítulos Gerais, o que significava igualdade de participação nas decisões institucionais. Assim, as grandes mudanças

aconteceram em torno de três eixos maiores: a descentralização do poder, a formação permanente das Irmãs e a busca de novas expressões de nossa vocação apostólica.

Nos anos de 1970, visando conceder uma organização mais descentralizada e adaptada a cada realidade, o Capítulo Geral de Aggiornamento decidiu criar Províncias no interior da Congregação, sendo elas: Província de França, Província Brasília e Província Nossa Senhora do Rosário. Posteriormente, em 1975, fundou-se a Província França-Bélgica. Atualmente, a Congregação conta com cinco Províncias, sendo elas:

- Província de França, com sede em Monteils;
- Província Lacordaire (anteriormente França-Bélgica), com sede em Vincennes;
- Província Nossa Senhora do Rosário, com sede em São Paulo;
- Província Nossa Senhora do Guadalupe (inicialmente com sede em Brasília), atualmente com sede em Goiânia;
- Província Madre Anastasie, localizada no Rio de Janeiro.

Nesse sentido, em 21 de setembro de 1970, foram instituídas as Províncias, saindo assim, de uma experiência secular de centralização de poder, na pessoa da Priora Geral. Dessa forma, as Províncias puderam estreitar os laços de família, entre elas, tendo uma maior igualdade de representação nos Capítulos Gerais, além de um maior investimento na formação permanente das religiosas.

Cabe salientar, que a Congregação, agora representada por várias Províncias, teve uma preocupação ainda maior com o processo de atualização. Este foi desencadeado pelo Capítulo Geral de Aggiornamento, com o intuito de melhor compreender a sociedade em que se insere. E pouco a pouco, a Congregação foi descobrindo novas formas de presença no mundo.

Dentro desse novo contexto, surgiram então, nos anos de 1970, o projeto das irmãs de atuarem em “Pequenas comunidades”, “Comunidades Polivalentes” ou as “Inserções Populares”²⁶ junto ao povo pobre e marginalizado, nas quais as religiosas buscaram se inserir, a fim de lhes levar a mensagem evangélica. Tentou-se ali um novo estilo de vida religiosa, fora da

²⁶ As inserções populares se inserem num movimento de abertura, revitalização, busca de novos caminhos dentro da Igreja. Esta renovação foi desencadeada pelo Papa João XXIII, quando convocou e fez realizar o Concílio Vaticano II. Na América Latina, a II Conferência de CELAM, 1968, Medellín, e posteriormente a III Conferência, 1979, Puebla, reafirmaram e procuraram meios de incentivar a prática destas ideias vindas do Concílio Vaticano II. A vida sofrida e marginalizada do povo latino-americano vai também motivar a busca de uma presença mais efetiva junto aos pobres.

instituição, ou seja, mais próxima possível das condições de vida das pessoas, tendo como princípio:

[...] fundamental que norteia os demais: manter uma atitude de escuta, ser uma presença amiga e estimuladora. Ajudar o povo a fazer seu processo de libertação. Ajudá-lo a ser sujeito de sua história. (PROVÍNCIA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, JUBILEU DE PRATA, 1970-1995, p. 95)

Em 1977, o Capítulo Geral definia assim a meta da Congregação para os então próximos seis anos:

Procurando encarnar, como Dominicanas, na linha do carisma de fundação e neste tempo de nossa história, nosso projeto de vida em seguimento de Cristo, nós reexplicitamos, desta maneira, a meta que nos une: Anunciar o Reino, sobretudo pela palavra; participar da transformação do mundo no sentido da missão libertadora de Cristo; promover a justiça. (NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, JUBILEU DE PRATA, 1970-1995, p. 25)

Apesar do caráter polivalente das Inserções da Congregação, desde seu início e da capacidade de adaptação ao longo dos tempos e lugares, as religiosas sempre procuraram se manter fiéis à sua missão, como podemos ler no número 692 do Costumário de 1946:

Por toda parte para onde são chamadas, as Religiosas do Santíssimo Rosário acorrem, para cumprir sua admirável missão de educadoras e de Irmãs de Caridade e para pôr a serviço da Igreja um zelo incansável. Escolas, colégios, patronatos, asilos, atelier, hospitais, nenhuma obra lhe é estranha; como verdadeiras filhas de São Domingos, elas se ocupam em minorar todas as misérias morais e físicas. (MINAS GERAIS, 1946)

Sob esse prisma, valorizando todas estas conquistas, o Capítulo Geral de 1995 confiou às Províncias o cuidado de definir suas próprias prioridades apostólicas, em função de sua realidade, e convidou todas as Irmãs a serem sinais de esperança no coração do mundo, na fidelidade à tradição dominicana e ao realismo de Madre Anastasie.

2.4 A Província Nossa Senhora de Guadalupe

A Província Nossa Senhora de Guadalupe foi fundada em 1970, com o nome de Província Brasília, devido ao fato de sua sede ser em Brasília. Em 1995, como a sede da Província havia sido transferida para Goiânia, durante uma Assembléia Geral, a Priora Provincial Irmã Margarida

Ludovico de Almeida, juntamente com os demais membros, decidiu trocar o nome de Província Brasília para Província Nossa Senhora de Guadalupe.

O Quadro 5 ilustra as comunidades que sempre pertenceram à Província Nossa Senhora de Guadalupe.

Quadro 5 – Comunidades mantidas pela Província Nossa Senhora de Guadalupe

| Comunidade | Onde de localiza |
|---------------------------------------|----------------------------|
| Comunidade da Casa Provincial | Goiânia – GO |
| Comunidade Frei Mateus | Abadiânia – GO |
| Comunidade Cristo Rei | Cristianópolis –GO |
| Asilo São Vicente de Pau | Goiás – GO |
| Comunidade do Lar São José | Goiás – GO |
| Comunidade São José | Goiânia – GO |
| Comunidade Alexandrine Conduché | Aparecida de Goiânia – GO |
| Comunidade Nossa Senhora da Conceição | Conceição do Araguaia – GO |
| Comunidade Sant’Ana | Goiás – GO |
| Comunidade Santa Rosa de Lima | Rio de Janeiro – RJ |

Fonte: Site Oficial da Província

No que tange à missão das Províncias, a Província Nossa Senhora de Guadalupe, desde sua instalação, tem por missão anunciar a Boa Nova de Jesus Cristo pela pregação da palavra e pelo testemunho no que diz respeito à vida pessoal e comunitária das religiosas em diferentes épocas e lugares, tanto nas Instituições como nas inserções populares.

Em relação ao estilo de vida das religiosas dominicanas, é importante salientar que esta Província sempre primou pela valorização das Comunidades, oração, estudo e reflexão. Além disso, há o acolhimento das pessoas para as quais prestam seus serviços, testemunho de vida fraterna, simplicidade de vida, comunicação, amizade e respeito, despojamento de privilégios, desinstalação e disponibilidade, já que essas religiosas sempre estiveram prontas para oferecerem seus trabalhos para onde fossem solicitadas e propondo a serem parte ativa de uma Igreja comprometida com a luta pela justiça e a transformação do mundo.

A Província sempre teve como objetivo fomentar a formação das irmãs na área da saúde, educação e justiça social, para que melhor pudessem atuar no cuidado dos doentes e na educação da juventude. Lembrando que, em qualquer setor de trabalho das Irmãs, elas em todo o tempo se organizaram de modo a estarem atentas à sua missão de evangelizadoras como Dominicanas, seja na ação, no interior das instituições e na pastoral externa ao ambiente institucional, não esquecendo o âmbito da Comunidade Religiosa.

Para esta Província, a catequese não constitui, em geral, como uma atividade independente, mas de forma integrada ao projeto apostólico de suas Instituições e Inserções Populares. Há uma renovação missionária centrada sobre a formação de sólidas convicções cristãs, capazes de conduzir a uma participação na comunidade eclesial e ao desenvolvimento sócio-econômico: evangelização pelo desenvolvimento.

Nesse sentido, toda uma preocupação com a realidade, com a redescoberta do carisma dos fundadores, com um estilo de vida que favoreça a partilha; com participação na pastoral e com o assumir da formação permanente das irmãs fizeram parte dos interesses cotidianos da Província em apreço.

Uma das grandes preocupações da Província Nossa Senhora de Guadalupe foi estar aberta aos desafios da atualidade, os quais exigiram relações cheias de fé, esperança e muita criatividade para se planejar e realizar um trabalho eficaz. Dessa forma, se esforçaram em manter, a cada dia, os valores dominicanos, que são: reflexão, contemplação, solidariedade e ação apostólica.

Portanto, a Província Nossa Senhora de Guadalupe sempre procurou, por meio de suas atividades educacionais, sociais, pastorais e na área de saúde, promover a formação humana cristã, em uma atenção particular aos pequenos e aos pobres, empenhando para combater toda forma de discriminação.

2.5 O Colégio Sant'Ana: gênese e percurso

No dia 05 de setembro de 1889, o Colégio Sant'Anna foi inaugurado na Cidade de Goiás, como já citado neste trabalho anteriormente. O dia festivo teve início por volta das “11 horas com a chegada das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils à cidade, chefiadas pelo Padre Gallais, a comitiva percorreu 120 léguas a cavalo, em pequenas etapas de 24 a 30 quilômetros por dia”. (VALLE, 1989, p. 10)

A Figura 8 nos apresenta o momento de chegada das Irmãs Dominicanas na Província de Goiás no findar dos anos oitocentos.

Figura 8 – Irmãs dominicanas chegando na Cidade de Goiás, 1889



Fonte: Arquivo do Colégio Sant'Anna (Goiás – GO)

As religiosas francesas, fundadoras do Colégio Sant'Anna, foram recebidas com entusiasmo pela população vilaboense. Esses cidadãos as esperavam na Vila do Bacalhau²⁷, com duas bandas de músicas e fogos de artifício, saudando-as de forma entusiasta. Desceram dos cavalos e vieram acompanhadas pelo povo e clero até a Igreja da Boa Morte, que funcionava como Catedral²⁸, e onde participaram da cerimônia religiosa na presença do Bispo Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão que “[...] cercado de todos os seus sacerdotes e religiosos, presidiu a festa. Cantou-se o *Te Deum* solene e o Bispo fez uma eloqüente alocução, louvando as religiosas”. (BOLETIM INTERPROVINCIAL, nº 15, 1985, p. 04).

Ainda com relação às festividades devido à chegada das religiosas na Cidade de Goiás, Valle acrescenta:

Jamais alguém, autoridade civil ou militar, havia tido recepção igual. Duas bandas de música e uma chuva de fogos de artifício foram as primeiras a saudar as Irmãs. Durante o trajeto a pé, até a Praça da Boa Morte, foram executados cantos de circunstância, sob a

²⁷ Uma pequena cidade localizada a quatro quilômetros da Cidade de Goiás.

²⁸ Nos dias atuais é o Museu Sacro da Cidade de Goiás.

aclamação do povo que não se cansava de admirar as Irmãs que andavam com o véu abaixado, envergonhadas e confusas por se sentirem objeto de tal ovação, quando vinham com tanta humildade e simplicidade. (VALLE, 1989, p. 05)

Após o encerramento de todas as comemorações, o Bispo levou as religiosas para se acomodarem em sua própria residência. Aos poucos, a casa do clérigo foi transformada em escola, especificamente, o Colégio Sant'Anna. Nesse ambiente, embora os espaços fossem agradáveis, eram pequenos. Já no início, primeiro de outubro, as Irmãs criaram uma classe gratuita e aceitaram 05 alunas internas e 100 externas.

Com o intuito de elucidar no que se refere as discentes do Colégio, apresentamos, na Figura 9, a primeira aluna interna do Colégio Sant'Anna:

Figura 9 - Primeira aluna interna do Colégio - D. Quimbita e neta, 1889



Fonte: Marco Antônio Veiga (Goiás – GO)

A Figura 10 mostra, com clareza, a importância dada ao Colégio Sant'Anna na época de sua fundação, pois a escola se localizava em lugar privilegiado da cidade, no Largo do Chafariz. A fachada era voltada para o leste, ficando entre casas de residências e uma viela. Os fundos do prédio se confrontava também com as residências da Rua Dr. Neto, sendo um local acessível a todas as alunas.

Figura 10 - Colégio Sant'Anna, no Largo do Chafariz, início do século XX.



Fonte: Arquivo do Colégio Sant'Anna (Goiás – GO)

Valle ainda descreve que o Colégio Sant'Anna compunha-se de três casas, sendo:

Na primeira casa, de cima para baixo, ficava a Capela, com janelas para o Largo do Chafariz, a clausura e o refeitório. A segunda servia de escola gratuita para as meninas pobres. Na terceira casa ficava a sala de música, com piano. As salas de aula ficavam nos fundos e possuía, em seu internato, grande número de alunas, a maioria vinda do interior do estado. (VALLE, 1989, p. 11)

Ainda sobre a abertura e importância dada ao Colégio Sant'Anna, pode-se dizer que este surgiu com a preocupação de preparar um ambiente material e religioso adequado para a formação intelectual da juventude feminina vilaboense, sempre seguindo os valores cristãos. Nessa acepção, a formação moral dessas jovens ficou a cargo das Irmãs Dominicanas de Monteils, especialmente porque as abordagens morais da época eram rígidas e, portanto, os princípios católicos norteavam a educação dessas meninas e jovens que estudaram no Colégio Sant'Anna.

Em 1892, mais duas salas foram construídas e enquanto isso o número de alunas aumentava, chegando a 150 meninas matriculadas. Nesse mesmo ano, Dom Cláudio apresentou uma proposta à Assembléia goiana de uma subvenção anual de 2:000\$000 réis para custear as despesas do Colégio, conseguindo aprovação posteriormente.

Em 1891 o jornal “Estado de Goyaz” publicou a seguinte matéria:

Encerra-se as aulas deste importante estabelecimento de educação para o sexo feminino, no dia 31 do passado (julho), tendo antes as alumnas passado o competente exame. O bem inenso que este Collegio faz em Goyaz, é impossivel de se aquilatar. Só cuidando na educação dos meninos, Goyaz esquecia de modo lamentavel a educação das meninas. Goyaz esquecia de modo lamentavel a educação e instrucção da mola real de uma casa... a mãe de familia. Para pôr fim a esse mal, o exmº e revmº sr. D. Cláudio não descansou enquanto não conseguiu estabelecer aqui um Collegio dirigido por oito irmãs da Ordem Terceira de S. Domingos. O resultado é o que todos vemos, e que as meninas provaram nos exames ultimos. Matriculas 150, frequentando 130 alumnas... Honra às irmãs dominicanas! Parabens a Goyaz e às moças goyanas!. (Jornal O Estado de Goyaz, nº 10, 07/10/1891)

Em relação à vinda da segunda remessa de religiosas para o Brasil, com destino a Goiás, foi necessário que Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão assinasse um contrato de onze cláusulas a pedido do Bispo de Rodez, da França (Superior das irmãs) e a Superiora Geral da Congregação das Irmãs Dominicanas de Monteils e, como exigência, o artigo primeiro dizia: “*O colégio será dirigido e administrado pelas religiosas dominicanas de Bor e compreenderá a educação das jovens ricas, pobres, filhas de escravos e ainda, visita aos doentes em domicilio*”.²⁹ Além disso, “Ele pagava as irmãs, conforme contrato passado entre a Superiora Geral e o Bispo de Rodez, uma pensão individual de 12 francos e 50 por mês”. (BOLETIM INTERPROVINCIAL, nº 15, 1985, p. 5)

Quanto ao empenho do Bispo Dom Cláudio, vale destacar a seguinte nota publicada em um periódico da época:

O bem immenso que este Collegio faz em Goyaz, é impossivel de se aquilatar. Só cuidando da educação dos meninos, Goyaz esquecia de modo lamentável a educação das meninas. Goyaz esquecia de modo lamentável a educação e a instrução da mola real de uma casa... a mãe de família. Para por fim a esse mal, o Exmº. Rvmº. Sr. Dom Cláudio não descansou enquanto não conseguiu estabelecer aqui um Collegio dirigido por oito irmãs da Ordem Terceira de São Domingos [...]. (ESTADO DE GOYAZ, n.10, 1891)³⁰

Segundo Bretas (1991), as religiosas fundadoras do Colégio Sant’Anna foram oito irmãs francesas, três das quais já haviam morado em Uberaba, localizada no Estado de Minas Gerais, podemos citar: Ir. Otávia, encarregada da fundação do Colégio e primeira diretora, que já se encontrava em Uberaba, viera com a primeira turma de dominicanas trazidas da França por Dom Cláudio. As demais foram Ir. Estefânea, encarregada da escola; Ir. Catarina; Ir. Verônica,

²⁹ Documento pertencente ao acervo do Arquivo do Museu das Bandeiras da Cidade de Goiás.

³⁰ Periódico, Estado de Goyaz, n.10, 1891. (Arquivo – FECIGO: Fundação Educacional da Cidade de Goiás – Casa Frei Simão Dorvi.

encarregada da cozinha; Ir. Antonieta “De olhos azuis como contas, doce, suave, a professora de música tomava conta da Capela e tocava harmônio durante as cerimônias religiosas. Parecia uma santa.” (MONTEIRO, 1974, p. 71); Ir. Inês, Ir. Isabel e Ir. Rosa Sant’Anna, sendo a última exímia professora de trabalhos manuais, com apenas 19 anos, conhecia os mais variados segredos da agulha, conforme se evidencia:

Em bastidores com cetim, belbutina ou linho, bordando ramos florais ou motivos sacros, Irmã Rosa usava ao mesmo tempo e no mesmo trabalho diversas agulhas com fios de linha em cores diferentes; num rápido manejo de agulhas, enfiando e puxando com destreza e habilidade, apresentava trabalhos harmoniosos, artísticos e coloridos, que, pela perfeição, pareciam feitos com tinta e pincel. (BRITO, 1982, p. 56).

As alunas que se matriculavam no Colégio Sant’Anna provinham tanto de famílias mais abastadas da cidade e região, bem como daquelas que não dispunham de recursos financeiros, como podemos notar no trecho de uma Carta Pastoral escrita por Dom Eduardo Duarte Silva, salientando que:

Não podereis negar que as heróicas religiosas dominicanas que por amor da educação e ensino de vossas filhas, abandonarão pátria, família, commodos da vida, e vierão aqui affrontar nosso clima, amoldar-se a nosso hábitos e consumir n’esta Diocese sua mocidade, sua saúde, suas forças, sua vida. Não podereis negar os imensos benefícios que elas prestão a instrução e educação tanto para as filhas do rico, com ás pobrezinhas, filhas dos menos favorecidos da fortuna, do artista, do operário e do proletariado. (CARTA PASTORAL, 1887)

Nessa esteira de reflexões, cabe ainda destacar que como uma das “Preocupações das Irmãs era acolher as crianças pobres³¹, as filhas de escravos mais perdidas e mais sofridas que no próprio cativeiro” (VALLE, 1989, p. 06), assim o Colégio Sant’Anna tinha salas de aula destinadas para tais alunas.

No ano de 1892, as religiosas dominicanas do Colégio Sant’Anna já ofereciam instrução para 20 alunas pobres, conforme podemos verificar na relação de nomes do Quadro 6.

³¹ As alunas pobres estudavam em salas separadas, ou seja, não dividiam os mesmos espaços que as alunas de classes mais abastadas.

Quadro 6 - Alunas pobres que recebiam instrução no Colégio Sant'Anna em 1892

| | |
|----|------------------------------|
| 01 | Luiza Antônia da Penha |
| 02 | Guilhermina da Silva |
| 03 | Auta de Abreu |
| 04 | Joaquina Artiagos |
| 05 | Missias Antonia da Penha |
| 06 | Maria da Abbadia |
| 07 | Benedita Correia |
| 08 | Maria Ribeiro da Maia |
| 09 | Anna Ribeiro da Maia |
| 10 | Bárbara Rodrigues das Chagas |
| 11 | Maria Joana Pinheiro |
| 12 | Alcides Joana Pinheiro |
| 13 | Maria Robertina |
| 14 | Benícia Maria de Oliveira |
| 15 | Maria da Luz |
| 16 | Eugenia da Luz |
| 17 | Leonora Iracema |
| 18 | Dalila Antonio de Deus |
| 19 | Maria Rita Gonçalves |
| 20 | Anna Alves Gonçalves |

Elaborado pela autora. **Fonte:** FECIGO

Para manter essas alunas no Colégio, as Irmãs Dominicanas contavam com doações de materiais escolares doados pelo poder executivo municipal, como podemos visualizar na Tabela 3:

Tabela 3 – Lista de materiais escolares doados para manter as alunas pobres do Colégio Sant'Anna em 1892

| Quantidade | Materiais escolares |
|-------------------|---|
| 1 | Resma de papel fume. |
| 1 | Botija de tinta. |
| 1 | Caixa de pennas de aço Mallat, nº 14. |
| 12 | Primeiros livros de leitura de Hilário Ribeiro. |
| 10 | Segundos livros de leitura de Hilário Ribeiro. |
| 8 | Terceiros livros de leitura de Hilário Ribeiro. |
| 6 | Quartos livros de leitura de Hilário Ribeiro. |
| 12 | Cartas de ABC. |
| 6 | Cartilhas de Doutrina Christã. |
| 12 | Tabuadas. |
| 12 | Lápis Faber sortidos. |
| 24 | Lápis para lousa. |

Elaborada pela autora. **Fonte:** FECIGO

Além desses materiais escolares, doados ao Colégio Sant'Anna pelo poder executivo da Cidade de Goiás, o Bispo Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão conseguiu um auxílio financeiro anual junto ao Estado para a manutenção das alunas pobres para que esta instituição de

ensino confessional pudesse manter gratuitamente tais educandas, conforme podemos constatar por meio da leitura da Mensagem enviada ao Congresso pelo Presidente do Estado de Goiás em 1904:

O Estado tem pago o auxílio annual de 1:200\$000 ao Collegio Sant'Anna, nesta capital [...], dirigido pela Irmã Thomazia referente a matrícula de 68 alunas pobres durante o anno findo, com frequência média de 52 alunas. (GOIÁS, 1904, p. 23)

Ainda no que tange às doações de materiais e auxílio de recursos financeiros, ambos destinados ao Colégio Sant'Anna, podemos perceber que tal instituição não conseguia se manter apenas com as mensalidades pagas pelas famílias das alunas mais abastadas que ali estudavam. Dessa forma, para que pudesse oferecer instrução gratuita às alunas pobres a instituição precisava contar com a ajuda tanto de verbas estaduais como municipais.

Em 1895, as irmãs dominicanas, já bastante ocupadas com as atividades educacionais do Colégio Sant'Anna e reconhecendo a necessidade de respirar ar puro, de recompor as forças gastas no cotidiano do árduo trabalho prestado em tal estabelecimento de ensino, conseguiram adquirir uma área para descanso e retiro. Essa área foi denominada Chácara Santa Maria como bem descreve uma ex-aluna do Colégio em um de seus livros:

A chácara das irmãs dominicanas possuía aproximadamente 3 alqueires, à margem do córrego Bagagem. Nela, havia ampla casa e uma pequena capela. Nos períodos de descanso, sobretudo nas férias, além dos estudos da língua portuguesa, das atividades domésticas e da prática dos ofícios religiosos, as religiosas tinham permissão para, às duas da tarde, tomarem banho no córrego, sob a sombra das árvores graciosamente debruçadas sobre o leito d'água. (MONTEIRO, 1974, p. 64)

A Figura 11 tem como intuito ilustrar um grupo das religiosas dominicanas em momento de lazer na Chácara Santa Maria:

Figura 11 – Irmãs Dominicanas em momento de lazer, 1897



Fonte: Acervo Milena Bastos. (Goiás – GO)

No alvorecer do século XX, chegaram novos grupos de irmãs. Entre elas estavam: Irmã Sybiline e Cecile. Em 1901, Irmã Veronique, Elizabeth, M. Ascencion e Gustave. Em 1908, Goiás mandou Mère Thomas como representante da comunidade nas eleições da superiora geral, e, três anos depois, Madre Boaventura, a Priora Geral, vieram visitar o Colégio.

Figura 12 – Novo grupo de dominicanas, 1912



Fonte: Zeca Alencastro Veiga - Acervo Marco Antônio Veiga. (Goiás – GO)

No ano de 1904, em atenção ao pedido insistente das famílias da cidade, no Colégio Sant'Anna, abriu-se uma classe no curso primário para meninos, muitos dos quais “[...] galgaram posição relevante nos vários setores da vida social, intelectual, econômica e administrativo do estado” (REVISTA DA EDUCAÇÃO, n. 25-26, ano XII, abril e maio de 1946). No fim desse ano, contabilizava-se 40 alunos³². “*Os meninos, mesmo sendo mais avoados e rudes que as meninas, não mostravam dificuldades para se aproximarem dos sacramentos*”.³³ Assim, destaca-se que, para os meninos, o Colégio funcionava somente como externato, contribuindo para solidificar cada vez mais a doutrina católica do povo vilaboense.

Em 1907, o Colégio Sant'Anna foi equiparado à Escola Normal oficial do Estado, conforme proposição do Presidente do Senado, Cel. Rufino Ramos Jubé. Equipararam-se, então, os Colégios Sant'Anna, Santa Catarina e Sagrado Coração de Jesus ao curso normal. Com a

³² O Curso Primário oferecido aos meninos funcionou somente durante 5 anos, pelo que consta nos documentos do arquivo do Colégio Sant'Anna.

³³ Histórico do Colégio Sant'Anna de Goiás, tradução de Irmã Lucília Pereira Valle.

medida, esses estabelecimentos obtiveram o direito de formar professores e diplomar os seus concluintes.

Assim como assinalou Canesin e Loureiro (1994, p. 49): “Pela Lei nº 1.301, de 18/07/1907, esses três colégios poderiam gozar da equiparação à Escola Normal Oficial, desde que adotassem o regulamento do Decreto nº 1.590 e se sujeitassem à inspeção de um fiscal nomeado pelo governo”. Conforme registrado no Correio Oficial de 1907, nesta data o ensino do Colégio Sant’Anna estruturava-se da seguinte forma:

a) Um curso primário de quatro anos. b) Um curso complementar de dois anos. c) Um curso normal de quatro anos. Todos esses cursos estão organizados de perfeita conformidade com os programas oficiais e contendo, a mais, a instrução religiosa, obrigatória em todos os cursos. (CORREIO OFICIAL, n. 301, 18/07/1907, p. 8)

O curso primário, por sua vez, esteve aberto às matrículas masculinas, como citado anteriormente, mas em menor proporção. Já o curso normal foi exclusivamente para atender às jovens vilaboenses e de outros lugares do Estado de Goiás, mas que só funcionou no ano de 1915, como descrito a seguir.

Cabe assinalar aqui que, diversos motivos impossibilitaram a criação do curso Normal nesse ano. Foi somente em 1915, quando surgiram condições propícias, no âmbito confessional, que o Colégio Sant’Anna colocou em funcionamento o Curso Normal. Diante desses fatos:

D. Prudêncio estimulou a Congregação à execução da medida, alegando que ela, em primeiro lugar, possibilitaria “... ao Colégio uma base de superioridade, de estabilidade, e de resistência que não se podia desdenhar, em vista da criação que poderia acontecer, num futuro mais ou menos próximo talvez de outros estabelecimentos de instrução puramente leigos e anti-religiosos. Segundo, estimularia seguramente nossas crianças, as manteria mais tempo em nossas salas de aula, nos dando assim um meio de melhor educá-las, de melhor instruí-las na religião e na prática das virtudes cristãs; terceiro, a formação de boas professora,s que levaria a instrução e a religião a todos os pontos do Estado, traria um bem imenso que era necessário a todo preço realizar. (CANESIN E LOUREIRO, 1994, p. 54)

Nessa esteira de reflexões, percebemos que as experiências vivenciadas nos e pelos colégios católicos, a equiparação à Escola Normal Oficial, além de ser um interesse do Estado pela expansão do ensino particular, garantiria espaço, por parte das escolas confessionais, para veiculação das ideias religiosas e formação de mentalidades afinadas com as concepções da Igreja Católica e das famílias tradicionais de Goiás.

Vale ressaltar que, em poucos anos de funcionamento, o Colégio em apreço já era reconhecido por sua prestação de serviços educacionais e contava com grande prestígio junto às autoridades, conforme podemos verificar em uma das Mensagens enviadas ao Congresso pelo Presidente do Estado Miguel da Rocha Lima:

Dos collegios subvencionados pelo Estado destaca-se o Collégio Sant’Anna desta capital, equiparado a Escola Normal. Não só seu curso primário como também o secundário são bem freqüentados, satisfazendo as necessidades de ensino. (Goiás, 1908)

Canesin e Loureiro (1994, 54) destacam que: “O primeiro ano do curso Normal do Colégio Sant’Anna contou com a presença de várias antigas famílias ou grandes senhoras da cidade e de meninas de 12 e 13 anos”. Em 1916, havia 15 alunas no segundo ano e 20 no primeiro ano.

No dia 11 de novembro de 1918 – primeira turma a concluir o curso Normal no Colégio Sant’Ana. Na festa de entrega dos diplomas às 23 formandas, os presentes na solenidade contaram com a presença do Presidente do Estado, do Bispo do Estado, da Madre Thomazia, do Ministro de Instrução Pública e de todas as profissionais da Escola Normal.

O programa de ensino oficial determinado pela Secretaria do Interior, previa as disciplinas e aulas semanais para os quatro anos do Curso Normal. Dessa forma, acordo com Carvalho (2001, p. 08), ali “[...] ensinava-se o latim, o francês, a gramática da língua portuguesa, a matemática, as ciências naturais, os trabalhos manuais, entre tantos ensinamentos, sob o domínio fervoroso da fé católica”.

Com o intuito de elucidar, a Figura 13 mostra o quadro de irmãs religiosas francesas que compunha o Colégio Sant’Anna. Nesta época ainda não existiam, na instituição, profissionais leigos.

Figura 13 - Dominicanas, início do século XX.



Fonte: Arquivo do Colégio Sant'Anna (Goiás – GO)

No florescer do século XX, pertenciam aos quadros do Colégio as seguintes Irmãs Dominicanas: Irmã Maria Hermância, diretora; Irmã Rosa de Santa Maria, vice-diretora; Irmã Maria Celéstia, professora; Irmã Maria Terezinha, professora; Irmã Maria Rosita, professora; Irmã Maria das Mercês, professora e Irmã Bernadette da Imaculada, professora.

Uma ex-aluna do Colégio Sant'Anna, Ofélia Sócrates do Nascimento, em seu livro “Reminiscências” cita o nome de algumas irmãs, assim como suas atividades desempenhadas nessa instituição de ensino, como apresentado no Quadro 7:

Quadro 7 – Atividades desempenhadas pelas Irmãs no Colégio Sant'Anna

| Irmãs | Atividades desempenhadas |
|-------------------------------|--|
| Ir. Andréia | Ensinava canto. Tinha uma voz muito bonita. |
| Ir. Cecília | Cuidava das plantações do colégio - horta, pomar e parreiral – era zelosa guardadora dos frutos. |
| Ir. Maria D'Ascensão (Censão) | Nova, aparentando pouco mais de vinte anos, era adorada por todas as alunas do Colégio. |
| Ir. Rosa de Santa Maria | Professora de aritmética. Ela tinha gênio muito forte, zangava-se sempre com as alunas. |
| Irmã Rosa de Lima | Veio da França aos 19 anos e lecionava francês, álgebra e geometria. |

Elaborada pela autora. **Fonte:** (MONTEIRO, 1974, p. 67-71)

Em 1919, a gripe espanhola chegou à Cidade de Goiás, fazendo numerosas vítimas. O Colégio Sant'Anna foi transformado em um posto de atendimento, como podemos constatar no trecho do Correio Oficial:

Continua grassando ente nós a gripe hesponhola, com relativa intensidade. Apesar de ter declinado, um pouco, ainda são inumeros os “gripados”. O governo tem tomado acertadas e energicas providencias, de resultados bastante salutarees e a contento do povo. Além do fornecimento de medicamentos e alimentação á classe pobre e de outras medidas postas em pratica, foi creado um posto no Collegio das Irmãs Dominicanas de socorro ás crianças desvalidas. Fazemos votos para que, em breve, a população de Goyaz fique livre do terrível flagello, que invadiu esta Capital. (CORREIO OFICIAL, p. 10, 1919)

Com o intuito de elucidar as ações das Irmãs Dominicanas, apresentamos na Figura 14 o Colégio Sant'Anna organizado para atender as crianças desvalidas enfermas, contaminadas pela gripe espanhola. Durante a vigência de tal gripe, as religiosas francesas se desdobraram em cuidados, muitas vezes infrutíferos devido ao elevado número de óbitos causados pela doença.

Figura 14 - Colégio Sant'Anna preparado para receber crianças desvalidas atacadas pela Gripe Espanhola em 1919



Fonte: Arquivo Colégio Sant'Anna (Goiás – GO)

Importa ressaltar que as Irmãs Dominicanas cumpriram com seu papel social conforme o carisma da Congregação, pois este se encontrava sedimentado em dois eixos: a educação de crianças e jovens e o cuidado da saúde. Assim, as religiosas prestavam assistência às crianças desvalidas, as quais eram recolhidas e carinhosamente tratadas pelas religiosas segundo podemos constatar no excerto: “Organizou-se um pronto socorro para atender às crianças das famílias pobres e foram as Irmãs tratar das pessoas, a domicílio, muitas vezes, debaixo de chuva torrencial”. (JORNAL JUBILEU, 06/1985, nº 23).

A partir de 1933, com a transferência da capital do Estado de Goiás para Goiânia, o Colégio Sant’Anna viveu profundas mudanças. “O número de matrículas decresceu em virtude da preferência por um colégio mais próximo da nova sede do governo, o Colégio Santa Clara em Campinas”. (VALLE, 1989, p. 32)

Em meados da década de 1930, iniciou-se, no Colégio Sant’Anna, uma reconstrução interminável com o objetivo de se ampliarem suas atividades educacionais.

Figura 15 - Colégio Sant’Anna, década de 1930



Fonte: Acervo Marco Antônio Veiga (Goiás – GO)

No ano de 1949, podemos constatar na leitura de um documento expedido à Câmara Municipal da cidade pela Irmã M. Margarida, diretora do Colégio requerendo ajuda financeira para o término da referida reconstrução.

A abaixo-assinada, Irmã M. Margarida, atual diretora Colégio Sant'Anna desta cidade, desejosa de levar ao término a obra de reconstrução total do referido estabelecimento, iniciada há dez longos anos, e cuja realização tem sido e continua a ser fonte de sacrifícios ingentes e diuturnas preocupações, dadas a difícil situação econômica que se resente em todo o país e a carência de capital para custear as onerosas despesas decorrentes dos trabalhos efetuados e por efetuar; considerando também os benefícios incontáveis que este colégio, há sessenta anos, vem prodigalizando a infância e juventude desta cidade, por meio do ensino baseado nos são princípios da moral cristã e da verdadeira pedagogia; ciente, outrossim, de que outras instituições locais estão sendo, e com justiça, patrocinadas por essa Municipalidade, vem, mui respeitosamente e confiada no alto conceito que esta Casa de Ensino goza perante os meritíssimos membros dirigentes desta Cidade, requer a V.V. Excias. Se dignem, num gesto de magnanimidade e simpatia, conceder ao dito Colégio uma subvenção ordinária que lhe possibilite em parte, o prosseguimento dos trabalhos de reconstrução, e ampliação de suas atividades.³⁴

Em 20 de outubro de 1950, a diretora do Colégio Sant'Anna, Maria Margarida recebeu o seguinte documento:

A Irmã M. Margarida, diretora do Colégio Sant'Anna desta cidade, na representação constante deste processo, pleiteia uma subvenção ordinária que lhe possibilite o prosseguimento dos trabalhos de reconstrução do referido colégio e ampliação de suas atividades. É mui justo e merecido o pedido que ora faz o Colégio Sant'Anna ao Legislativo Municipal, atendendo a que esse estabelecimento de ensino vem, há sessenta anos prestando relevantes serviços á causa da instrução nesta cidade, prodigalizando á infância e á juventude desta cidade e também do Estado, por meio do ensino baseado nos são princípios da moral cristã e da verdadeira pedagogia, como salientou a Irmã Superiora da representação em referencia. As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças são de parecer que se deve ser concedida uma subvenção de dez mil cruzeiros (Cr\$ 10.000,00), cuja dotação deverá constar no Orçamento para o exercício de 1951[...].³⁵

No documento transcrito, referente à subvenção de dez mil cruzeiros para a reconstrução do Colégio Sant'Anna, cuja doação deveria constar no orçamento para o exercício de 1951, apresentado no Projeto-lei nº 73. Assim, a Câmara Municipal de Goyaz decretou:

§ Art. 1º - Fica concedida uma subvenção de dez mil cruzeiros Cr\$ 10.000,00, no exercício de 1951, ao Educandário Sant'Ana desta cidade, como auxílio para o prosseguimento dos trabalhos de reconstrução do dito Educandário e ampliação de suas atividades.

³⁴ Documento expedido pela Diretora do Colégio Sant'Anna Maria Margarida em 1949 ao Presidente da Câmara Municipal da Cidade de Goiás. **Fonte:** FECIGO (Goiás – GO)

³⁵ Parecer nº 127 da Câmara Municipal concedendo ao Colégio Sant'Anna uma subvenção de dez mil cruzeiros. **Fonte:** FECIGO (GOIÁS – GO)

§ Art. 2º - A lei orçamentária para o exercício de 1951 consignará a verba necessária para o pagamento de referida subvenção.

§ Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.³⁶

Por meio da leitura desses documentos, é possível verificar que o Colégio Sant'Anna, apesar de ser uma instituição de caráter particular, desde sua fundação contou com o auxílio financeiro tanto do Governo Municipal como do Estadual para manter suas atividades.

A Figura 16 ilustra a fachada e dependências do Colégio Sant'Anna, após o término de sua reconstrução.

Figura 16 - Fachada externa do Colégio Sant'Anna após reconstrução, década de 1950



Fonte: Acervo Marco Antônio Veiga (Goiás – GO)

A Figura 17 tem como escopo evidenciar a parte interna do Colégio em apreço após sua reconstrução.

³⁶ **Fonte:** FECIGO (Goiás – GO).

Figura 17 – Grupo de irmãs no interior do Colégio após sua reconstrução, década de 1950.



Fonte: Acervo Milena Bastos.(Goiás – GO)

É mister destacar que até a década de 1960 trabalhavam no Colégio Sant’Anna 30 religiosas dominicanas que assumiam todas as atividades e que até esta data ainda não havia nenhuma pessoa leiga prestando serviços nesta instituição de ensino.

Fundado em 1889, o Colégio Sant’Anna foi crescendo pouco a pouco, e hoje, com 124 anos de fundação e de atividade ininterrupta, é Patrimônio da Cidade de Goiás. Ainda mantém sua tradição e sua história, atendendo a mais de 750 alunos entre a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Nele, busca-se realizar uma filosofia de humanização explicitada nos preceitos:

Fazer da pessoa o centro de suas preocupações. Suscitar e desenvolver valores tais como: verdade, liberdade, amor, justiça e fraternidade. Estimular a participação, a reflexão, o senso crítico, a criatividade, como meios de manifestação e de atuação da pessoa na comunidade. Atuar positivamente nos quadros de vida em que o aluno se insere. Possibilitar à organização do Colégio um tal espírito de co-participação, que todos: administradores, técnicos, professores, funcionários, alunos e pais, sintam-se responsáveis pela obra educativa. Anunciar, por atividades e por palavras, a mensagem evangélica do Reino de Deus. Proporcionar ao aluno a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elementos de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício da cidadania. Preparar o aluno

para vencer os obstáculos e limitações próprias e as que encontram na transformação do meio.³⁷

Buscamos, até o momento, investigar o processo de fundação e o percurso do Colégio Sant'Anna. Assim, nosso esforço até o momento é enfatizar que:

A história dessas instituições busca estudar os vários sujeitos envolvidos no processo educativo, a partir de um olhar para o seu interior, no sentido de gerar um conhecimento aprofundado desses espaços voltados para os processos de ensino e aprendizagem, aprendendo os elementos que dão identidade às escolas, buscando sua especificidade que lhe garante singularidade no contexto mais amplo, mesmo após identificar todas as transformações sofridas ao longo do tempo. (GATTI JR e PESSANHA, 2005, p. 153-191)

À luz dos fatos apresentados nesse capítulo, sobre a história da fundação da Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, a chegada das religiosas francesas em terras brasileiras e goianas, assim como a gênese e o percurso do Colégio Sant'Anna, infere-se que nosso objeto de estudo é inesgotável e que ainda se pode ampliar o conhecimento sobre essas instituições. Nesse sentido, percebemos que “[..] os caminhos para adentrar-se numa instituição são inúmeros”. (SANFELICE, 2007, p. 77)

Ainda na esteira de reflexões de Sanfelice (2007, p. 77), faz-se importante compreender que “[...] o que me dá o passaporte de acesso é o conjunto de fontes que levanto, critico e seleciono, e nenhum tipo de fonte deve ser interditado”. Assim, o desafio, para o próximo capítulo, é entrar na instituição e considerar que em seu interior há um quebra-cabeça a ser decifrado, sendo assim, tentaremos compreender suas práticas e a educação, principalmente, a feminina que ali foi ofertada.

³⁷ As informações transcritas foram retiradas de um Livro de Atas contendo o histórico do Colégio Sant'Anna. **Fonte:** Arquivo do Colégio Sant'Anna (Goiás – GO).

3 UM OLHAR PARA O INTERIOR DO COLÉGIO SANT'ANNA

Não há instituição sem história e não há história sem sentido. O desafio é trazer à luz esse sentido e, com frequência, há boas surpresas. (SANFELICE, 2007)

Neste capítulo, pretende-se compreender mais sobre os sujeitos que tiveram diretamente relacionados ao Colégio Sant'Anna, as relações que teceram com tal instituição, e que foram vivenciadas por estes no cotidiano do Colégio. A partir disso, considera-se que:

No interior das instituições há um quebra-cabeça a ser decifrado. Uma vez dentro da instituição, trata-se de se fazer o jogo das peças em busca dos seus respectivos lugares. Legislação, padrões disciplinares, conteúdos escolares, relações de poder, ordenamento do cotidiano, uso dos espaços, docentes, alunos e infinitas outras coisas ali se cruzam. Pode-se dizer que uma instituição escolar ou educativa é a síntese de múltiplas determinações, de variadíssimas instâncias (política, econômica, cultural, religiosa, da educação geral, moral, ideológica etc.) que agem e interagem entre si, “acomodando-se” dialeticamente de maneira tal que daí resulte uma identidade. (SANFELICE, 2007, p. 77)

Nessa perspectiva de análise, consideram-se as diversas formas de abordagem que permitem percorrer o interior de uma instituição. Assim, neste capítulo, analisaremos como este estabelecimento educacional se configurou a partir das relações estabelecidas pelo corpo docente, pelas educandas, bem como por seus familiares, no contexto histórico-social demarcado.

3.1 Desvelando a organização do espaço e do tempo

Procuramos aqui analisar o conceito de espaço e sua ordenação para melhor compreendermos a relação entre o espaço escolar e a formação educacional feminina no Colégio Sant'Anna, uma vez que:

Por detrás dos muros, do portão, das paredes e jardins, a disposição e a distribuição do espaço escolar refletem um projeto cultural. Esse projeto, com vistas a civilizar e moralizar as crianças e, por extensão, suas famílias, configurou-se nos esquadrinhamentos de cada sala e cada canto do edifício escolar. No interior do edifício-escola configura-se uma gramática espacial na qual a distribuição do espaço corresponde aos usos e às funções diferenciadas, à fragmentação e às especializações de atividades, à disposição dos objetos, ao deslocamento e encontro dos corpos, enfim, a toda uma

geometria de inclusão e exclusão. A sala de aula é a especificação básica: uma para cada ano do curso preliminar de cada seção. (SOUZA, 1998, p. 138)

A construção do Colégio Sant'Anna seguiu os padrões ditados para a instituição escolar pública, pois se trata, conforme Guimarães (2003, p. 112), de uma “[...] edificação sólida, austera, estilo neoclássico, fachada alta, muitos janelões” [...], conforme podemos visualizar, na Figura 18, a fachada externa do Colégio Sant'Anna, na década de 1940.

Figura 18 - Fachada externa do Colégio Sant'Anna, na década de 1940



Fonte: Acervo Marco Antônio (Goiás – GO)

O fato de o Colégio ter sido construído no Largo do Chafariz³⁸, conferiu à edificação um lugar de mais destaque ainda na paisagem urbana da Cidade de Goiás, chamando a atenção dos moradores pela sua imponência e visibilidade. Podemos observar que o espaço construído dessa instituição de ensino era amplo, sendo composta por pátio para realização das atividades esportivas e recreativas, além de possuir diversas salas de aula, sala da diretoria, sala de arquivo, sala para as aulas práticas como: pintura, música, laboratório, capela etc. Nota-se nessa descrição, o envolvimento da comunidade escolar, sendo necessário nos atentar para o fato de que:

O espaço escolar não é, pois, um “contenedor”, nem um “cenário”, mas sim uma espécie de discurso que institui em sua materialidade um sistema de valores, [...], uns marcos

³⁸ Este local é uma praça chamada de Largo do Chafariz. Em sua volta, residiam as pessoas mais ilustres da cidade, à época.

para o aprendizado sensorial e motor e toda uma semiótica que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e, ainda, ideológicos [...]. (FRAGO, 1995, p. 69, grifos do autor.)

Dessa forma, compreender o espaço escolar pressupõe, além da análise do espaço físico, observar a produção dos modos de pensar e atuar que este proporciona a todos os sujeitos envolvidos em suas práticas escolares, bem como “[...] estratégias e pautas para desenvolver tanto nas aulas como fora delas, comportamentos, modos de vida, de pensar, hábitos e ritos” (FRAGO, 1995, p. 68-69).

Cabe ressaltar que os espaços escolares foram minuciosamente planejados e organizados como formas de manter o controle e o poder de tais lugares ocupados, ganhando materialidade e instituindo o que cada um devia ou não fazer, além das normas que precisavam ser acatadas e cumpridas, bem como os espaços permitidos e proibidos.

O espaço escolar do Colégio Sant’Anna era dividido entre os lugares permitidos e os proibidos, em uma ordem altamente elaborada de forma que cada aluna cumprisse seus deveres previamente determinados pelas irmãs. O Colégio possuía um amplo espaço físico, cercado de enormes jardins, um vasto pomar, um pátio enorme, sendo este, também, utilizado para as práticas escolares como aulas de ginásticas, apresentações, conforme podemos elucidar por meio da Figura 19:

Figura 19 - Alunas realizando comemoração no pátio do Colégio, década de 1950

APRESENTAÇÃO NO PÁTIO



Fonte: Arquivo Colégio Sant’Anna (Goiás - GO)

Embora os pátios, como espaços de transição, fossem locais onde as alunas do Colégio se encontravam para realizar alguma atividade, apresentação ou mesmo recreio, exigia-se, nesses ambientes, uma disciplina como podemos visualizar a partir da Figura 22 apresentada, ou seja, o pátio escolar, na esteira de reflexões de Faria Filho (2000, p. 63), “[...] significa a passagem de uma ordem à outra, de uma cultura a outra, onde a fila cumpria o importante papel de imposição de uma postura espacial-corporal necessária à ordem escolar”.

Nessa acepção, podemos perceber que o pátio do Colégio em apreço funcionava como mediador da função educativa da escola, ao mesmo tempo em que fortalecia sua contribuição instrutiva na demarcação da função da sala de aula de uma maneira mais evidente.

Complementando essa ideia, Faria Filho pontua:

Ao possibilitar a reunião de um grande número de alunos, ao permitir e, por que não, servir como incentivo ao desenvolvimento de ações coletivas, ao possibilitar os ensaios para apresentações coletivas, o pátio escolar acabou por dar visibilidade, simbólica e material, a aspectos fundamentais da nova instituição educativa que se construía. (FARIA FILHO, 2000, p. 65)

Uma demonstração do que estamos falando pode ser percebida no relato de uma ex-aluna:

As salas de aulas, o laboratório, as salas de pintura e música eram enormes, o pátio do colégio eram imenso, mas não ficávamos à vontade no pátio, no horário do recreio éramos vigiadas pelas irmãs e nas apresentações, ou seja, nas comemorações sempre tínhamos que ficar em fila, bem caladinhas e comportadas. (JARDIM, 2013)

O espaço escolar foi recordado pela depoente como um lugar muito organizado, de muito respeito, até mesmo metódico, onde as professoras eram a autoridade máxima, e às alunas, cabia respeitá-las. Com o mesmo peso e importância de suas construções práticas e doutrinárias, percebemos que toda a edificação do Colégio Sant’Anna visava à concentração das alunas, à imersão nos estudos e nas tarefas escolares.

A busca pelo desvendamento dos processos internos dessa instituição de ensino, na perspectiva da constituição do espaço escolar, as práticas que ali foram oferecidas pelas irmãs professoras e vivenciadas pelas alunas em seu interior expressam concepções e valores dos educadores que, por sua vez, refletem diretamente no processo de ensino e aprendizagem.

Nessa acepção, recorrendo a Viñao Frago e Escolano, compreendemos que as práticas escolares vivenciadas no Colégio Sant'Anna pelas alunas não constituem uma dimensão neutra dos processos educativos, haja vista que:

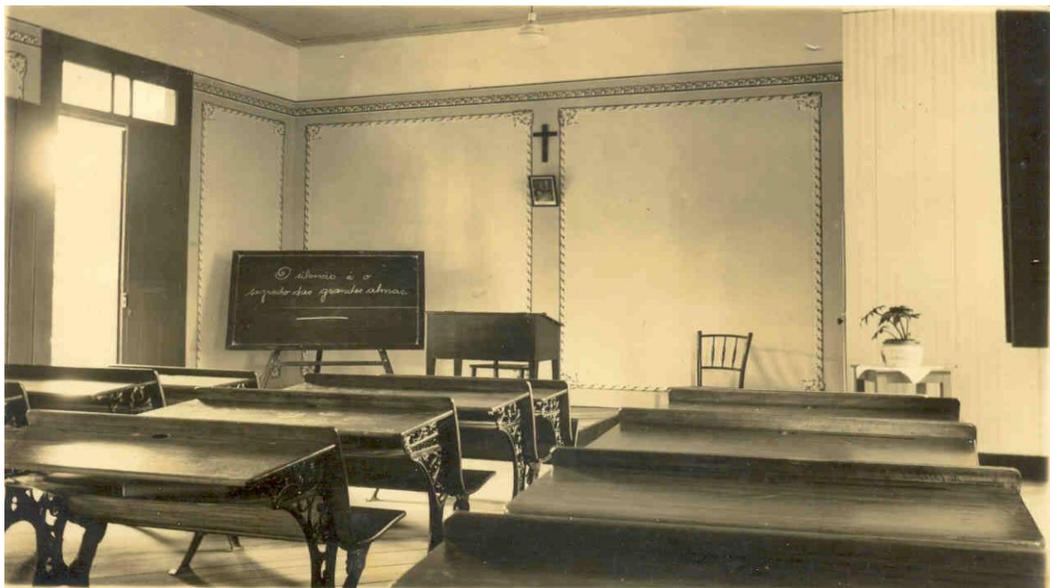
[...] a arquitetura escolar pode ser vista como um programa educador, ou seja, como um elemento do currículo invisível ou silencioso, ainda que ela seja, por si mesma, bem explícita ou manifesta. A localização da escola e suas relações com a ordem urbana das populações, o traçado arquitetônico do edifício, seus elementos simbólicos próprios ou incorporados e a decoração exterior e interior respondem a padrões culturais e pedagógicos que a criança internaliza e aprende (VIÑAO FRAGO & ESCOLANO, 2001, p. 45)

Neste sentido, esses aspectos nos permitem deduzir que a adequação arquitetônica corresponde às necessidades disciplinares. Assim:

A disposição retangular da sala de aula facilita a concentração da atenção dos alunos em uma das extremidades, isto é, onde fica o professor e o quadro-negro. Facilita ainda a visualização e a disposição das carteiras, o mais importante móvel da escola. (SOUZA, 1998, p. 139)

As salas de aula no Colégio Sant'Anna eram organizadas com cadeiras individuais enfileiradas, quadro-negro, mesa da professora, tudo estruturado de forma a manter sempre a ordem, a disciplina e o silêncio como podemos visualizar a escrita no quadro, “O silêncio é o segredo das grandes almas” da Figura 20:

Figura 20 - Sala de aula do Colégio nos anos de 1950



Fonte: Arquivo Colégio Sant'Anna (Goiás – GO)

Diante desse cenário, vale reforçar a ideia de que:

As carteiras individuais foram enfatizadas como as melhores do ponto de vista pedagógico, moral e higiênico. Num processo de escolarização em massa ao qual correspondia adequadamente a escola graduada [...], a padronização e a homogeneização combinavam paradoxalmente com a individualização do aluno. A carteira individual consistia um dispositivo ideal para manter a distância entre os alunos, evitando o contato, a brincadeira, a distração pernicioso. Nenhum contato como outros corpos, isolado cada aluno em seu espaço – o domínio da carteira e suas adjacências – ficavam garantidas a disciplina, a moral e o asseio. (SOUZA, 1998, p. 140)

A despeito do ponto de vista em torno dos materiais indispensáveis às funções de ensino, é importante entender, apoiando-nos em Souza (1998), que o mobiliário escolar desvela certos hábitos e costumes sociais que se queiram difundir nos alunos. Em tal contexto, toda a ordem, limpeza e disciplina foram componentes de suma importância para a organização do espaço educacional do Colégio Sant'Anna, bem como fizeram parte de um conjunto de dispositivos de contenção dos gestos, dos instintos e das emoções.

Nessa perspectiva, destacamos que todas as representações em torno da higiene escolar do Colégio contribuíram com o intuito de tornar mais sólidos os valores morais relacionados aos padrões de comportamento considerados civilizados por parte das religiosas francesas bem como das famílias vilaboenses.

Vale ressaltar que dentro do Colégio, em qualquer ambiente, seja na sala de aula, biblioteca, laboratório, sala de música ou refeitório, as alunas sempre estavam acompanhadas por alguma professora, já que essas salas ficavam sempre fechadas e somente eram abertas em dias e horários estabelecidos pelo cronograma das aulas, ou seja, não poderiam ser visitados e explorados sem a companhia de uma professora.

Mas, de uma forma geral, nota-se, que o espaço mais marcante, evidenciado em vários depoimentos como um lugar de reflexão, de muita disciplina, de ordem, de respeito como também de paz foi a Capela do Colégio.

Figura 21 - Capela do Colégio Sant'Anna, década de 1940



Fonte: Arquivo Colégio Sant'Anna (Goiás -GO)

Para a maioria das ex-alunas depoentes, a Capela era:

[...] no colégio existia uma Capela, ela era muito bonita, todos os dias antes da aula e depois da aula, iam os alunos à capela em fila para rezar a “Ave Maria”, sentia uma paz muito grande quando estava lá rezando, lembro que fiz minha Primeira Comunhão lá, era normal quase todas as alunas fizeram a Primeira comunhão na Capela do Colégio Sant'Anna. (BASTOS, 2013)

À luz do que foi apresentado, Buffa e Nosella (1996, p. 42) destacam a ideia de que “[...] a arquitetura, enquanto expressão humana, nunca é arbitrária, casual e, sim, uma linguagem orgânica aos valores e potencialidades de uma determinada sociedade”.

Em relação às necessidades de controle e organização do saber dentro de uma instituição educacional, assim como a fiscalização das atividades de professores e alunos, calendários e horários assumiram um caráter de fundamental importância como forma de registros e ordenação do tempo, lembrando que, o tempo escolar não deixa de ser um momento de trabalho, que envolve professores e alunos.

Nesse sentido, o controle do tempo, ao lado do controle do espaço, também era este um elemento fundamental que fazia parte de uma das preocupações das Irmãs Dominicanas no Colégio Sant'Anna, haja vista que as irmãs acreditavam que quando o tempo é bem ocupado, tornava-se uma maior expressão de rigor disciplinar. Assim, consideravam que se as alunas ficassem desocupadas, isso poderia influenciar em uma má educação, ou seja, “Eram momentos

que, se fugissem do controle, podiam trazer consequências consideradas graves à moralidade, à educação, à formação da personalidade da jovem” (SOUSA, 1991, p. 52).

Complementando essa ideia, Souza (1998, p. 219) analisando o tempo escolar faz a seguinte afirmação:

Além do ritmo cadenciado pelo exercício e pelo trabalho, a escola primária [...], era abrigo de outras dimensões temporais não mensuráveis, porém, implicados nos ritos e nas percepções do vivido – o recreio, as festividades, os exames, o encerramento das aulas, as férias. Tempos de dimensão imensurável, tempos recortados, fragmentados, aproveitados, lembrados e esquecidos. (SOUZA, 1998, p. 219)

Observando o que ocorre nas instituições escolares e mais precisamente no Colégio Sant’Anna, podemos perceber que o que aconteceu realmente foi uma determinação precisa do tempo e do espaço, dividida em horário de aulas, recreios, períodos de estudos, momentos de oração, horários das alimentações, do banho, de dormir. Enfim, o relógio era visto como um organizador da vida escolar, marcando todos os momentos da vida de uma instituição, cabendo às professoras a dosagem correta do tempo na programação das atividades preparadas para instruir e educar as alunas.

No Colégio Sant’Anna, no horário do recreio, as alunas praticavam exercícios físicos, vistos como ideais para a saúde do corpo e da alma. Esse horário, era um momento muito importante, pois proporcionava a ocupação das alunas com atividades higienistas, não deixando as discentes com tempo ocioso.

Um exemplo dessas atividades é reproduzido na Figura 22:

Figura 22 - Recreios no pátio do Colégio Sant'Anna nos anos de 1940



Fonte: Arquivo do Colégio Sant'Anna, (Goiás - GO)

A questão do horário escolar produzia uma fragmentação do saber das alunas apontando o quanto deveriam aprender em cada disciplina e a hierarquia de valores que cada uma possuía pelo tempo dedicado a ela. No depoimento de uma ex-aluna do Colégio Sant'Anna, percebemos que esses aspectos realmente faziam parte do cotidiano escolar:

[...] as aulas eram na parte tarde e eu sentia uma preguiça enorme de ir para a escola na parte da tarde, lembro que o período de aula era dividido em dois períodos. No primeiro período eram geralmente as aulas de Matemática, Português e Religião e no segundo período, após o recreio, aconteciam as aulas de História, Moral e Cívica, Poesia, Declamações e eu geralmente, após este intervalo, sempre queria ir embora, inventando sempre uma história e a professora Ir. Matilde por quem tinha uma grande predileção e ela por mim contava histórias para que eu pudesse permanecer nas aulas [...]. (BASTOS, 2013)

É interessante observar, no depoimento transcrito, a preocupação da professora em considerar as capacidades, os interesses e o cansaço das alunas no ordenamento do horário escolar, bem como a forma com que planejava suas aulas, pensando no interesse e desenvolvimento de suas alunas. Segundo Souza (2012, p. 107), as professoras deveriam “[...] organizar seu trabalho de modo a tomar os seus ensinamentos vivas fontes e constantes de prazer para as crenças, organizando ainda o horário das lições”, tendo assim, por guia o interesse das alunas e nem sempre os ponteiros dos relógios.

Retomando a configuração do espaço no Colégio Sant’Anna, é importante lembrar que além do relógio – instrumento que ajudava a demarcar os tempos específicos da escola – a presença de outros objetos dispostos no interior dessa instituição, como: frases escritas em quadro-negro referentes ao silêncio, conforme descrito anteriormente, cartazes, fotografias, imagens e símbolos religiosos se incorporaram ao cotidiano do Colégio, e mesmo que, silenciosamente, contribuía de forma a inculcar, nas alunas, valores higiênicos, morais, patrióticos e principalmente os valores religiosos.

Acompanhando as ideias propostas por Souza (1998, p. 124), pode-se dizer que “[...] entre salas de aula, corredores, pátios e jardins a criança incorpora uma ética e uma corporeidade inscritas no espaço escolar”. Dessa forma, percebemos que o próprio prédio de uma instituição escolar, por si só, configura-se em uma função educativa na sociedade, bem como todos os objetos citados que passaram a constituir a cultura escolar, além dos elementos relacionados à arquitetura do Colégio Sant’Anna que contribuía, mesmo que implicitamente, para as aprendizagens sociais proeminentes.

3.2 As Discentes

A procura por vagas no Colégio Sant’Anna, desde a chegada das Irmãs Dominicanas na Cidade de Goiás, era muito grande. Todo esse interesse em estudar nessa instituição ocorria devido à força exercida pelos colégios confessionais na época, pois a população local e regional, além dos poderes públicos da região, reconheciam a forma de ensinar e instruir das religiosas como excelente, conforme apresentado no trecho de um atestado da Secretaria de Educação e Saúde no ano de 1945, escrito pelo dirigente da instrução do Estado de Goiás:

Atesto que o Colégio Sant’Anna, da Cidade de goyaz, é um dos melhores estabelecimentos de ensino deste Estado, contando mais de cinquenta (50) anos de existência laboriosa, sempre sob a competente direção as Irmãs Dominicanas. Esse útil estabelecimento, pela sua honrosa tradição, sempre merece, dos Poderes Públicos do Estado, toda a aprovação e a ele se deve a formação intelectual e religiosa de grande parte da atual sociedade goiana, a que posso afirmar com segurança, pelo conhecimento que obtive nos oito anos que tenho dirigido a instrução neste Estado. Do que para constar, firmo o presente de acordo com a legislação em vigor. (GOIÁS, 1945)

A grande procura por vagas no Colégio Sant'Anna pode ser explicada devido os pais valorizarem tanto a cobrança da disciplina, bem como: do asseio, da ordem e do cuidado que as religiosas dominicanas não dispensavam para preservar valores éticos e morais, além da preservação da fé.

Uma análise dos dados relativos a matrículas de alunas que ansiavam por estudarem em um Colégio de tanto prestígio, no ensino primário, pode ser observado na Tabela 4. No entanto, não foi possível encontrar registros de quantas alunas estavam matriculadas em regime de internato ou de externato.

Tabela 4 - Número de alunas matriculadas no ensino primário do Colégio Santa'Anna (1940-1960)

| Ano | Número de alunas |
|------------|-------------------------|
| 1940 | 45 |
| 1941 | 52 |
| 1942 | 47 |
| 1943 | 59 |
| 1944 | 58 |
| 1945 | 92 |
| 1946 | 95 |
| 1947 | 83 |
| 1948 | 67 |
| 1949 | 61 |
| 1950 | 48 |
| 1951 | 54 |
| 1952 | 39 |
| 1953 | 40 |
| 1954 | 53 |
| 1955 | 49 |
| 1956 | 55 |
| 1957 | 64 |
| 1958 | 56 |
| 1959 | 58 |
| 1960 | 50 |

Elaborada pela autora. **Fonte:** Livros de atas do Colégio Sant'Anna (Goiás – GO)

Cabe ressaltar que para levantamento das informações, organizadas na Tabela 4, nessa pesquisa, buscaram-se os dados nos Livros de Frequência, bem como nos Livros de Matrículas, nos quais encontramos as seguintes anotações: número de matrículas, idade das alunas, nome das alunas, nome e profissão dos pais. É importante sublinhar que os dados apresentados na Tabela 4 foram transcritos de anotações manuscritas feitas nos livros citados que estão preservados no acervo institucional. Isso justifica a possibilidade de alguns dados não estarem devidamente corretos.

Ao tentar desvelar o perfil das discentes que estudaram no Colégio Sant’Anna faz-se importante compreender a configuração dessa escola no que diz respeito: a qual público socioeconômico se destinava? Alunas pobres e estrangeiras tinham acesso à educação?

No que tange à classe social do corpo discente que frequentava o Colégio Sant’Anna, vale destacar que essa instituição educacional sempre esteve inserida em um contexto de famílias tradicionais e abastadas da Cidade de Goiás e região, conforme podemos observar no relato de uma ex-aluna:

A maioria das alunas que estudavam no Colégio Sant’Anna eram filhas de médico, dentista, fazendeiros. Poucas alunas eram filhas de profissionais liberais. Até o uniforme das alunas que tinham melhores condições financeiras eram de tecido melhor. (JARDIM, 2013)

Apresentamos ainda, no Quadro 8, com o intuito de elucidar a classe social das quais provinham a maioria das alunas que estudavam no Colégio Sant’Anna no ano de 1940:

Quadro 8 – Classe social das alunas que estudaram no Colégio Sant’Anna na década de 1940³⁹

| Nome das alunas | Naturalidade | Filiação ou Protectores | Profissão |
|------------------------------|-------------------|-----------------------------------|-------------|
| Inácia Gomes Teles | Corumbá – GO | Joaquim G. Teles | Advogado |
| Vânia Rocha Lima Godinho | Goiás – GO | João de Araújo Godinho | Comerciante |
| Átila Gomes Bueno | Anicuns – GO | Manuel Garcês Bueno | Médico |
| Ana Maria Taveira de Camargo | Goiás – GO | Sebastião Dante de Camargo Junior | Engenheiro |
| Maria Augusta Artiago Barros | Goiás – GO | Pedro de Velasco Barros | Escrivão |
| Maria Caetano de Almeida | Mossâmedes – GO | Mariano Caetano de Almeida | Fazendeiro |
| Doracina Gonçalves de Souza | São Geraldo – GO | José Gonçalves de Souza | Fazendeiro |
| Clarice Borges Pires | Caldas Novas – GO | Osmaldo Quinta Peres | Fazendeiro |
| Aretusa Guedes Landeiro | Mossâmedes – GO | Dr. Letiembre Landeiro | Médico |
| Zelma Pereira Paulino | Itamagi – MG | Francisco Pereira Quinette | Comerciante |
| Hilda Pereira da Silva | Caitité – BA | Domingo Pereira da Silveira | Fazendeiro |

Elaborado pela autora. **Fonte:** Livro de Matrículas do Colégio Sant’Anna, 1940 (Goiás – GO)

³⁹ O Quadro 8 foi apresentado somente com o intuito de elucidar a classe social das alunas que estudaram no Colégio Sant’Anna, no ensino primário na década de 1940. Isso justifica a quantidade de somente 11 apresentadas nesse quadro, pois, conforme a Tabela 04 apresentada, cerca de 45 alunas estudaram nesse estabelecimento de ensino.

Partindo, portanto, da perspectiva socioeconômica, é possível constatar pelas informações contidas no Quadro 8 que a maioria das alunas que estudaram no Colégio Sant'Anna provinham de uma classe socialmente econômica mais elevada.

Cabe assinalar aqui que, no Colégio Sant'Anna, havia dois sistemas de ensino a serem escolhidos pela família que ali matriculava suas filhas, sendo: o internato e o externo. Importa ainda ressaltar que a mensalidade era de acordo como o sistema escolhido pela educanda, segundo podemos constatar no regulamento do Colégio, transcrito:

Os pagamentos devem ser feitos adiantados, por semestre, no internato e mensalmente no externato. – Há diferença de preço da pensão quando são duas ou três irmãs. INTERNATO – Curso Primário: 100\$, Curso Complementar e Normal: 120\$. EXTERNATO – Curso Primário: 1º e 2º ano 10\$, Curso Primário: 3º e 4º ano 12\$, Curso Complementar: 16\$ e Curso Normal: 22\$. As alunas de todos os cursos pagarão, anualmente mais 5\$ de taxa, na ocasião da matrícula e 5\$ na época do exame; as internas pagarão uma jóia de 10\$ na ocasião da matrícula anual. Todo mês começado e considerado vencido. Não há desconto para as férias de 15 a 30 de junho. O regulamento estabelece que nenhuma aluna será matriculada, ou admitida a exames, promoção ao ano seguinte, si os pagamentos de ensino e pensão não se efetuarem adiantadamente. (CORREIO OFICIAL, 1907, p. 8)

No que se refere às mensalidades, nota-se, pela leitura deste regulamento transcrito que as mesmas eram diferenciadas entre as alunas internas e externas, sinaliza ainda que as alunas cujas famílias conseguiam manter tais despesas provinham de classes privilegiadas, principalmente as discentes que eram internas do Colégio Sant'Anna, já que nesse caso os pais precisariam dispor de uma quantia maior devido ao sistema escolhido e ao fato de o mesmo ser pago por semestre, como pudemos constatar.

O regulamento ainda destaca que, além das anuidades, ficava sob a responsabilidade dos pais levar para o Colégio o enxoval das alunas internas, o qual era composto dos seguintes itens:

1 ou 2 caixas de roupa; 1 colchão de 1m e 70 sobre 0m 70; 1 travesseiro e fronhas; o 1 colcha de chita; 1 cobertor e 1 colcha branca; 8 lençóis – 2 ditos de banho; 6 toalhas de rosto; 1 lavatório com acessório; 1 bacia para banho; 6 guardanapos; 6 camisas; 3 ou 4 ditas de dormir; 2 ditas para banho; 12 pares de meia; 12 lenços de assoar; 6 calças; 2 sacos para roupa servida, calçados, pentes e escovas. (CORREIO OFICIAL, 1907, p. 8)

Cabe ressaltar que as Irmãs Dominicanas ofereciam, no Colégio Sant'Anna, um tratamento diferenciado às alunas internas que moravam no Colégio. Elas eram mais vigiadas do que as meninas que eram alunas externas, pois as religiosas se preocupavam mais com elas, já que as famílias depositavam toda a sua confiança naquela instituição de ensino. Dessa forma,

evidencia-se que tais educandas recebiam um tratamento mais rigoroso, como bem salienta (FOUCAULT, 1977, p. 130), “A disciplina exige a cerca, a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo.”

No que se refere à Disciplina das alunas internas, no regulamento do Colégio Sant’Anna consta que:

O sistema pedagógico educativo é o preventivo. As alunas internas estão constantemente sob o olhar vigilante das professoras que, com mais amorosas, procuram tornar-lhes a vida colegial mais branda e amena possível. É permitido às alunas internas: Art. V – As alunas internas poderão pernoitar fora do Colégio somente com os pais. Art. VI – As alunas internas nada podem receber, nem expedir, sem a prévia autorização da diretora. (CORREIO OFICIAL, 1907, p. 08-09)

Com relação à saída das alunas internas do Colégio, a família teria que respeitar algumas exigências como ainda consta em tal regulamento:

Art. I – As internas podem receber visitas dos pais ou protetores no 2º e 4º sábado do mês, das 4h e meia às 5h e meia. Ao toque do sino, os visitantes deverão retirar-se. Art. II – As internas que têm os pais na cidade terão uma saída mensal, no 4º domingo do mês, das 7 às 18 horas. Art. III – As que tem próximos parentes, ou padrinhos é permitida uma saída de dois em dois meses. Nenhuma aluna poderá sair se não acompanhada por seus pais, ou encarregados, na hora determinada. Art. IV – Umas e outras serão privadas da saída quando não obtenham as notas suficientes, em aplicação e comportamento. (CORREIO OFICIAL, 1907, p. 9)

Todo esse cuidado das religiosas era para evitar que as alunas internas tivessem algum contato com o mundo exterior, pois a disciplina da juventude feminina que frequentava o Colégio Sant’Anna era considerada muito importante, pois as moças deveriam agir com prudência e recato.

Nessa via, é importante evidenciar que a sociedade daquela época atribuía à educação um papel fundamental. A escola era a responsável pela formação de “boas moças” e tinha como papel formar o caráter de suas educandas e essa educação ia desde o domínio do francês às boas maneiras, os trabalhos manuais, prendas domésticas, dentre outras atribuições femininas. Nessa perspectiva:

Ao término do ciclo de estudos, as alunas teriam sido fortalecidas, de tal modo que ao voltarem para o “mundo exterior” não seriam corrompidas por ele, mas, ao contrário, deveriam ser fortes o bastante para atuarem como focos de recristianização da sociedade (MANOEL, 1996, p. 77)

Nesse sentido, o internato como recurso pedagógico era o grande aliado das práticas educacionais, pois a alunas ficavam isoladas de todo contato com o mundo externo. Diante dessa responsabilidade, a escola enfrentava o desafio de fazer desabrochar nas educandas qualidades essenciais à mulher. Dessa maneira, os conhecimentos oferecidos eram considerados apropriados para as moças das classes sociais economicamente privilegiadas.

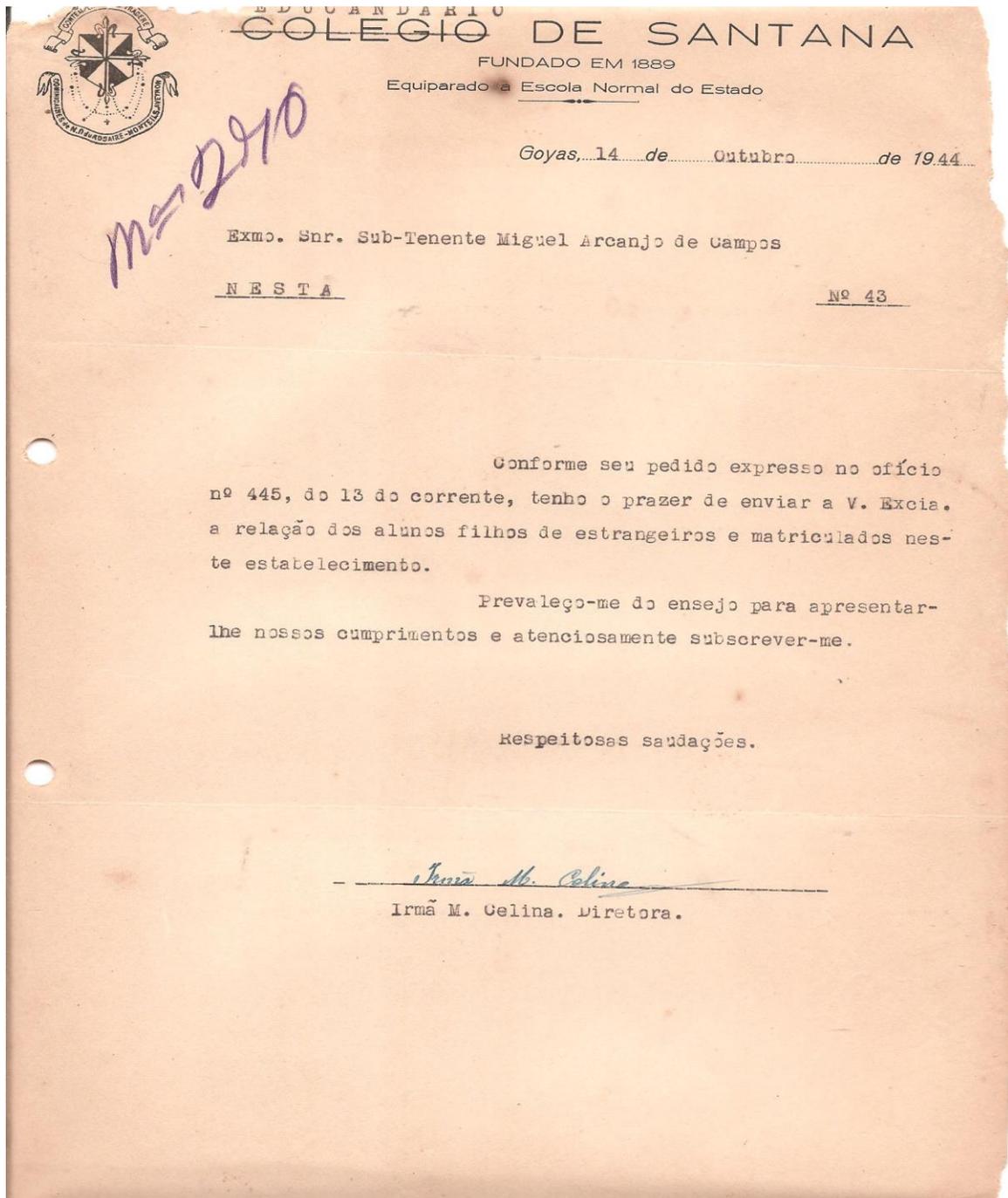
Em colégios católicos, assim como na instituição em apreço, todas as atitudes das alunas eram controladas: o silêncio constante nos corredores, o respeito à hierarquia, o cumprimento de horários como também as regras de conduta, o autoritarismo, essas são as características necessárias num ambiente de conformação e aceitação dentro de uma sociedade.

Conforme já sinalizamos anteriormente, as professoras religiosas do Colégio ofereciam às alunas uma formação pertinente aos anseios da família daquela época, isto é, uma educação pautada nos princípios morais, intelectuais e religiosos que tinham uma importância social muito grande, como: formar o comportamento, as ações e os sentimentos da boa mãe, da boa filha ou, quem sabe, de mais uma religiosa para a Congregação das Irmãs Dominicanas.

Diante do exposto, vale destacar que, a partir da formação da elevação espiritual, essas jovens instruídas para a obediência, para a dedicação, para a abnegação e a submissão às normas morais, religiosas e políticas, seriam a estrutura necessária a uma “boa família”, dentro dos padrões exigidos, principalmente para a Cidade de Goiás.

No que se refere à educação oferecida no Colégio Sant’Anna, este estabelecimento também atendia alunas estrangeiras, conforme podemos verificar no documento da Figura 23, expedido pela diretora do Colégio Irmã Maria Celina no ano de 1944 ao Sub-Tenente Miguel Arcanjo de Campos em resposta ao Ofício nº 445:

Figura 23 - Documento sobre matrículas de alunas estrangeiras no Colégio Sant'Anna



Fonte: Museu das Bandeiras (Goiás - GO)

A Figura 24, tem como intuito mostrar a relação das alunas filhas de estrangeiros que estudavam no Colégio Sant'Anna:

Figura 24 - Relação das alunas filhas de estrangeiros matriculadas no Colégio Sant'Anna

Educandário Santana, Goiás, 14 de Outubro de 1944

RELAÇÃO DOS ALUNOS FILHOS DE ESTRANGEIROS MATRICULADOS NESTE EDUCAND.

| <u>NOMES</u> | <u>FILIAÇÃO</u> | <u>IDADE</u> | <u>CURSO</u> |
|-------------------------|--------------------------------------|--------------|-----------------|
| Ladice Almeida Brunkem | Carlos Frederico Brunkem (alemão) | 22 | Normal-4a.seri |
| Daisy Teresinha Croccia | Pascoal Croccia (italiano) | 18 | Normal 3a.séri |
| Mani Saddi | Nicolau José Saddi (sírio) | 15 | Complem.1a.séri |
| Everardo Wascheck | Arthur Wascheck (alemão) | 10 | Primário 3º ano |

Educandário Santana, Goiás, 14 de Outubro de 1944

Irmã M. Celina
Irmã M. Celina. Diretora.

Fonte: Museu das Bandeiras (Goiás - GO)

No entanto, é importante considerar que durante a escolha do Colégio, de certa forma, a maioria das famílias acabava sendo influenciada pelas concepções da Igreja, que concebia como

ideal a educação por ela organizada, uma vez que a grande maioria das alunas que estudavam no Colégio Sant'Anna provinha de famílias católicas.

Contudo, as religiosas do Colégio Sant'Anna, imbuídas do carisma da Congregação e dos ensinamentos católicos, sempre procuraram participar dos problemas sociais que envolviam a comunidade carente da cidade. Assim, além das meninas oriundas de famílias abastadas, as irmãs assumiram também, desde o princípio da fundação do Colégio, o compromisso de acolher e instruir as alunas pobres que ali desejam ser educadas e instruídas, como o caso das Martinhas. Sobre isso, trataremos no próximo subtópico.

3.2.1 As Martinhas

É mister destacar que o Colégio Sant'Anna, além de atender às alunas de classe privilegiada, também acolhiam alunas que não possuíam condições financeiras para manter os estudos em instituições particulares. Essas alunas recebiam o nome de Martinhas⁴⁰, pois prestavam serviços domésticos no Colégio e, em troca, recebiam educação, conforme podemos observar no depoimento de uma ex-aluna⁴¹:

As martinhas eram as alunas pobres que estudavam no Colégio e, como não tinham como pagar os estudos, cuidavam da limpeza do prédio. Tínhamos aulas de manhã no período vespertino que era destinado aos estudos, fazer tarefa e aulas de reforço, nesse horário, as Martinhas cuidavam da limpeza do Colégio, elas não participavam dessas aulas, mas lembro que eram boas, excelentes alunas. (BASTOS, 2013)

Assim, podemos perceber que as Martinhas não participavam de todas as atividades oferecidas no Colégio em apreço, elas tinham acesso apenas ao ensino das disciplinas como Português, Matemática, História, Ciências etc, ou seja, praticamente não participavam das aulas de polidez. Ressalta-se também que essas alunas praticamente não tinham contato com as outras alunas internas do Colégio.

Importa destacar que as martinhas realizavam diversos serviços dentro do Colégio Sant'Anna, como: trabalhavam na limpeza do Colégio, lavavam roupas, ajudavam na cozinha, etc. Dessa forma, foram evidenciados, em outros depoimentos, que essas meninas prestadoras de

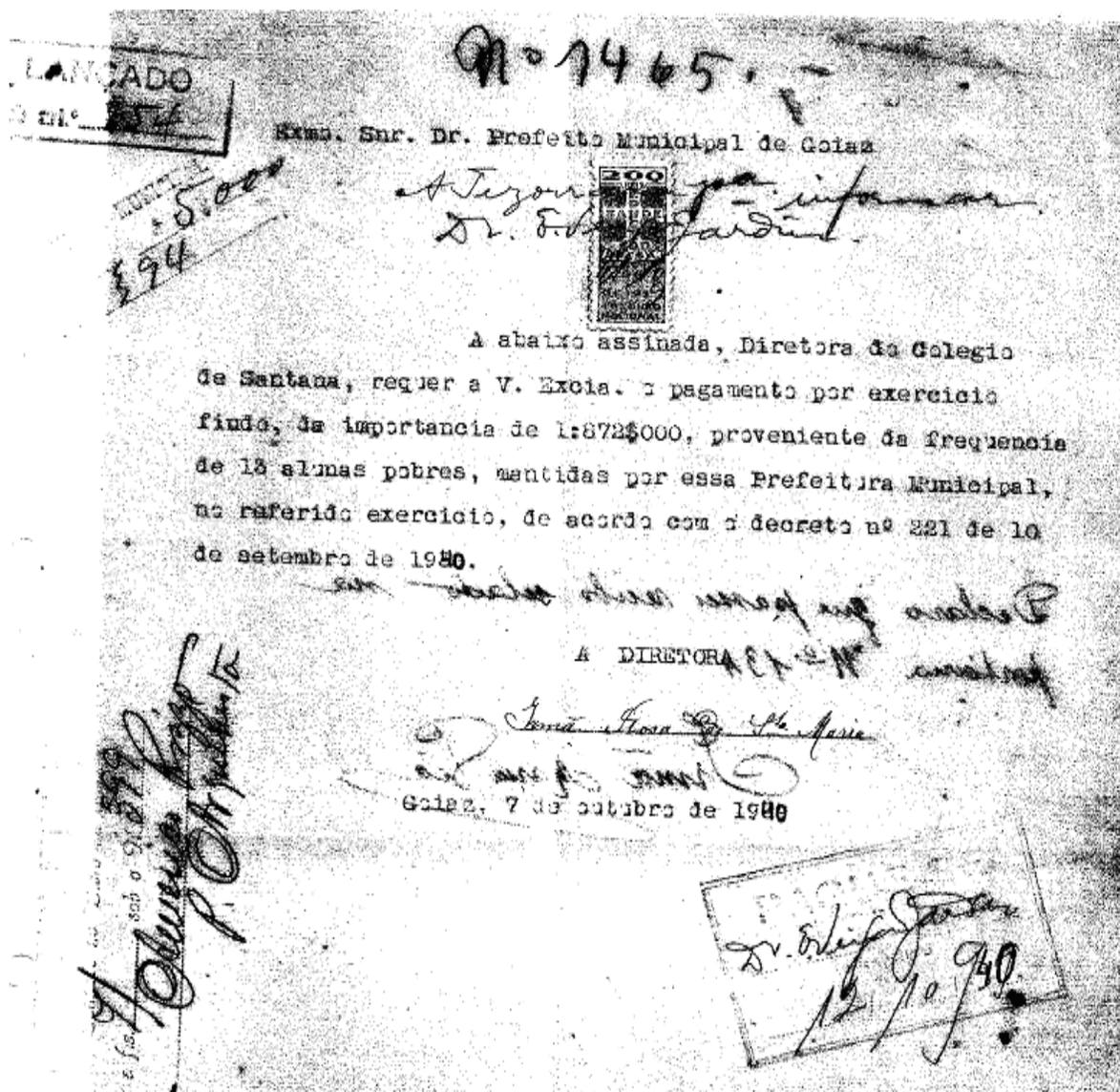
⁴⁰ O nome Martinha, segundo as irmãs, seria em homenagem à Santa Marta. Essa santa, durante sua vida, teria se dedicado aos afazeres domésticos.

⁴¹ Sobre os depoimentos de ex-alunas que usamos referente às Martinhas, cabe destacar que não foram Martinhas no Colégio Sant'Anna, pois não foi possível encontrar nenhuma delas para que pudesse dar seu depoimento.

serviço, por serem alunas pobres, eram educadas para, no futuro, exercerem profissões domésticas.

O Colégio também recebia uma verba da Prefeitura Municipal da Cidade de Goiás para ajudar no custeio dessas educandas, conforme o Decreto nº 221, de 10 de setembro de 1940. Dessa forma, as alunas pobres, cujos pais ou responsáveis não tinham condições financeiras de pagar mensalidades, eram mantidas pela Prefeitura Municipal, como podemos visualizar no documento expedido pelo Colégio:

Figura 25 - Alunas pobres mantidas pela Prefeitura Municipal, 1940



Fonte: FECIGO – Fundação Educacional da Cidade de Goiás (GO) – Casa Frei Simão Dorvi (Goiás – GO)

De uma forma geral, pode-se afirmar que a prática educacional das congregações religiosas reproduzia a rígida hierarquia social vigente à época, conforme se pode notar.

[...] não anula uma contínua necessidade de revisão dos princípios e da própria filosofia dominicana, em ‘combater a miséria dos corpos, a ignorância dos espíritos, a rudeza dos costumes’. De certo modo, foi o que ocorreu em terras goianas: mais como reprodução de uma sociedade já estabelecida, do que negação às diferenças sociais e de gênero. (CARVALHO, 2001, p. 54)

Nesse sentido, formava, por um lado, mulheres cultas, voltadas para diversos setores sociais e por outro, por meio da segregação espacial, mulheres submissas, com cada uma assumindo seu papel, sua condição que lhe foi ensinada em seu espaço de atuação: na família, na sociedade, no trabalho e na Igreja.

Por isso, compreende-se que as meninas e moças que estudavam no Colégio Sant’Anna sendo ou não martinhas eram vistas com ‘bons olhos’ pela sociedade de modo geral. Estudar ou ter estudado nessa instituição escolar significava ter boa formação, bons princípios, ser religiosa, enfim, possuir um vasto conhecimento para a vida.

Diante do que foi exposto, não podemos deixar de salientar a contribuição do Colégio Sant’ Anna no contexto histórico e sociocultural de Goiás. Nesse sentido, este estabelecimento de ensino foi de fundamental importância para a formação feminina na Cidade de Goiás, bem como no Estado.

3.3 As Docentes

Segundo os apontamentos de Cerino (2010, p. 41), considerando que a relação educativa coloca, frente a frente, “[...] uma forma histórica de educador e uma forma histórica de educando”, buscaremos aqui descrever como essa relação se fez no Colégio Sant’Anna. A Figura 26 nos mostra algumas das componentes do quadro de docentes do Colégio Sant’Anna, nos anos de 1960.

Figura 26 - Grupo de irmãs professoras, década de 1960



Fonte: Arquivo Colégio Sant'Anna – Goiás (GO)

Como uma parte da relação educativa se refere às professoras, pretendemos, neste estudo, demonstrar a atuação das professoras religiosas dominicanas no Colégio Sant'Anna, bem como seus saberes e fazeres docentes na Cidade de Goiás, “[...] mulheres em ação, inovando em suas práticas, dotadas de vida, e não absolutamente como autômatas, mas criando elas mesmas o movimento da história” (PERROT, 2006, p. 187).

Cabe destacar que não são muitos os registros encontrados sobre a habilitação das religiosas dominicanas educadoras, no acervo do Colégio Sant'Anna. O que consta, nos arquivos do Colégio, reporta-se à década de 1940. Do corpo docente e sua formação, encontramos os seguintes registros, no Termo de Inspeção do ano de 1940, conforme exposto no Quadro 9:

Quadro 9 – Quadro docente do Colégio Sant’Anna, década de 1940

| Docentes | Função |
|------------------------------|---------------|
| Irmã Maria Hermância | Diretora |
| Irmã Rosa de Santa Maria | Vice-diretora |
| Irmã Maria Pia | Tesoureira |
| Irmã Maria Celéstia | Professora |
| Irmã Maria Terezinha | Professora |
| Irmã Maria Rosita | Professora |
| Irmã Maria das Mercês | Professora |
| Irmã Bernadette da Imaculada | Professora |
| Irmã Andréia | Professora |

Elaborado pela autora. **Fonte:** Arquivo Colégio Sant’Anna (Goiás - GO)

Encontramos também as seguintes anotações no Termo de Inspeção do ano de 1941:

Irmã Maria Hermância, normalista, já dirigia o Colégio por 5 anos; Irmã Rosa de Santa Maria, normalista, vice-diretora, já havia sido professora; Irmã Celéstia, professora habilitada, lecionava música e trabalhos manuais, as demais professoras todas eram normalistas. (GOIÁS, 1941)

Cabe ainda destacar, no que diz respeito à formação das professoras religiosas do Colégio Sant’Anna que todas as “Professoras eram bem preparadas, competentes e interessadas ao máximo pela aprendizagem das alunas” (GOIÁS, 1960).

Para pautar e conduzir a ação educativa das Irmãs Dominicanas, bem como falar de sua identidade profissional, faz-se importante atentar para o fato de como as professoras se viam e como elas construía suas múltiplas representações sobre a docência feminina. Nesse sentido, observa-se que:

[...] são formas culturais de referir, de mostrar ou nomear um grupo ou um sujeito. Portanto, as representações de professoras e professores dizem algo sobre esses sujeitos, delineiam seus modos e traços, definem seus contornos, caracterizam suas práticas, permitem-nos, enfim, afirmar se um indivíduo pode ou não ser identificado como pertencendo a esse grupo. Como formas culturais de nos referirmos aos sujeitos (e a nós mesmos), as representações nos dão sentido certamente se transformam e se distinguem – histórica e socialmente. (LOURO, 1997, p. 98-99)

A partir do compromisso, assumido pelas professoras dominicanas do Colégio Sant’Anna, vale ressaltar que a proposta educacional, conforme descrito anteriormente, convergia-se com o ideal de educação feminina, almejado pelas famílias de elite, assim como pela sociedade vilaboense de maneira geral, uma vez que a escolha dos pais por este estabelecimento de ensino

refletia a concepção de que a formação moral oferecida pelas religiosas não poderia ser comparada à formação leiga, a qual era muito menos rígida, segundo relato de ex-alunas.

Dessa ótica, é necessário atentar para o fato de que o projeto educacional das Irmãs Dominicanas, orientado pelos princípios do catolicismo, segundo Cunha (1999, p. 101) não se tratava apenas de, “[...] um projeto católico de formação individual, mas de grandes propósitos educativos e de moral para toda a sociedade”. Nesse construto, a formação feminina se destinava à construção de um modelo de mulher educada, polida e uma educação cristã convicta.

Quanto à importância da imagem feminina, as professoras dominicanas procuravam zelar, segundo Almeida (2006), pela pureza feminina por meio de normatizações dos corpos e mentes. Quanto a isso:

Os primeiros eram controlados pela exacerbada vigilância de pais, irmãos e maridos, encarregados de extirpar nas mulheres sob sua guarda qualquer tentativa de pecado carnal. As mentes eram passíveis de serem adestradas por uma pedagogia do temor e da culpa que fazia as mulheres reféns de sua própria aura de sedução e capacidade de despertar o desejo masculino. (ALMEIDA, 2006, p. 67)

Essa ideia fica evidente no depoimento transcrito:

As irmãs eram bem ortodoxas, não podíamos fazer nada, tudo era pecado para elas. Nos davam aulas de boas maneiras, como: saber comer, falar baixo, comportar na rua, e não podíamos ser vistas conversando com rapazes na rua vestidas com o uniforme do colégio. (JARDIM, 2013)

Nota-se, neste depoimento, que durante as aulas as professoras procuravam incutir, nas alunas, padrões comportamentais femininos, ou seja, procuravam exaltar as virtudes da mulher como a castidade e a abnegação, impondo às discentes a imagem da Virgem e Mãe, pois as docentes tinham como objetivo preparar as educandas, desde a mais tenra idade, para a missão materna e dona do lar, como assevera Louro,

Os mais antigos manuais já ensinavam aos mestres os cuidados que deveriam ter com os corpos e almas de seus alunos. O modo de sentar e andar, as formas de colocar cadernos e canetas, pés e mãos acabariam por produzir um corpo escolarizado, distinguindo o menino ou a menina que “passara pelos bancos escolares”. A postura reta, transcendia a mera disposição física dos membros, cabeça ou tronco: ela devia ser um indicativo do caráter e das virtudes do educando. As escolas femininas dedicavam intensas e repetidas horas ao treino das habilidades manuais de suas alunas produzindo jovens “prendadas”, capazes dos mais delicados e complexos trabalhos de agulha ou de pintura. As marcas de escolarização se inscreviam, assim, nos corpos dos sujeitos. (LOURO, 1997, p. 61-62)

Dentro desse construto, durante algumas décadas, as meninas da Cidade de Goiás foram educadas dessa forma no Colégio Sant’Anna com o intuito de exercerem as tarefas mais “delicadas”, em geral, restritas ao espaço privado.

Nos depoimentos colhidos de ex-professoras (leigas)⁴² do Colégio, a diretora sempre lembrava às professoras sobre a questão de trabalhar a civilidade das alunas. Elas deveriam insistir no uso das “fórmulas mágicas”, como: “Com licença”, “Por favor”, “Desculpe-me”, “Sim, Senhora”, “Não, Senhora”, “Obrigada”, “Bom dia”, “Boa tarde”, “Boa noite”, “Até logo” e outras, demonstrando que possuía uma boa educação, além de cobrar das alunas a forma de se portar, de se sentar, enfim, o comportamento adequado de uma boa moça de família.

Podemos também perceber, a partir dos depoimentos, que as professoras, principalmente as leigas, eram muito vigiadas pelas irmãs superiores do Colégio:

As irmãs fiscalizavam bastante o trabalho das professoras, além delas olhar os planos de aula ficava sempre passando em frente à sala ou até mesmo entrava na sala para ver o que estávamos trabalhando com as alunas. Levava cadernos dos alunos todos os dias para casa para realizar a correção. (JARDIM, 2013)

É importante sublinhar ainda que, nos relatos das ex-professoras, evidenciamos que havia, realmente, grande rigor no preparo das aulas e a preocupação em cumprir os programas de ensino pré-estabelecidos pelo Colégio. Além disso, a vigilância constante proporcionava o controle das ações pedagógicas, conforme salientado no depoimento de uma ex-professora. Segundo ela, isso acontecia principalmente se a docente fosse professora leiga. A respeito dessa ideia, no art. 51 do Regulamento Interno do Colégio Sant’Anna, datado em 1943, podemos ler que:

A escolha do corpo docente deverá estar baseado em elementos seguros, como de apreciação do mérito científico, da capacidade didática e dos predicados morais das professoras candidatas, que ainda deverão respeitar a moral católica. (REGULAMENTO INTERNO, 1943, p. 7)

Diante de toda a responsabilidade das professoras no ensino dos conteúdos escolares, estas precisavam desabrochar nas educandas qualidades essenciais à mulher, oferecendo, às alunas do Colégio, um conjunto de conhecimentos considerados, pelas irmãs e pela sociedade, apropriados para as moças de família. Portanto, cabe destacar que as irmãs eram professoras preparadas, competentes e interessadas ao máximo na aprendizagem de suas alunas

⁴² Professoras leigas eram as professoras que prestavam serviços no colégio a partir da década de 1960, mas não eram irmãs (freiras).

3.4 As Famílias

Uma formação feminina sólida e adequada sempre foi almejada pelas famílias que procuravam uma instituição confessional por esta ser baseada na transmissão da moral e dos costumes da fé católica. Nestes colégios, a juventude feminina recebia lições de boas maneiras, prendas domésticas e polidez. Isso ocorria de maneira geral, e na Cidade de Goiás isso não poderia ser diferente.

Complementando o que já está escrito em algumas partes deste trabalho sobre o papel e o desejo da família em relação à escolarização feminina, Cunha (2010, p. 454) pontua que “[...] a família definiu-se, historicamente, como instituição que credita à escola a responsabilidade por instruir e educar seus filhos de acordo com os padrões mais avançados da ciência”, pois a escola seria a co-responsável pela boa formação das educandas, suprimindo uma lacuna que poderia ter sido deixada, pela família, no processo educativo de suas filhas, principalmente no que diz respeito ao pensar que educar seria “[...] para além de instruir, significava a formação completa que ia desde o domínio do Francês às boas maneiras, os trabalhos manuais, prendas domésticas, dentre outras atividades femininas” (MELO, 2002, p. 109).

Em relação ao papel das instituições escolares, Cunha (2010, p. 458) complementa que estas passaram a ser vistas pela sociedade como:

[...] uma agência especializada em educar, na qual os educadores profissionais é que detinham a última palavra; eles, e só eles, possuíam os conhecimentos científicos sobre a melhor maneira de conduzir crianças e jovens na direção correta, na direção daquilo que a sociedade requisitava.

Nessa via, a força exercida pelo Colégio Sant’Anna, desde sua fundação, fez com que as famílias vilaboenses acreditassem que uma nova fase de luz e progresso se abria para a juventude feminina na Cidade de Goiás, haja vista que:

Estudar no Colégio Sant’Anna era uma tradição para muitas famílias, também era uma honra para as famílias ter uma filha que estudasse no Colégio. Todas as mulheres da minha família estudaram lá, como minha avó, depois minha mãe e nós, as filhas. (SILVA, 2013)

Compreende-se, dessa forma, que os pais entregavam suas filhas às Irmãs Dominicanas do Colégio Sant’Anna cientes de que as religiosas lhes proporcionariam o que havia de melhor na época, em se tratando de educação, pois ali

As alunas receberiam uma educação integral. Além dos conteúdos programáticos de cada curso, as discentes tinham a oportunidade de aprender música, pintura, princípios de higiene, polidez e trabalhos manuais”. (VALLE, 1989, p. 20)

A esse respeito, Canesin e Loureiro (1994) assinalaram que a forma como o Curso Primário foi organizado revelava a natureza das famílias tradicionais e a concepção do papel da mulher na sociedade.

Por essa vertente, podemos constatar que, de um modo geral, as famílias de boa parte do Estado de Goiás, bem como de outros estados vizinhos queriam “[...] oferecer às suas filhas uma boa educação e sabiam que as Irmãs Dominicanas tinham uma formação francesa e que se dedicavam à catequese” (DOURADO, 2010, p. 138). Complementando essa ideia, Piagem e Sousa (2000, p. 74) pontuam que “As Irmãs Dominicanas se preocupavam em ministrar, além das matérias obrigatórias do currículo, as exigidas por uma formação mais humana, mais completa das crianças e das jovens”.

Dentre esses desafios, é bem verdade que, ao optar pela escolha do Colégio Sant’Anna, de certa forma, a maioria das famílias acabava sendo influenciada pelas concepções da igreja, e esta concebia como ideal a educação por ela organizada.

No entanto, é possível constatar que na visão das famílias vilaboenses o Colégio Sant’Anna se apresentava como detentor dos conhecimentos necessários para a formação intelectual, cultural e moral das educandas que ali estudavam.

3.5 A Escola Doméstica

No que tange ao percurso histórico de constituição e consolidação da educação primária confessional católica, destinada à parcela feminina da população, em Goiás, capitaneada pelas Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, e de Colégio conservador, destinado à educação de mulheres, constituíram para si o lugar de escola de tradição e qualidade no espaço social goiano.

Como a caridade fazia parte do carisma das Irmãs Dominicanas, em cumprimento aos preceitos de sua Congregação, as religiosas se dedicavam não somente à juventude feminina que provinha de classe socialmente mais privilegiada, mas também àquelas mais pobres que se

achegavam a elas. Para atender a esta demanda, instalou no Colégio Sant'Anna a Escola Doméstica⁴³ para as meninas.

A Escola Doméstica, criada no Colégio Sant'Anna desde os primórdios de sua fundação, teve como intuito o atendimento de crianças de classes menos privilegiadas da Cidade de Goiás bem como de cidades vizinhas e até mesmo de outros estados.

A Tabela 5 sinaliza a quantidade de alunas atendidas, nessa escola. Quanto ao período evidenciado, refere-se ao recorte desse estudo, sendo que, cabe ressaltar que iniciamos a Tabela no ano de 1949 por encontrarmos, no arquivo do Colégio, fontes somente a partir desta data.

Tabela 5 - Número de alunas matriculadas na Escola Doméstica do Colégio Santa'Anna (1949-1960)

| Ano | Número de alunas |
|------|------------------|
| 1949 | 4 |
| 1950 | 7 |
| 1951 | 8 |
| 1952 | 9 |
| 1953 | 12 |
| 1954 | 17 |
| 1955 | 13 |
| 1956 | 24 |
| 1957 | 23 |
| 1958 | 19 |
| 1959 | 13 |
| 1960 | 19 |

Elaborada pela autora. **Fonte:** Livro de Matrículas do Colégio Sant'Anna (Goiás - GO)

Sintetizando os dados apresentados na Tabela 5, é possível verificar que o número de alunas atendidas variava muito de um ano para o outro, fato que talvez possa ser explicado devido à disponibilidade das irmãs, a cada ano, para com a educação das alunas matriculadas na Escola Doméstica.

É importante assinalar que havia lista de espera para se matricularem alunas na Escola Doméstica, pois quando uma discente parava de frequentar as aulas, outra imediatamente ocupava a vaga, conforme podemos constatar a partir de uma anotação no Livro de Matrículas no ano de 1960:

Nota – A aluna nº 13 retirou-se em Abril, e foi substituída sob o mesmo nº pela aluna Cândida Lourenço de Jesus. A aluna nº 14 retirou-se em março, e foi substituída sob o mesmo nº, pela Maria Alves dos Santos Nascimento. Esta também deixou a Escola em

⁴³ A Escola Doméstica funcionou desde a fundação do Colégio Sant'Anna até a década de 1966, que funcionava no mesmo prédio do Colégio.

Agosto, e foi substituída, sob o nº 14 ainda por Iracema Cândida Ferreira. (LIVRO DE MATRÍCULAS, 1960, p. 14)⁴⁴

Com o intuito de elucidar, apresentamos outra anotação transcrita feita, no Livro de Matrículas no ano de 1954, pela Irmã Maria das Mercês. Nessa nota, faz-se referência ao que era oferecido às alunas na Escola Doméstica, bem como a exemplificação de tal situação econômica das alunas que a frequentavam.

Durante o corrente ano o Educandário Sant'Ana manteve, gratuitamente, as dezessete alunas do quadro acima, também de ensino prático doméstico, as alunas frequentaram o curso primário. Três dentre elas, fizeram sua primeira comunhão. Receberam, todas, as primeiras noções de trabalho manual: bordado, ponto de marca, etc. Uma, dentre elas, dedicou-se à costura e aprendeu a confeccionar vestidos femininos. Assim, as alunas desherdadas dos bens terrestres, tiveram eficiente acolhida no Sant'Ana. (LIVRO DE MATRÍCULAS, 1954, p. 08)⁴⁵

Como podemos perceber, por meio da anotação, as alunas da Escola Doméstica, além de receberem a educação elementar, também recebiam o ensino prático doméstico. Podemos constatar que tais alunas, assim como as Martinhas, eram instruídas para no futuro, na maioria das vezes, ocuparem a funções domésticas na sociedade vilaboense.

Vale destacar que as alunas que frequentavam a Escola Doméstica tinham entre 13 e 18 anos. Eram discentes de idade escolar defasadas. Além disso, elas eram também alunas bolsistas⁴⁶, mas o estabelecimento recebia alguns dos materiais escolares utilizados durante as aulas, conforme podemos constatar no seguinte documento:

⁴⁴ **Fonte:** Arquivo Colégio Sant'Anna – Goiás (GO)

⁴⁵ **Fonte:** Arquivo Colégio Sant'Anna – Goiás (GO)

⁴⁶ Essas bolsas de estudo eram oferecidas pelo próprio Colégio.

Figura 27 – Lista de materiais escolares doados à Escola Doméstica do Colégio Santa'Anna (1949-1960)

Lista dos objectos escolares fornecidos á escola gratuita
do Collegio Sant'Anna desta Capital.

| | | |
|----------------------------------|-----|------------|
| Primeiro livro de leitura | 24 | Compendios |
| Segundo " " " | 12 | " |
| Terceiro " " " | 12 | " |
| Arithmetica Trajano | 12 | " |
| Grammatica portuguesa J. Ribeiro | 12 | " |
| Historia do Brasil Lacerda | 12 | " |
| Geometria F.T.D. | 12 | " |
| Geographia Lacerda | 12 | " |
| Taboadas | | |
| Cartas ABC | 24 | |
| Cardernos sortidos | 120 | |
| Canetas | 1 | duzia |
| Lapis Faber | 1 | " |
| Lapis de lousa | 1 | " |
| Lousas | 1 | " |
| Livro em branco para matricula | 1 | |
| Resmas de papel | 2 | |
| Caixa de penna | 1 | |
| Caixa de | 1 | |

Secretaria do Interior e Justiça do Estado de Goyaz,
15 de dezembro de 1925.

Recebi os objectos supra-mencionados
A Directora Do Collegio,
Sinhã Ivoa De Sta. Maria
Goyaz - 17.12.1925

O Encarregado,
Joviano de Souza

Fonte: Arquivo Colégio Sant'Anna – Goiás (GO)

Em relação à oferta de ensino gratuito, o Colégio Sant'Anna compactuava com a estratégia adotada pelos colégios católicos para colaborar com a manutenção da estrutura social conservadora e tradicionalista.

Portanto, o intuito maior das Irmãs Dominicanas do Colégio Sant'Anna era oferecer, na Escola Doméstica, principalmente no Curso Primário, aulas de prendas domésticas para suas alunas. A exemplificação de tal objetivo encontra-se nos registros feitos pela Irmã Maria das Mercês no Livro de Matrículas no decorrer dos anos pautados em nossa pesquisa.

De acordo com Sanfelice (2007, 78), “A dimensão da identidade de uma instituição somente estará mais bem delineada quando o pesquisador transitar de um profundo mergulho no micro e, com a mesma intensidade, no macro”. Nesse sentido, neste capítulo, procuramos descrever o microcosmos, do interior do Colégio Sant'Anna, dirigido pelas Irmãs Dominicanas. No último capítulo, tentar-se-á, abordar as funções sociais exercidas por tal instituição, um estabelecimento com muitos nomes e uma história.

4 A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA DE MENINAS NO COLÉGIO SANT'ANNA

Neste capítulo, buscamos desvelar e compreender mais sobre os processos que resultaram na consolidação da educação primária feminina (1940-1960) no Colégio Sant'Anna. Assim, procuramos identificar a relação educativa desenvolvida, no interior de tal instituição, por meio da abordagem de seus atores (ex-alunas e ex-professoras), e por meio de observações da infraestrutura e do edifício, oferecidos para o desenvolvimento das atividades educacionais.

Nessa via, apreciamos sua organização, o currículo trabalhado, as questões que envolveram disciplina e religiosidade que estão profundamente imbricadas no ambiente de uma escola confessional, enfim, procuramos investigar, de uma forma geral, as práticas educativas realizadas pelas Irmãs Dominicanas francesas de Monteils na Cidade de Goiás, tendo como referencial a ideia de que:

A instituição escolar é o espaço privilegiado de investigação das normas e práticas que variam no espaço e no tempo ou coexistindo de formas diferentes, também podendo ser estudadas a partir das seguintes categorias de análise: o contexto histórico e as circunstâncias específicas da criação da escola, o edifício escolar (espaço, estilo, implantação, reformas); os atores: alunos e sua origem social, seu destino profissional e suas organizações, os professores e administradores e sua origem, formação, atuação e organização; os saberes e práticas: currículos, disciplinas, livros didáticos, métodos e instrumentos de ensino; as normas disciplinares: regimentos, organização do poder, burocracia, prêmios e castigos; os eventos: festas, exposições, desfiles e outros. (BUFFA; NOSELLA, 2005, p. 59)

Dessa forma, verifica-se que a educação primária feminina, no Colégio Sant'Anna, se consolidou, pois a formação almejada pelas famílias que procuravam uma instituição confessional para instruir e educar suas filhas se baseava na transmissão da moral e dos costumes da fé católica. A juventude feminina recebia lições de boas maneiras, prendas domésticas e polidez, considerando que as mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas.

4.1 Caracterizando a instrução primária no Colégio Sant'Anna

Inicialmente, propomos desenvolver uma análise referente às características do ensino primário no Estado de Goiás, por apresentar algumas diferenças em relação à história da

educação no Brasil de uma forma em geral. Esse fato ocorreu, talvez, devido a um tardio povoamento no Estado⁴⁷.

Na concepção de Brzesinski, até a Proclamação da República, o cenário educacional goiano resultou-se de um modelo econômico agro-pastoril, embora o contexto seja fruto de “[...] disparidades regionais, do atraso cultural e da alta taxa de analfabetismo reinante na província”. (BRZEZINSKI, 2008, p. 284).

É importante assinalar que apesar de existir, em Goiás, a Lei n.º 13 de 1835, que determinava a obrigatoriedade do ensino primário e que os pais de família eram responsáveis por oferecer instrução primária a seus filhos de sete a quatorze anos, sejam em escolas particulares, públicas ou em suas próprias casas (ABREU, 2006), essa Lei acabou não vigorando até a década de 1930 no Estado, continuando a existir alta taxa de analfabetismo.

Diante da realidade goiana, marcada pela dispersão populacional nas áreas rurais e pelas longas distâncias, a restrição de obrigatoriedade para aqueles que não residiam nas proximidades das escolas dificultava, significativamente, seu acesso pela população que morava nas fazendas, distantes das vilas.

Compreende-se, dessa forma que, na prática, essa legislação não alterou a realidade educacional, já que:

As dificuldades da província em prover escolas para todos e dos pais em manter os filhos em escolas particulares, além da precariedade da fiscalização, impediram que o ensino obrigatório se tornasse realidade, e apenas um pequeno grupo tinha acesso ao ensino primário. (ALVES, 2007, p. 73)

Cabe acrescentar que a instrução, desde o início da República, foi vista como mola propulsora para o progresso, o crescimento intelectual da nação e instrumento da civilização que deveria tomar conta da massa inculta que residia no interior do país. Isso foi constatado no relatório encaminhado ao presidente do Estado em 1905 pelo secretário da Instrução de Goiás:

A civilização do país, seja qual for o aspecto sob que a consideremos, tem por principal motor o adiantamento intelectual de todas as classes da população. Não há nada tão grande quanto a instrução de um povo. (RELATÓRIO, 1905)

O ideal de educação republicana ganhou espaço nos debates políticos goianos, e assumiu um caráter mais ampliado. Nos discursos, enfatizava-se que a instrução era sinônimo de

⁴⁷ Sobre esse assunto ver Nepomuceno (1994), Canesin e Loureiro (1994) e Brzezinski (1987).

prosperidade e liberdade, já que entre os povos mais prósperos se destacavam “[...] aqueles que mais ciosos se mostram de suas liberdades, aqueles que mais sabem defender os seus direitos, que mais energia mostram no repelir a implantação das tiranias”, ou seja, são os povos “que dispensam especial cuidado à educação do povo” (MENSAGEM, 1913), e acabaram por elaborar novas representações para a educação escolar.

Importa ressaltar que até 1918 a Instrução primária em Goiás não sofrera grandes alterações. A esse respeito afirma o presidente:

O futuro das nacionalidades depende exclusivamente da instrução pública. Daí o interesse máximo de todos os governos para que tenha o maior incremento esse ramo da administração. Em Goiás não tem sido menor o carinho pelo desenvolvimento do ensino e nem menor tem sido o esforço dos poderes públicos a respeito. Infelizmente, porém, as dificuldades financeiras que, por motivos vários, têm sobrevivendo e com as quais tem lutado a administração pública, impediram a adoção de providências capazes de enfrentar condignamente esse principal ramo do serviço público. [...] Tudo isto envolve a triste verdade de que o ensino primário em Goiás é um mito, não existe (MENSAGEM, 1918).

Conforme podemos constatar, na leitura da Mensagem do Presidente, a educação primária goiana era precária, deficitária e até mesmo inexistente em algumas localidades. Além disso, observou-se que nada estava sendo feito para mudar esse cenário.

Por sua vez, Bretas (1991) ainda destaca que os problemas relacionados à instrução primária em Goiás também se devia ao:

Número insuficiente de escolas, falta de pessoas idôneas para ocuparem os cargos de magistério, baixa remuneração dos professores, inspeção precária ou praticamente inexistente, desinteresse dos pais em manterem seus filhos nas escolas, falta de material didático adequado e de casas apropriadas para o ensino. (BRETAS, 1991, p. 233)

No decorrer das décadas de 1930 e 1940, este cenário educacional primário, descrito anteriormente, começou a sofrer algumas alterações, mas mesmo com o reconhecimento da importância da instrução primária, conforme bem destacado por Barra (2011) “[...] para a formação do povo e para o exercício da cidadania”⁴⁸, Goiás enfrentou muitas dificuldades na expansão e difusão do ensino primário.

É importante destacar que, no período de 1930-1960, Goiás foi marcado por um grande crescimento, pois “[...] avançou-se em seu papel de agente público responsável pela educação dos

⁴⁸ Para Barra (2011), a formação do povo-cidadão fazia parte do discurso e das exigências republicanas por uma ação mais eficaz do Estado em prol da instrução pública, principalmente na instrução primária.

goianos” (PINTO, 2013, p. 129). Pois, nesse período, aconteceu de fato a obrigatoriedade escolar, através da qual “A educação escolar - especialmente o ensino primário - tornar-se-ia, nesse contexto, o elemento propulsor para a evolução da sociedade brasileira rumo ao almejado progresso”. (SILVA, 2013, p. 33)

Desse modo, era dever do Estado conduzir a organização do ensino, sendo ele considerado o único capaz de levar a escolarização elementar às massas que, até o momento se encontravam excluídas da escola. Nesse sentido, observa-se que:

As iniciativas das políticas públicas do Estado, voltadas para a escolarização do povo, foram orientadas a partir da necessidade de reinventar a escola como local para o soerguimento de um projeto nacional integrador do povo aos desígnios da nação moderna, posto que, nesse momento, a escolarização foi percebida como um instrumento de correção do processo evolutivo e como força propulsora do progresso da sociedade brasileira. (FARIA, 2012, p. 252)

Importa ressaltar que as décadas de (1930-1940), período da construção e transferência da capital do Estado para a cidade de Goiânia, representou os primeiros passos rumo à modernidade para o Estado de Goiás. Dessa forma,

A nova cidade-capital do estado de Goiás, cidade planejada e construída sob os auspícios da modernidade arquitetônica e urbanística, surgia como ruptura com o passado decadente e atrasado e como promessa de um futuro promissor para o ‘filho mais modesto, o filho menos educado’ entre os filhos do pai Brasil. (PINTO, 2009, p. 43).

E com a construção de Brasília, nos anos de 1950, bem como com a transferência da capital federal para o Estado de Goiás, houve, no Estado, transformações significativas nas condições de vida da população, bem como a expansão da escolarização, contribuindo dessa forma, para a reestruturação da vida e do espaço goiano, pois:

A construção de vias de integração nacional causaram grandes alterações, do ponto de vista espacial, no Brasil e em Goiás, contextualizando-se no momento em que o planejamento foi tido como instrumento capaz de corrigir os desequilíbrios regionais e econômicos, garantindo um contínuo processo de intervenção estatal na economia. (PEREIRA, 2004, p. 34)

Dessa ótica, podemos perceber que tanto a fundação de Goiânia quanto a de Brasília representaram profundas mudanças para a sociedade goiana, tanto econômicas, quanto políticas, culturais e sociais. Assim, o movimento migratório, a construção de estradas e rodovias e o avanço dos meios de comunicação promoveram o crescimento populacional do Estado, como se pode ser observado na Tabela 6.

Tabela 6 - Crescimento populacional de Goiás, por zona, entre 1940 e 1960

| Anos | Zona rural | | | Zona urbana | | | Total | |
|------|------------|--------|----|-------------|--------|----|-----------|--------|
| | População | Índice | % | População | Índice | % | População | Índice |
| 1940 | 705.758 | 100 | 85 | 120.656 | 100 | 15 | 826.414 | 100 |
| 1950 | 705.758 | 137 | 80 | 245.667 | 204 | 20 | 1.214.921 | 147 |
| 1960 | 1.337.961 | 190 | 68 | 575.325 | 477 | 32 | 1.954.860 | 236 |

Fonte: BRASIL. Recenseamento de 1940, 1950 e 1960.

Nestes encaminhamentos, observa-se, pelo panorama populacional, esboçado na Tabela 6, que a população do Estado praticamente dobrou em 20 anos. Tudo isso ocorreu devido ao processo de urbanização que o Estado sofreu a partir da criação de Goiânia e a construção de Brasília. Verifica-se ainda que a fundação das duas capitais contribuiu para atrair milhares de migrantes para o Estado como já foi sinalizado anteriormente.

Estes acontecimentos, segundo Pinto (2013, p. 130), foram de suma importância para o avanço da escola primária em Goiás, à medida que, “[...] mobilizando Estado, intelectuais e grande parte da sociedade goiana tornaram-se emblemas do processo de modernização estadual que delegou a escola primária um inequívoco papel na conformação de uma nova realidade para o estado”, como podemos constatar por meio da Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em que o ensino primário começava a atingir níveis satisfatórios:

O ensino primário tem experimentado excelentes progressos em todos os sentidos, e é possível afirmar-se hoje que atingiu a um grau plenamente satisfatório de desenvolvimento ainda que suas possibilidades estejam em verdade aquém das solicitações do Povo Goiano. (GOIÁS, 1950, p. 5).

Diante de tais constatações, podemos visualizar que a expansão da escolarização, em Goiás, ocorreu somente após o surgimento da cidade-capital, projeto das elites fazendeiras preocupadas com um estado moderno. Dentro dessa nova perspectiva, despontava o discurso sobre a importância da educação feminina, uma educação vinculada à modernização e a higienização da família.

É a partir desse contexto, início da Primeira República, que foi fundado, pelas Irmãs Dominicanas na Cidade de Goiás, o primeiro colégio confessional católico, inicialmente destinado à educação primária feminina do Estado de Goiás. A fundação do Colégio Sant’Anna

fez parte de um aspecto novo da cultura educacional brasileira nessa época, preocupando-se com a educação feminina.

Nesse construto, o Colégio oferecia uma educação apoiada em um tripé em que a instrução feminina no período de (1940-1960) deveria ser baseada na polidez, na obediência e na caridade, que “[...] era o verdadeiro destino da jovem cristã, seu dever, sua missão, depois de completada a educação” (GUIDO, 1992, p. 64). Nessa instituição, instruía-se e educavam-se suas alunas de acordo com os princípios religiosos católicos, ofertando uma educação refinada, para que as alunas pudessem se tornar jovens cultas, polidas e sociáveis, preparadas para assumirem sua função social.

Por essa razão, o papel da escola era suscitar, nas educandas, qualidades essenciais à mulher, ter uma postura cultural digna perante o lugar social que ocupa ou que ocuparia na sociedade.

Com o intuito de elucidar, apresentamos na Figura 28 um grupo de alunas do Curso Primário do Colégio Sant’Anna nos anos de 1950.

Figura 28 - Alunas do Curso Primário, década de 1950



Fonte: Acervo Circe Camargo (Goiás – GO)

Ao fundarem o Colégio Sant'Anna, as religiosas francesas, de imediato, já iniciaram seus trabalhos educacionais, preocupando-se com a educação da juventude feminina. Desde o princípio, elas tinham seus objetivos e proposta pedagógica bem definida, conforme podemos verificar no estatuto, transcrito. Nele, se apresentam seus objetivos, o ensino oferecido e as normas do estabelecimento, a partir de 1907:

[...] O Colégio Sant'Anna, fundado em 1889, é dirigido pelas Irmãs Dominicanas, desde sua fundação, tem tido, como fim principal, a formação de boas mães de família, instruídas e educadas nos princípios da Santa Religião. A Congregação das irmãs Dominicanas é administrada pela Superiora Geral. A direção local do Colégio de Sant'Anna é constituída pela diretora, vice-diretora, tesoureira e secretária. O ensino do estabelecimento abrange vários cursos: um curso primário de quatro anos, um curso complementar de dois anos e um curso normal de quatro anos. Todos estes cursos estão organizados de perfeita conformidade com os programas oficiais e contendo, a mais, a instrução religiosa, obrigatória em todos os cursos. Quanto a disciplina, o sistema pedagógico educativo é o preventivo. As colegiais estão constantemente sob olhar vigilante das professoras que, como mães amorosas, procuram tornar-lhes a vida colegial mais branda e amena possível. (CORREIO OFICIAL, 1907, p. 8)⁴⁹

Cabe ressaltar que o ensino primário no Colégio Sant'Anna atendeu às necessidades urgentes de instrução primária feminina em Goiás, pois, conforme descrito anteriormente, a situação do ensino era bastante precária no Estado. Dessa forma, deu-se, a esta instituição de educação feminina, grande prestígio nessa época, mais especificamente até a transferência da capital no ano de 1937, pois até esta data, tal estabelecimento de ensino desta natureza era um dos mais privilegiados pela sociedade da época.

4.2 As práticas escolares do Colégio Sant'Anna

4.2.1 Currículo

É mister considerar que, ao longo de seu processo histórico, o Colégio Sant'Anna passou a oferecer diversos cursos, de forma que gradativamente seu currículo foi se formulando e adequando seu ensino de acordo com as exigências legais, sociais e mediante os objetivos de formação religiosa. Vale destacar que, desde o início de seus trabalhos, as religiosas proporcionaram aos pais, familiares, bem como à comunidade local, a cultura da escola, a sua forma constitutiva, na construção dos saberes pedagógicos, veiculando dessa forma, representações acerca dos conteúdos do ensino e da metodologia utilizada. Compreende-se, dessa

⁴⁹ Acervo Colégio Sant'Anna.

forma que toda a organização curricular do Colégio não aconteceu de forma inocente e neutra na transmissão do conhecimento historicamente acumulado.

Quanto ao programa de ensino, o currículo do Colégio Sant'Anna estava de acordo a lei vigente, observando-se as reformas implantadas na década de 1940, mais precisamente com o decreto-lei 8.529/46, o qual instituía que, no Curso Primário elementar, com duração de quatro anos, seriam ministradas: Leitura e Linguagem Oral e Escrita; Iniciação Matemática; Geografia e História do Brasil; Conhecimentos Gerais aplicados à vida social, à educação para a saúde e ao trabalho; Desenho e Trabalhos Manuais; Canto Orfeônico e Educação Física, conforme podemos verificar nas disciplinas ministradas no Curso Primário do Colégio em apreço no ano de 1940:

Quadro 10 – Currículo oficial do ensino primário do Colégio Sant'Anna, 1940

| Disciplinas oferecidas no Curso Primário |
|---|
| Catecismo |
| Português |
| Aritmética |
| Geografia |
| História do Brasil |
| Trabalhos Manuais |
| Desenho |
| Caligrafia |
| Educação Física |
| Ciências |
| Canto |

Elaborada pela autora. **Fonte:** Livro de Atas, Colégio Sant'Anna (Goiás – GO)

Na Cidade de Goiás, para além do currículo oficial, como observamos no Quadro 10 e por meio de leitura das Atas, revelou-se que, para pautar e conduzir a ação educativa, o trabalho pedagógico, desenvolvido pelas religiosas francesas, tinha seu estilo próprio de transmitir o conhecimento, primando por uma educação centrada nos princípios morais, na disciplina, na formação religiosa, social e intelectual de suas alunas. Uma característica importante a ser observada na pedagogia dominicana, segundo Ribeiro; Muta e Silva (2007), foi primar pela cultura, principalmente no que se refere aos trabalhos manuais, à música, à pintura, ao estudo de línguas e ao desenvolvimento da linguagem verbal.

Da análise das disciplinas que compunham a grade curricular do Colégio Sant'Anna, cabe ressaltar que, com o intuito de que as filhas pudessem usufruir de algumas dessas disciplinas

oferecidas no Colégio, os pais deveriam pagá-las separadamente da pensão, pois estas disciplinas compunham o quadro das chamadas “disciplinas a mais”⁵⁰, sendo elas:

Tabela 7 – Disciplinas particulares oferecidas no Colégio Sant’Anna

| Disciplinas Particulares | Valores |
|---------------------------------|----------------|
| Harmonium | 20\$ |
| Piano | 25\$ |
| Violino | 20\$ |
| Bandolino | 15\$ |
| Pintura | 15\$ |
| Desenho | 8\$ |
| Datilografia | 15\$ |

Elaborada pela autora. **Fonte:** Arquivo Colégio Sant’Anna (Goiás – GO)

Nas atas dos exames finais do quarto ano do ensino primário dos anos de 1956 a 1960, encontramos, além das disciplinas citadas anteriormente, registros de mais duas disciplinas que passaram a compor a grade curricular do Colégio em apreço, sendo elas: Comportamento e Moral e Cívica.

Ainda no que diz respeito às disciplinas ofertadas no Colégio Sant’Anna, podemos perceber que a grade curricular girava em torno do estudo de conteúdos associados às humanidades, ensino religioso, trabalhos manuais, evidenciando também preocupação com questões ligadas à cortesia e às boas maneiras, necessárias à formação de uma mulher bem educada para o futuro, como fica evidente no depoimento:

As freiras eram muito carinhosas, outras muito rigorosas, rígidas, algumas eram até meio rancorosas. A educação era muito voltada para o aspecto moral, disciplinar, a disciplina era bem forçada, bem rígida [...]. E no aspecto religioso, me lembro bem que havia, no Colégio Sant’Anna, uma capela que era bem ampla, hoje ela já foi diminuída, ela era dedicada a Santana e eu me lembro que tinha uma imagem muito grande do Menino Jesus de Praga que era o santo de devoção do colégio, elas focalizavam bastante a questão religiosa e as boas maneiras. (BASTOS, 2013)

Partindo da perspectiva de Chervel (1990), é importante observar a discussão que o autor realiza sobre a relação existente entre disciplinas escolares e as finalidades educativas, pois é dentro desse contexto que ele afirma que o ensino ministrado na escola, não se desvincula de interesses oriundos da sociedade. Isso porque uma disciplina escolar “[...] comporta não somente

⁵⁰ As disciplinas chamadas “disciplinas a mais” podiam ser escolhidas livremente pela família e deviam ser pagas à parte.

as práticas docentes da aula, mas também as grandes finalidades que presidiram sua constituição e o fenômeno de aculturação de massa que ela determina” (CHERVEL, 1990 p. 184).

De forma geral, pode-se afirmar que a transmissão de conhecimentos, por parte das religiosas, seguia os padrões adotados pelo seu país de origem, conforme salienta Silva (1975). Assim, as práticas pedagógicas do Colégio Sant’Anna adquiriram um perfil europeizado, reforçando ainda com a afirmação de Forquim (1993, p. 16), segundo a qual, “O que se ensina é, então, com efeito, menos a cultura do que esta parte ou esta imagem idealizada da cultura que constitui o objeto de uma aprovação social e constitui de qualquer modo sua versão ‘autorizada’, sua face legítima”.

Por essa vertente, podemos perceber que o Colégio primava por uma cultura mais refinada, pois as professoras religiosas usavam a forma de ensinar aprendida na França. Cobrava-se, de forma implacável, a atenção das alunas em todos os aspectos, conforme assinalado no depoimento de uma ex-aluna:

A Irmã Reginalda foi minha professora na alfabetização, passava aqueles textos grandes no quadro e nós, alunas, tínhamos que copiá-los no caderno, depois fazer a interpretação e atividades de gramática. Era muito difícil, tive muitas dificuldades e também tínhamos que ficar sempre em silêncio e sentadinhas, cada uma no seu lugar. Não gostava muito dos estudos. (BASTOS, 2013)

Pensando na perspectiva das normas e práticas, socialmente aceitas e válidas naquele contexto, cabe ressaltar que as práticas pedagógicas das irmãs francesas, em apreço, não significava somente instruir para assumir as funções sociais, mas sim, uma formação completa. Uma das entrevistadas relata sua experiência nas aulas dessas disciplinas:

[...] No Colégio Sant’Anna as irmãs nos ensinavam o francês, os trabalhos manuais onde tínhamos que aprender a manusear agulhas para fazer os bordados, os crochês, e, nas aulas de prendas domésticas, aprendíamos como se deveria cortar e comer uma fruta, sentar à mesa, manusear os talheres e também nos ensinavam como se deveria comportar na rua [...]. (JARDIM, 2013).

Dentro dessa perspectiva, as Irmãs Dominicanas entendiam que sua missão era maior que simplesmente transmitir os conhecimentos acerca das disciplinas básicas, oferecidas no Colégio Sant’Anna e exigidas pela legislação de ensino. Assim, em sua ação educativa, as professoras religiosas instruíam suas alunas segundo os princípios da moral e da civilidade. Para Gonçalves (2004, p. 176), o objetivo da escola era “[...] moldar comportamentos, adequando-os à moral

cristã”. Percebemos, assim, que ali se ofertava uma educação que investia na incorporação de valores e virtudes que modelavam as educandas por dentro.

Para Moreira e Silva (1995, p. 08) “[...] o currículo produz identidades individuais e sociais particulares”. Nesse sentido, a estrutura curricular sempre se envolve em relações de poder, transferindo visões de mundo, valores e interesses.

Desse modo, pelo panorama apresentado, por meio dos documentos, fica perceptível a intencionalidade do currículo do Colégio Sant’Anna nos processos de formação, explicitados em coerência com o modelo de aluna que se pretendia formar naquele determinado contexto da época.

Dentre esses desafios, é possível constatar que o currículo não é um elemento atemporal, mas marcado pela época, de acordo com as formas específicas de organização da sociedade na qual esteja inserido, ou seja, possui uma história. Nessa vertente, percebemos a necessidade de:

[...] planejar “cientificamente” as atividades pedagógicas e controlá-las de modo a evitar que o comportamento e o pensamento do aluno se desviassem de metas e padrões pré-definidos [...]. Havia a preocupação como os processos de racionalização, sistematização e controle da escola e do currículo [...]. (MOREIRA e SILVA, 1995, p. 9)

Estudar o currículo de um estabelecimento educacional é buscar compreender como os conteúdos foram trabalhados e, conseqüentemente, como os conhecimentos foram construídos no cotidiano da instituição. É analisar quais conteúdos ali foram priorizados e assim questionar quais foram as atitudes e os valores de maior relevância na rotina escolar. Por meio de suas práticas, o Colégio Sant’Anna teve, como função, ao mesmo tempo em que legitimava determinada situação, a formação de mentes que deveriam estar de acordo com os discursos de uma minoria dominante:

[...] é por meio do currículo, concebido como elemento discursivo da política educacional, que os diferentes grupos sociais, especialmente os dominantes, expressam sua visão de mundo, seu projeto social, sua ‘verdade’. (SILVA, 2001, p. 10)

Nessa perspectiva de análise, é possível compreender que o conjunto de disciplinas do Colégio Sant’Anna foi cuidadosamente elaborado. Dessa forma, o currículo era composto por conteúdos que possibilitariam o maior alcance dos objetivos educacionais propostos pelas Irmãs Dominicanas. Assim, podemos constatar que a partir do compromisso assumido pelas religiosas francesas, elaborou-se um projeto pedagógico, comprometido com o ideal de educação feminina,

almejado pelas famílias de elite e pela sociedade vilaboense. Uma vez que, os pais que escolhiam este estabelecimento de ensino refletia a concepção de que a formação moral oferecida pelas religiosas não poderia ser comparada à uma formação leiga, e muito menos rígida.

Nesse universo, as religiosas ofertaram às educandas um modelo de educação, em um espaço em que entrelaçaram: Religião, Poesia, Geografia, Português, Matemática, Música, Pintura, Trabalhos Manuais, Literatura, Arte, Festas e Ritos. Elementos aliados na construção de referências como: responsabilidade, honestidade e bondade. E que para muitos pais esses aspectos seriam fundamentais para uma boa educação. A importância da escola para as famílias, tornou-se perceptível, valorizando o ensino e a formação escolar de seus filhos.

Irmã Matilde, era uma professora muito brava, exigia de nós alunas muito ordem e disciplina, talvez seja por causa da disciplina que ela ministrava que era a Matemática, mas ela era espetacular nos números e na geometria. A Irmã Clotilde, era excelente professora de Português. No Colégio Sant'Anna, a leitura era muito cultivada, trabalhava-se muito com leitura, ditado, composição e declamação de poemas e poesias sobre diversos assuntos. Decorávamos os poemas em casa e depois declamávamos para a professora e para as colegas em sala de aula. (Silva, 2013)

As indicativas mostram as práticas utilizadas pelas professoras dominicanas na construção dos conhecimentos pedagógicos. As ações de repetir, exercitar, memorizar e imprimir hábitos foram preceitos inscritos na infância daquelas que estudaram no Colégio Sant'Anna.

E ainda é importante considerar, nessa discussão, algumas possibilidades dos conteúdos disciplinares a partir do currículo, de acordo com Chervel:

A história das disciplinas escolares não é então obrigada a cobrir a totalidade dos ensinamentos. Pois sua especificidade, ela encontra nos ensinamentos da “idade escolar”. A história dos conteúdos é evidentemente seu componente central, o pivô ao redor do qual ela se constitui. Mas seu papel é mais amplo [...]. (CHERVEL, 1990, p. 186-187)

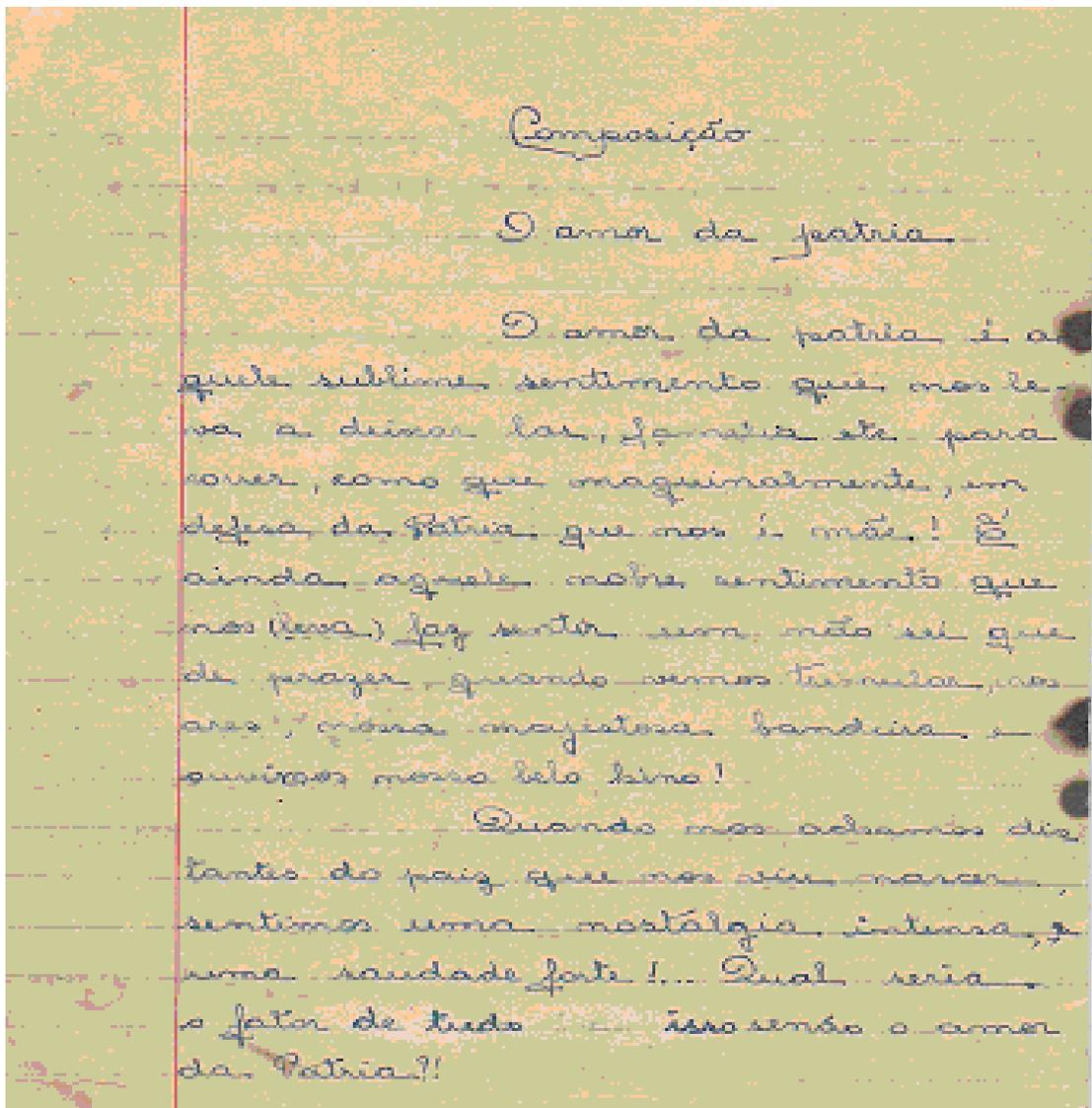
A partir da análise dos livros das atas de exames, nota-se a preocupação com duas disciplinas: o ensino de Aritmética e de Leitura e Escrita. A Leitura, no Colégio dirigido pelas Irmãs Dominicanas, era muito cobrada por meio da leitura de poemas e declamações. Cobrava-se a escrita por meio dos ditados diários e composições (produção escrita). Quanto à Aritmética, exigia-se a tabuada memorizada das educandas e o aprendizado das quatro operações. Com isso, pretendia-se o desenvolvimento de forma integral das alunas.

Em relação à metodologia utilizada pelas irmãs, o que se pode observar é que elas seguiam a forma de transmissão de conhecimento por meio da memorização, ou seja, o conteúdo

era passado e depois se cobrava das alunas de forma decorada os conteúdos que haviam sido expostos em aulas anteriores.

Na disciplina de Português, segundo depoimentos de ex-alunas, era muito cobrado o ato do ler e escrever com perfeição. Além de exigir uma caligrafia perfeita, praticamente desenhada, cobravam-se muito também a gramática, e para as produções escritas, conforme citado, as irmãs apresentavam um tema e as alunas escreviam sobre o que havia sido proposto, conforme podemos constatar nesta atividade de composição:

Figura 29 - Composição (Produção escrita) sobre a Pátria, 1955

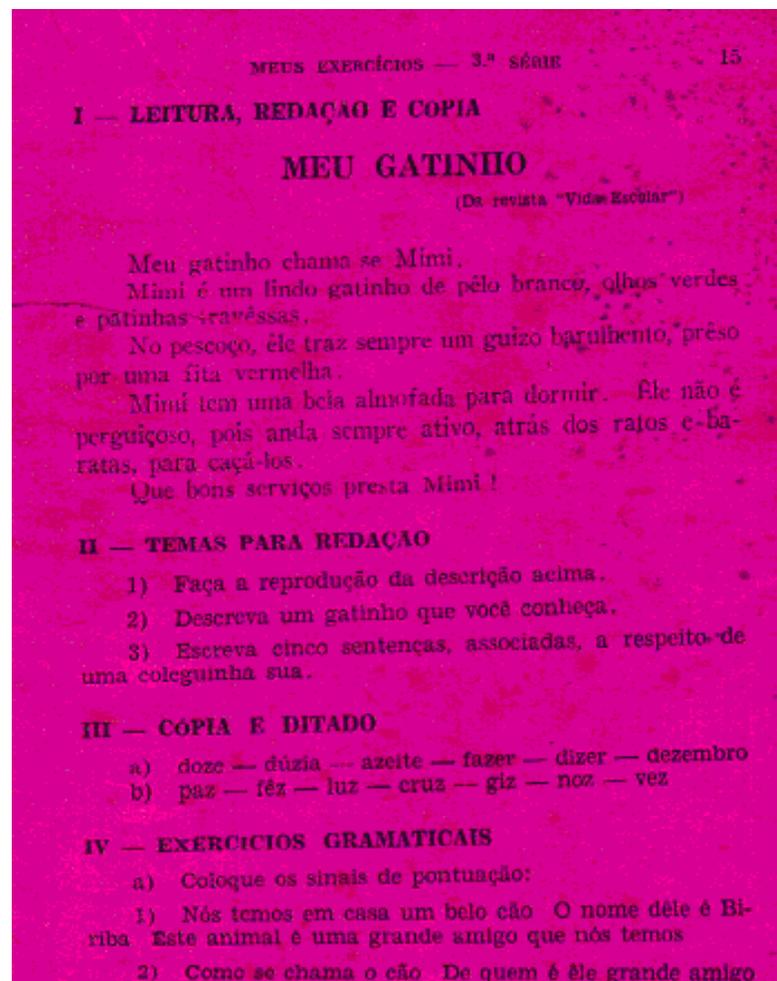


Fonte: Acervo Circe Camargo (Goiás – GO)

Nesse horizonte, descrevendo as metodologias utilizadas no período em estudo, destaca-se que na disciplina de Português trabalhava-se, também, com “A análise e interpretação de hinos patrióticos” (SILVA, 2013). Dentro desse construto podemos perceber que ao propor o tema da composição a ser realizada pelas alunas, a professora tinha a intencionalidade de trabalhar sobre a pátria, assunto que era bem evidenciado no Colégio durante as aulas, segundo depoimentos de ex-alunas.

Com o intuito de elucidar e reforçar como eram trabalhados os conteúdos de Português, apresentamos um exemplo de atividade de um manual didático adotado na 3ª série do Curso Primário no Colégio Sant’Anna.

Figura 30 - Modelo de atividade de Português trabalhada na 3ª série do Curso Primário nos anos de 1950



Fonte: Acervo Rita da Veiga Jardim (Goiás – GO)

Vale ressaltar que os conteúdos, trabalhados no ensino primário, ficavam sob a responsabilidade de uma única professora regente, exceto as disciplinas de Canto e Prendas Domésticas.

Nas disciplinas de Ciências, Geografia e História, pela descrição das aulas e depoimentos de ex-alunas, priorizava-se o “ensino decorado”, ou seja, “[...] a professora passava o ponto no quadro e na outra aula fazia o sorteio e uma aluna tinha que responder questões sobre o assunto” (JARDIM, 2013).

No que se refere à disciplina de Catecismo, era ministrada pelas Irmãs Dominicanas às alunas e fazia parte do cotidiano do Colégio Sant’Anna. Além disso, em todas as escolas confessionais, a fé católica era transmitida diariamente às alunas, principalmente às internas, com missas aos domingos e dias santos. Nesse sentido, o catecismo era o principal responsável pela formação moral das alunas e pela propagação da fé católica:

Todos os dias antes de as aulas começarem, fazíamos uma fila no pátio do colégio para a primeira atividade do dia que era rezar um “Pai Nosso” e uma “Ave Maria”, só depois, ainda em fila e em silêncio absoluto, é que a gente ia para a sala de aula e duas vezes na semana íamos para a Capela rezar, essa atividade era feita lá, na segunda-feira e na sexta-feira. (BASTOS, 2013)

E em relação às aulas de Trabalhos Manuais, as alunas aprendiam a realizar bordados, trabalhos em tricô, crochê e pinturas. Era cobrado das educandas, durante o ano, a confecção de uma peça de cada um, pois elas recebiam nota por cada trabalho confeccionado, sendo também que essas peças, segundo alguns depoimentos, faziam parte de seu enxoval. As irmãs acreditavam que esses conhecimentos seriam de grande importância para as alunas no futuro, após tornarem-se esposas e mães.

Quanto aos manuais didáticos adotados, pouco foi encontrado nos acervos de ex-alunas. Na terceira série de 1960, foi adotado o livro “Meus exercícios: Linguagem, Matemática e Conhecimentos Gerais”, conforme podemos visualizar na Figura 31:

Figura 31 - Manual didático adotado na 3ª série do ensino primário, década de 1950



Fonte: Acervo Rita da Veiga Jardim (Goiás – GO)

Essas atividades diversificadas ganharam força à medida que foram apresentadas àquela sociedade. Naquele momento, a escola das irmãs foi transmissora de conhecimentos úteis, e também responsáveis pela formação de bons hábitos e de bons comportamentos nas crianças. O projeto, com vistas a civilizar, refinar e moralizar as educandas e, por extensão, suas famílias, se configurou em ações de orientar e intervir em atos, estes, sendo percebidos, como código mais apropriado para a vida social.

Essas atividades de alguma forma simbolizavam a escola e este espaço religioso, frequentado pelas alunas do Colégio, também indicava outras exigências como o zelo e o recato. Este, por sua vez, era percebido pelo uso de vestimentas adequadas, as quais representavam a instituição.

A respeito das informações constantes nas Figuras 34, 35 e 36, apresentadas anteriormente, algumas observações são pertinentes, como: por meio delas podemos perceber que

os conteúdos, trabalhados no Colégio Sant'Anna por meio da disciplina de Português, tinham como objetivo proporcionar às alunas o domínio da língua pátria em sua expressão oral, escrita e literária.

É importante destacar que além das disciplinas citadas, havia ainda, no currículo do Colégio Sant'Anna, a de “Comportamento” que tinha como intuito mensurar as atitudes de cada aluna no decorrer do ano. Essa disciplina era utilizada pelas irmãs como um artifício para castigar as educandas que não obedeciam às normas impostas pela instituição.

Que conteúdos foram mais importantes para as ex-alunas do Colégio, quais ficaram em suas memórias? O que seria relevante para ser lembrado? Uma das alunas narra suas memórias sobre as professoras e algumas disciplinas:

Lá tive professoras maravilhosas, uma que chamava Irmã Clotilde que está na minha memória emocional, marcada com todas as letras da bondade, da sabedoria, uma pessoa linda, maravilhosa. Lá foi minha segunda casa. Sempre gostei muito de História, apaixonada por história. Depois me apaixonei por Português também. Lá cultivava muito a leitura, fazia muito ditado e também tinha muita redação, fazíamos redação toda semana, tinha redação para nota. Lembro que tínhamos aulas de ginástica no pátio que era dada por uma professora leiga. (SILVA, 2013)

De uma forma geral, podemos notar que o currículo do Colégio Sant'Anna era composto de conteúdos que possibilitavam a suas alunas um maior alcance dos objetivos educacionais propostos. Nesse sentido, segundo Melo (2002), “[...] foi preciso estruturar o trabalho pedagógico de modo que a formação das alunas, desejada pelas famílias e pela sociedade, fosse assegurada”. Nesse construto, as famílias, ao matricularem suas filhas no Colégio, tinham ciência da formação educacional que suas filhas iriam receber.

Nesse sentido, o Colégio, por meio de suas práticas e conhecimentos difundidos nas educandas, tinha como intuito legitimar uma dada situação, formando mentes que deveriam estar em conformidade com os discursos de uma minoria dominante. Assim, verifica-se que:

[...] é por meio do currículo, concebido como elemento discursivo da política educacional, que os diferentes grupos sociais, especialmente os dominantes, expressam sua visão de mundo, seu projeto social, sua “verdade”. (SILVA, 2001, p. 10)

Por meio dos conteúdos ministrados no Curso Primário do Colégio Sant'Anna as Irmãs Dominicanas transmitiam às suas alunas a fé católica e os valores morais, os quais deveriam ser propagados dentro de seus lares. Dessa forma:

Ao término do ciclo de estudos, as alunas teriam sido fortalecidas, de tal modo que ao voltarem para o “mundo exterior” não seriam corrompidas por ele, mas, ao contrário, deveriam ser fortes o bastante para atuarem como focos de recristianização da sociedade. (MANOEL, 1996, p. 77)

A força exercida pelos colégios confessionais pode ser compreendida por meio da aplicação de seus currículos, uma vez que essas instituições de ensino primavam por transmitir conhecimentos capazes de educar meninas e jovens para atuarem tanto dentro do ambiente doméstico como no escolar.

Nessa esteira de reflexões, podemos perceber que estudar o currículo de uma instituição é mais do que apenas analisar a grade disciplinar da escola, pois se trata da:

[...] tentativa de compreender como os conhecimentos são trabalhados dia-a-dia; é analisar quais os conteúdos foram priorizados durante o processo ensino aprendizagem e assim questionar atitudes e valores enfatizados na rotina escolar. (RESENDE, 2006, p. 80)

Portanto, com esse currículo, as Irmãs Dominicanas do Colégio Sant’Anna tinham como objetivo abranger todo o saber de suas educandas com o intuito de reproduzirem identidades individuais e sociais, donas de casa e mães que não questionassem a realidade imposta. Nesse construto, podemos perceber que “O currículo produz, o currículo nos produz” (SILVA, 2001, p. 27). Dessa forma, as alunas se sentiam parte da elite instruída da Cidade de Goiás, dotadas de alto nível de conhecimentos.

Diante do exposto sobre o currículo adotado pelo Colégio Sant’Anna, pode-se afirmar que esse se constituiu como mecanismo de controle e homogeneização instituído pelas Irmãs Dominicanas e contribuíram, de maneira ímpar, para a formação moral e religiosa de suas educandas.

4.2.2 Método

Até a década de 1940, conforme documentos pesquisados no arquivo do Colégio Sant’Anna e relatos de ex-alunas e ex-professoras, podemos constatar que o método de alfabetização adotado por essa instituição de ensino era o método da silabação. Por ele, segundo Silva (1975), se “[...] levava os alunos a pronunciarem diretamente as sílabas pelos sons correspondentes, impedindo-os de conhecer as letras isoladamente pelos nomes”.

Dessa forma, os alfabetizandos eram conduzidos para que fixassem, de memória, cada sílaba, visualizada pelo som que lhe era próprio. De acordo com o depoimento de uma ex-aluna, podemos constatar como se dava a alfabetização no Colégio Sant'Anna:

Estudei na cartilha Sodré, lembro que nós tínhamos que memorizar as sílabas e depois as palavras. Lembro direitinho da lição da macaca, odiava essa lição da macaca “a ma-ca-ca é má, e-la co-me ba-na-na”, não tinha muito significado [...]. (SILVA, 2013)

Cabe ressaltar que o método didático para as aulas teóricas era o expositivo. Sabe-se que nessas exposições, de acordo com Silva (1975), a monotonia costumava tomar o lugar da motivação e do interesse. Nos depoimentos colhidos de ex-alunas podemos perceber que as aulas mais agradáveis, no Colégio Sant'Anna, eram as de Trabalhos Manuais por permitirem comunicação mais aberta, com maior diálogo entre alunas e professoras.

A partir dos anos de 1950, começou-se a utilizar o método montessoriano no Colégio Sant'Anna para alfabetizar as crianças. Segundo depoimentos de ex-professoras, essa instituição, na época, adquiriu muitos materiais pedagógicos para que as professoras pudessem realmente trabalhar de maneira eficaz com o método adotado.

Cabe ressaltar que Maria Montessori considerava a criança o elemento mais importante na vida de um adulto, e com base nesse pressuposto pensou em princípios que estivessem no caminho da doçura e da tolerância. Para a percussora do método “[...] o bem e o mal do homem na idade madura tem ligação muito estreita com a vida infantil que o originou”. (MONTESSORI, 1952, p. 15)

Isso explica o fato de, nas salas de aula do Colégio Sant'Anna, haver um círculo pintado no chão, o qual era utilizado para realizar vários exercícios corporais e que serviam também para trabalhar a questão da socialização dos alunos.

4.2.3 Práticas disciplinares

No que se refere às normas disciplinares, é importante lembrar que viver e conviver em sociedade exige um padrão civilizado, o qual envolve um alto grau de transformação das emoções, e estas devem ser condicionadas para se tornarem hábitos. Assim, ao internalizar, na criança, experiências e situações presenciadas no cotidiano do Colégio Sant'Anna, essa proposta de aprendizagem promoveria posteriormente a inserção do indivíduo na sociedade.

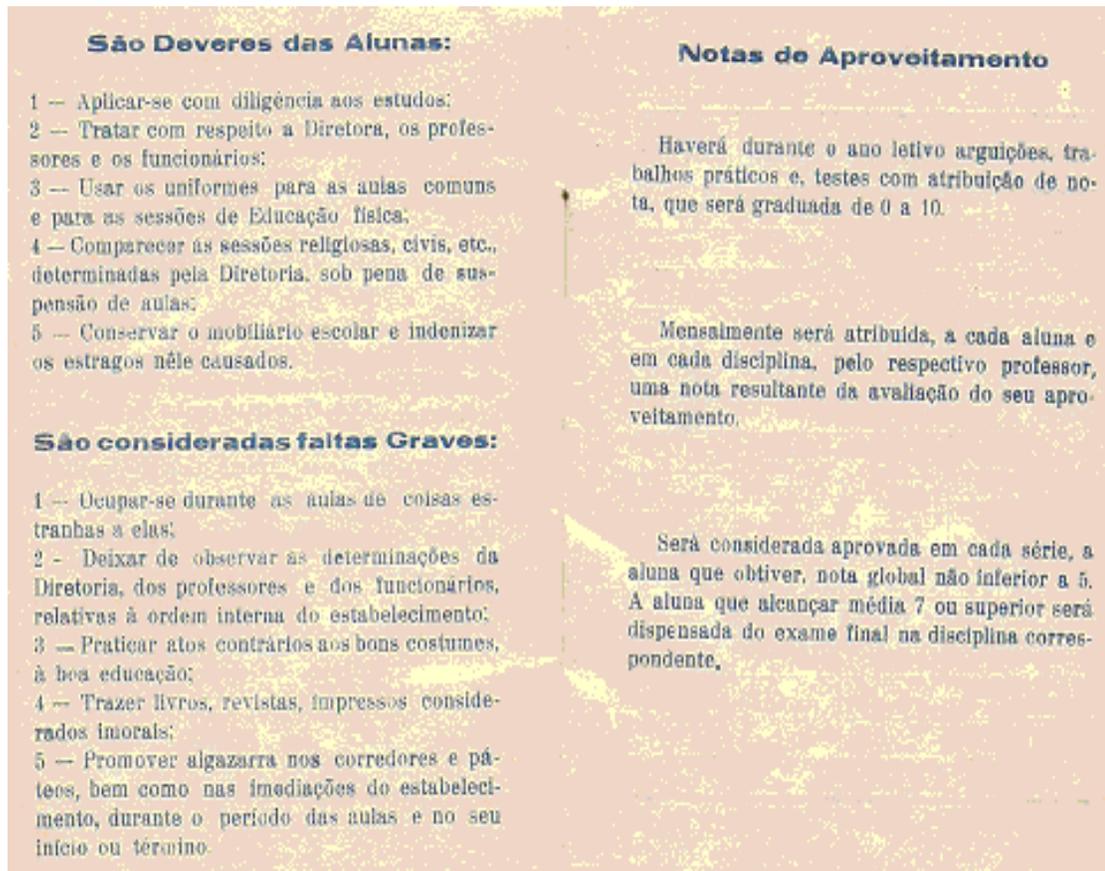
Nesse construto, vale destacar que essa instituição de ensino confessional tinha como diferencial uma disciplina rígida e controladora, haja vista que:

[...] as normas no interior de um colégio religioso estendiam-se até seus lares, em relação à obediência, disciplina e sexualidade, coincidindo nas duas instituições – família e colégio – a transmissão da ideologia burguesa de moralidade, educação e papéis sexuais. (RESENDE, 2006, p. 75)

Por essa vertente, aspectos como disciplina, regras e controle nas condutas foram procedimentos considerados, pelas Irmãs Dominicanas, no Colégio Sant’Anna, como concepção de educação, adotadas por essa instituição religiosa, visando à formação exemplar das alunas que ali estudavam.

Com o intuito de ilustração, apresentamos uma caderneta de uma ex-aluna do Colégio, na qual podemos visualizar os deveres das alunas e quais eram consideradas faltas graves.

Figura 32 – Práticas disciplinares contidas na caderneta de uma ex-aluna, 1955



Fonte: Acervo Circe Camargo (Goiás – GO)

Como podemos constatar, por meio das práticas disciplinares explicitadas nesta caderneta, a disciplina constituía a alma das escolas e cabia às alunas colaborar para a sua manutenção, com o objetivo de manter um ambiente agradável a todos. Dessa forma, as regras disciplinares eram as responsáveis pelo complemento da educação e da ordem, além de garantir um bom aspecto do ambiente escolar.

Por meio da transcrição de uma nota do Correio Oficial sobre o Estatuto do Colégio Sant'Anna, podemos constatar que as regras disciplinares eram bastante claras. Os pais e as alunas tinham pleno conhecimento das normas contidas no regulamento do Colégio, e este deveria ser seguido à risca, sob pena de castigo e, até mesmo, expulsão da aluna que transgredisse as normas do Colégio:

O sistema pedagógico educativo é o preventivo. As alunas estarão constantemente sob o olhar vigilante das professoras que, como mães e amorosas, procuram tornar-lhes a vida estudantil mais branda e amena possível.

Art. V – As alunas poderão pernoitar fora do Colégio somente com os pais;

Art. VI – As alunas internas nada podem receber, nem expedir, sem a prévia autorização da diretora;

Art. VII – Previne-se as exmas. famílias que não será atendido nenhum pedido de saída si não estiver de acordo com os II e III⁵¹. (CORREIO OFICIAL, 1907, p. 8)

Nestes encaminhamentos, observa-se, que as religiosas tinham como princípio uma educação religiosa integral, pois os preceitos religiosos e os valores morais caminhavam juntos, aliados a uma severa ordem e disciplina. As educandas, principalmente as que estudavam em regime de internato, puderam vivenciar esses rigores.

Nesse sentido, pode-se dizer que a disciplina, no interior da escola, era uma das responsáveis em produzir nas alunas formas de pensar e de atuar seja dentro da instituição ou fora dela.

Como é possível perceber uma das grandes preocupações das mestras dominicanas era com a disciplina, principalmente com a formação moral de suas alunas, já que tinham nessas questões o ponto central de suas práticas e estratégias que deveriam ser mantidas pelas educandas não se importando com os meios que fossem usados para alcançar esse objetivo. Por meio da educação moral, da postura e dos atos, as irmãs religiosas conseguiam impor uma severa disciplina. A esse respeito Foucault, esclarece que:

⁵¹ Os artigos II e III se referiam às retribuições mensais (pensão das internas) e matrículas, ou seja, caso a aluna estivesse em débito de algum pagamento, não era permitida a saída da educando do colégio.

A disciplina, arte de dispor em fila, e da técnica para a transformação dos arranjos. Ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações. (FOUCAULT, 2000, p. 125)

Figura 33 - Alunas se organizando para assistir a uma apresentação, 1950



Fonte: Arquivo Colégio Sant'Anna (Goiás - GO)

Podemos constatar, por meio na Figura 33, que a disciplina era mantida em todos os ambientes de aprendizagem, segundo vários depoimentos colhidos de ex-alunas, tanto no interior da sala de aula como nos espaços exteriores a ela: nos pátios - durante os recreios - nas filas, nos corredores, no auditório, nas excursões, na entrada e na saída. Todo esse rigor na organização física do Colégio influenciava na conduta das alunas, conforme se pode ver na disposição e fisionomia delas, isto é, havia postura rígida, sem nenhum esboço de sorriso.

As filas eram perfeitamente organizadas e, ao que tudo indica, os valores morais eram constantemente disseminados por meio das práticas que compunham o cotidiano das educandas, como: a postura, a maneira de andar, sentar, conversar (sempre muito baixo). O depoimento nos indica a rigidez desses padrões:

As irmãs não só nas aulas de etiquetas, mas em todas as aulas, durante todo o tempo nos falavam sobre o comportamento refinado de uma moça. Deveríamos sempre ter uma boa postura, pra andar, sentar e principalmente saber conversar, que uma moça recatada precisa sempre falar baixo, em bom tom. Há, não era permitido às alunas ficar dando risadinhas na sala e nem nos corredores. (JARDIM, 2013)

Dessa maneira, percebemos que para manter essa ordem de exigências básicas, a disciplina e a organização dentro do Colégio, as alunas demonstravam, em qualquer lugar e ocasião, respeito às suas professoras, aos pais e aos colegas. Ressalta-se que o respeito às mestras era obrigatório e era manifestado até na forma de cumprimentá-las.

O uso do uniforme⁵² entrava nas regras disciplinares do Colégio, e as educandas participavam das aulas e de todas as festividades promovidas pelo estabelecimento devidamente uniformizadas.

A esse respeito, Chornobai (2002, p. 92) destaca a ideia de que “[...] independentemente do fato de a escola ser religiosa, a utilização do uniforme sempre representa, além de um caráter prático, uma forma de padronizar comportamentos e até mesmo modelos de conduta [...]”.

Dentro dessa perspectiva, compreendemos a preocupação das instituições de ensino em controlar a utilização deste “símbolo”. Assim, o uniforme da escola agrega significados, para quem o utiliza, tendo o poder de sintetizá-lo, lembrá-lo mesmo quando está distante da escola. Nas palavras de Chartier (1990, p. 84) essa concepção indica “A representação é aqui tomada como indício, signo ou sinal que funciona como manifestação de algo representado que não precisa diretamente ser comprovado, mostrado, para ser acreditado e compreendido”.

Nessa linha de análise, podemos notar que o uniforme escolar representava um fator de controle de comportamentos e de orientação da condução da sociedade, pois a sua utilização era marcada pelo vestuário, indicando harmonia, higiene e elegância.

Algumas rotinas diárias, estabelecidas pelo Colégio Sant’Anna, e que foram expostas em depoimento das ex-alunas, chamaram nossa atenção. Um exemplo disso é que todos os dias, às cinco horas da manhã, as alunas, ao ouvirem ao badalar do sino, deveriam levantar rapidamente da cama, vestir o uniforme descrito, o qual deveria estar impecavelmente passado, realizar a higiene pessoal e depois ir para a Capela onde assistiam à missa, tudo em plena organização, sob os olhares vigilantes das mestras.

⁵² O uniforme do Colégio Sant’Anna entre décadas de 1940 a 1960 era composto de saias compridas, camisa branca, gravata borboleta, sapato preto e meias brancas.

Figura 34 - Dormitório das alunas internas na década de 1940



Fonte: Arquivo do Colégio Sant'Anna (Goiás - GO).

Podemos constatar, por meio da Figura 34, que nesse conjunto de obrigações cotidianas, todas as educandas tinham ciência de seus lugares, seus deveres, suas tarefas, bem como de suas obrigações que deveriam ser cumpridas à risca. Assim, aquelas alunas que cumpriam todas as normas estabelecidas pelas religiosas, tornavam-se modelos a serem seguidos.

Por essa vertente, podemos perceber que a vigilância, nas considerações de Melo (2002), é um mecanismo de coerção, considerando que o poder disciplinar, normatizador de comportamentos, estabelecia o que cada aluna deveria ser: organizada, responsável, dedicada, sensível. Essas virtudes delineavam os traços da mulher ideal, da moça pura e da boa moça de família.

O papel da educação no Colégio Sant'Anna, naquele contexto, assentava-se na plena formação de suas educandas, pois suas mentes não podiam, de forma alguma, serem corrompidas por ilusões e vaidades. Dentro das dependências do Colégio, somente era permitido às alunas um discreto penteado. Jóias extravagantes, batons e esmalte nas unhas não eram permitidos, conforme podemos constatar no depoimento de uma ex-aluna:

Deus me livre tudo que a gente fazia no Colégio era pecado. As freiras nos diziam que uma moça de família tinha que ter comportamento, por isso é que estudávamos ali para

ter uma boa formação e que quem se entregava as ilusões e vaidades não ganhava o reino dos céus, além de serem mal vistas pela sociedade. (BASTOS, 2013)

Nessa esteira de análise, Elias, enfatiza que:

Torna-se imediatamente claro que esta maneira polida, extremamente gentil e relativamente atenciosa de corrigir alguém, sobretudo quando exercida por um superior, é um meio muito mais forte de controle social, muito mais eficaz para inculcar hábitos duradouros do que insulto, a zombaria ou ameaça de violência física. (ELIAS, 1994, p. 93)

Como é possível compreender, o regime rigoroso, a disciplina e o controle das alunas, por parte das irmãs no Colégio Sant’Anna, contribuíram para “[...] fabricar corpos dóceis” (FOUCAULT, 2000, p. 117) como maneira de uma educação eficaz. Assim sendo, como assinalou o autor, “[...] um corpo disciplinado é a base de um gesto eficiente” (idem, p. 130). E as religiosas tinham consciência disso, pois acreditavam que o corpo e a mente disciplinados, preparados e treinados possibilitavam melhor desenvoltura para o alcance dos objetivos pretendidos.

Conforme já mencionado anteriormente, o princípio da Congregação das Dominicanas tinha como alicerce uma educação religiosa integral em que a doutrina religiosa e os valores morais caminhavam juntos, vinculados à rigorosa disciplina e ordem.

Nesse contexto, as Irmãs do Colégio Sant’Anna tinham como objetivo moldar o caráter de suas jovens, por meio dos princípios da fé católica e, a partir das orientações recebidas das religiosas, as educandas deveriam ter um tempo reservado à vida espiritual, pois a religiosidade governava todas as atividades diárias da instituição, revelando que possuía um cotidiano muito rigoroso. Sobre isso, recorreremos a Foucault:

[...] A disciplina é uma técnica de poder que implica uma vigilância perpétua e constante dos indivíduos. Não basta olhá-los às vezes ou ver se o que fizeram é conforme a regra. É preciso vigiá-los durante todo o tempo da atividade e submetê-los a uma perpétua pirâmide de olhares. (FOUCAULT, 1984, p. 106)

Dessa forma, por meio da disciplina, acreditava-se que a moral familiar fosse preservada e as paixões do corpo fossem controladas.

Portanto, era comum, nas instituições confessionais católicas, assim como no Colégio em apreço, que todas as atitudes das alunas fossem controladas; o silêncio constante nos corredores, o respeito à hierarquia, o cumprimento de horários como também as regras de conduta, o

autoritarismo, essas são consideradas características necessárias num ambiente de conformação e aceitação dentro de uma sociedade. De certa forma, o atrativo exercido pelo Colégio Sant'Anna, sobremaneira, pela ordem e disciplina, ligadas às tradições, deram uma perspectiva de seriedade, colocada neste estabelecimento de ensino como exemplo de eficiência, pela conservação das formas escolares conquistadas e a também pela busca de inovações.

4.2.4 Práticas Avaliativas

A despeito dos pontos de vista em torno das práticas avaliativas, é importante entender, apoiando-nos em Souza (1998), que a instituição dos exames surgiu a partir das inovações educacionais republicanas como forma de organizar a escola primária renovada, baseada na necessidade de classificação e seleção permanente dos alunos. Assim, “[...] essa escola, essencial para a República, deveria ter prestígio e qualidade, haveria de ser austera e rigorosa. Os exames foram os dispositivos adotados para reafirmar esses atributos” (SOUZA, 1998, p. 242). Dessa forma, vale destacar que os exames constituíram também em uma satisfação da sociedade, manifestada nestes resultados a qualidade do ensino ofertado pela escola.

Nessa perspectiva de análise, é possível compreender que:

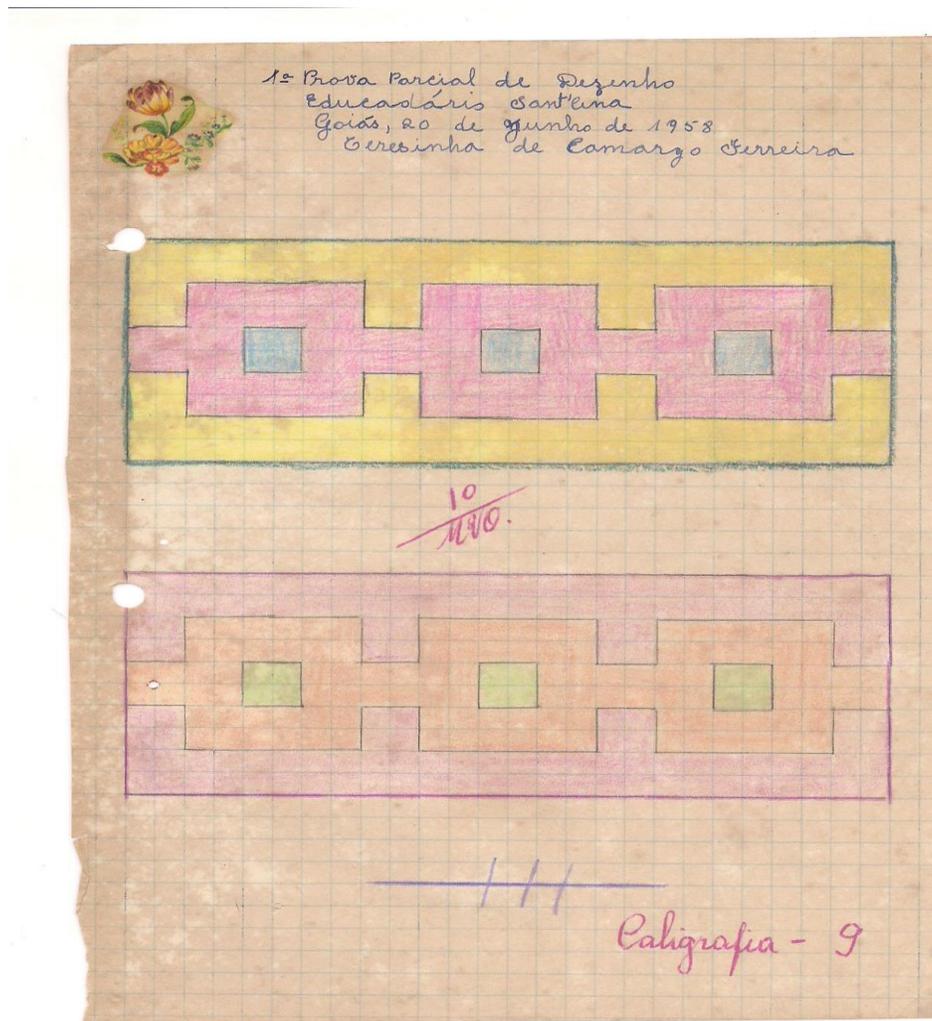
Para que o processo de avaliação se fortaleça cada vez mais como um exame minucioso dos conteúdos específicos de cada disciplina programática, revelando-se como um mecanismo de controle e de homogeneização escolar. neles e por meio deles, objetiva-se cada vez mais uma ideia de ordem escolar baseada na classificação, seriação, enfim, seleção dos alunos não apenas no interior de cada classe, mas no conjunto do sistema escolar, aproximando-se muito ou, mesmo, identificando a noção de *ordem* com a de *homogeneização*. (FARIA FILHO, 2000, p. 170, grifo do autor)

Quanto à organização das práticas avaliativas do Colégio Sant'Anna, segundo depoimentos de ex-alunas e constatações realizadas a partir das atas de exames, estas compreendiam: provas escritas, práticas e orais, sendo que as provas escritas envolviam o ditado, as composições (produções de textos) e questões referentes aos conteúdos trabalhados nas disciplinas que compunham o currículo escolar do Colégio. As provas práticas eram as de prendas domésticas, polidez, caligrafia e desenho; e as orais eram realizadas a partir de arguições feitas às alunas durante as aulas, conforme podemos observar a partir da memória narrada por uma ex-aluna:

Tínhamos exames práticos, escritos e orais. O exame escrito era passado no quadro, a gente copiava no caderno, respondia e as irmãs depois corrigiam. Tinha prova oral todo dia, a irmã sorteava algum tema, por exemplo, relacionado à História, Geografia, Ciências e a aluna falava sobre determinado tema ou respondia tal questão. Eu sempre ficava muito nervosa, pois se fosse sorteada tinha que responder, tinha que estar com os pontos na ponta da língua. (JARDIM, 2013)

Apresentamos, em seguida, uma avaliação de desenho de uma ex-aluna. Conforme depoimentos de ex-alunas esses desenhos eram utilizados nas aulas de Prendas Domésticas para realizarem os bordados e que estas aprendizagens, segundo a educação do período, eram necessárias à confecção do futuro enxoval, ou pelas aplicações dos trabalhos a produzir e perpassar para outros

Figura 35 – Avaliação de Desenho de uma ex-aluna do ano de 1958



Fonte: Acervo Circe Camargo (Goiás – GO)

É importante assinalar que, nesse período de estudo, os trabalhos executados nas escolas religiosas culminavam em momentos os quais eram enaltecidos. As meninas tinham uma instrução doméstica, técnicas apreendidas como: puericultura, bordado, crochê, tricô, pintura e costura e que, conforme descrito anteriormente, as alunas também eram avaliadas nessas aulas práticas.

As práticas avaliativas do Colégio Sant'Anna eram muito temidas pelas alunas, talvez por sua ritualização, pelo caráter formal capaz de comprovar a competência ou a incapacidade das alunas. Na concepção de Foucault (2000, p. 79), “[...] a superposição das relações de poder e das de saber assume no exame todo seu brilho visível”. O pavor e a ansiedade eram uma constante entre as alunas.

Em relação ao medo causado pelas práticas avaliativas, Luckesi (1995, p. 24) salienta que “[...] o medo é um fator importante no processo de controle social. Internalizado, é um excelente freio às ações supostamente indesejáveis”. Sendo assim, o padrão social de controle, estabelecido a partir desses momentos de avaliação, trouxe uma carga de sentimentos e valores emocionais diferentes, proporcionados pelos discursos apresentados, desencadeando vergonha, medo, embaraço e vulnerabilidade das alunas pelas práticas pedagógicas cotidianas desenvolvidas no interior do Colégio Sant'Anna e pelas vivências diárias das alunas, que deveriam estar sempre dispostas a cumprir com seus deveres e obrigações.

Para as religiosas dominicanas do Colégio Sant'Anna, a avaliação era o momento em que elas também se sentiam avaliadas, pois se as educandas soubessem responder ao que lhes fosse perguntado, é porque as mestras haviam cumprido sua missão. Sobre isso, vale ressaltar que:

A avaliação é realizada predominantemente visando a exatidão da reprodução do conteúdo comunicado em sala de aula. Mede-se, portanto, pela quantidade e exatidão de informações que se consegue reproduzir. Daí a consideração de provas, exames, chamadas orais, exercícios, etc., que evidenciam a exatidão da reprodução da informação. O exame passa a ter um fim em si mesmo e o ritual é mantido. As notas obtidas funcionam, na sociedade, como níveis de aquisição de patrimônio cultural. (MIZUKAMI, 1986, p. 17)

Com o intuito de ilustrar apresentaremos na Figura 36, uma avaliação de História do Brasil que por meio dela podemos constatar que realmente a “memorização” dos conteúdos fazia parte da metodologia de ensino das Irmãs Dominicanas do Colégio Sant'Anna.

Figura 36 - Avaliação de História do Brasil aplicada no ano de 1958

9,5
M.O.

1ª Prova Parcial de História do Brasil
Educaçãoária Santana
Goiás, 16 de junho de 1958
Ceresinha de Camargo Ferreira
Questões

I Diga:

a) Quem descobriu o Cabo da Boa Esperança foi Bartolomeu Dias.
E quem descobriu o caminho para as Índias foi Vasco da Gama.

b) O Brasil foi descoberto por Pedro Álvares Cabral no dia 22 de abril de 1500. A América foi descoberta por Cristovão Colombo em 12 outubro de 1492.

c) A 1ª missa no Brasil foi celebrada no dia 26 de abril de 1500 num ilhéu, ~~da~~ Coroa Vermelha por Frei Henrique Soares da cidade de Coimbra. A 2ª missa no Brasil foi celebrada em terra firme no dia 1º de maio de 1500 ainda por Frei Henrique Soares.

d) Casas são as casas dos índios feitas de pau e barro.
Pagé era o feiticeiro dos índios ele era corandeiros e tirava a alma daquêl que o ofendia.

II a) A 1ª capital do Brasil foi Salvador; e o Bispo foi D. Pero Fernandes Sardinha.

b) A cidade do Rio de Janeiro foi fundada por Estácio de Sá.
E a vila de São Vicente foi fundada por Martim Afonso de Sousa.

c) Araribáia foi o índio que ajudou Mem de Sá e Estácio de Sá a expulsar os franceses. Ele era chefe da tribo dos Timiminós no Espírito Santo.

III A 4ª Expedição que veio ao Brasil era comandada por Martim Afonso de Sousa ele tinha a finalidade de explorar o rio da Prata e guardar a costa. III colonizar o Brasil ele fundou São Vicente ele veio em 1530 e fundou uma vila nas Planícies de Tangubatinga.

Fonte: Acervo Circe Camargo (Goiás - GO)

Assim, observa-se, nessa avaliação, que os conteúdos trabalhados deveriam ser bem memorizados pelas alunas, e isso deveria ser repetido por meio das notas obtidas nos exames. Cabe ainda destacar que era cobrado todo o conteúdo trabalhado em sala de aula e que as provas escritas aconteciam mensalmente.

Cabe destacar que se a aluna obtivesse, no terceiro bimestre, uma média igual ou superior a sete não precisava fazer as provas finais. Portanto, o sistema de avaliação, desenvolvido pelo Colégio Sant'Anna, visava verificar o desempenho global de todo o processo desencadeado e desenvolvido durante o ano letivo pela comunidade educativa.

Nesse sentido, compreendemos que as missionárias católicas buscaram além de melhores conhecimentos pedagógicos, as proposições didáticas e metodológicas para o ensino ofertado manter estes princípios atrelados ao projeto maior, reformador, voltado para a moralização e civilização da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca pelo desvendamento dos processos internos de uma instituição escolar é de suma importância para compreendermos que a escola nunca é um recorte deslocado de sua realidade social, política e cultural, econômica e educacional. Na esteira de reflexões de Souza e Ribeiro (2009), o olhar no interior do estabelecimento de ensino é que irá revelar sua identidade própria, e que as experiências vivenciadas nos e por essas instituições sempre serão permeadas pelas determinações externas a elas.

No desenvolvimento desta pesquisa, procuramos destacar como se deu o processo de fundação e consolidação do Colégio Sant'Anna e de seu ensino primário. O recorte temporal, delimitado, 1940 – 1960, possibilitou a análise de como se deu a educação primária feminina neste contexto. Assim, percebemos a forte influência da Igreja Católica na sociedade goiana bem como em todo contexto brasileiro da época.

Para tanto, visou-se responder os seguintes questionamentos, apresentados na introdução: quais foram os marcos históricos da Congregação das Irmãs Dominicanas de Monteils em terras brasileiras, bem como em goianas? Qual a atuação dessas religiosas junto à infância enquanto ferramenta de consolidação do catolicismo nesse recanto do país, como também suas práticas pedagógicas? O que a instituição escolar representou para a Cidade de Goiás, bem como para o Estado de Goiás?

Sendo assim, ao procurar respostas a esses questionamentos, constatamos que as congregações religiosas começaram a se espalhar pelo mundo, a partir do movimento ultramontano, uma consequência do liberalismo, que foi o grande responsável por desordenar a velha ordem social, econômica e religiosa. Entretanto, muito além de um milagre, a vinda das congregações religiosas para o Brasil, bem como para o Estado de Goiás, foi resultado de uma política patrocinada pela Igreja com o objetivo de multiplicar os seus arautos, fundando várias instituições religiosas que passaram a atuar no campo educacional, criando inúmeros colégios confessionais católicos destinados à educação da juventude feminina e também masculina.

A chegada das religiosas dominicanas na Cidade de Goiás culminou com a abertura do Colégio Sant'Anna em 1889 o qual oferecia à juventude feminina uma educação particular. Isso era uma das grandes expectativas das famílias mais tradicionais da cidade, bem como do Estado

de Goiás, que desejavam um Colégio capaz de transmitir as suas educandas valores católicos já impregnados na sociedade goiana.

Nesse sentido, o Colégio Sant'Anna tinha uma política voltada para a ideia de que as instituições confessionais não apenas tinham como objetivo a transmissão dos conteúdos das disciplinas obrigatórias, mas uma educação dentro dos valores cristãos de castidade, recato, prudência e disciplina. Estes eram um dos grandes atrativos deste estabelecimento. Como também os valores morais para que as educandas se tornassem jovens polidas, capazes de transmitirem no seio familiar os ensinamentos católicos, bem como serem boas esposas e mães.

Por se tratar de uma escola confessional, a religiosidade e a moral eram concebidas como o aspecto mais importante da vida estudantil; porém, os cuidados com os conhecimentos eram grandes, afinal era também necessária a formação de jovens cultas.

No decorrer desta pesquisa, percebemos que, além de uma educação sexista, houve também educação classista, uma vez que a maioria das educandas do Colégio Sant'Anna provinham de famílias que pertenciam a uma classe econômica privilegiada.

É mister destacar que, ao tentar construir a história dessa instituição escolar, constatamos a importância no que diz respeito a vida de seus atores, sua arquitetura, as disciplinas que ali foram oferecidas, as práticas pedagógicas, os procedimentos pedagógicos adotados. Por essa vertente, foi desafiador poder voltar ao tempo e procurar resgatar parte da história de um dos mais importantes estabelecimentos de ensino da Cidade de Goiás e região.

No que diz respeito às práticas pedagógicas, disciplinares e religiosas, cabe acrescentar que essas foram apresentadas separadamente neste trabalho apenas por questões didáticas, pois todas se entrelaçam para melhor organizar e direcionar o cotidiano escolar.

Fato interessante e que mais nos chamou atenção foi referente à grande importância atribuída à função docente das professoras dominicanas, pois além de se responsabilizarem pela formação e pelo controle disciplinar de suas alunas, elas tinham como função incutir nas educandas a religiosidade, conforme os preceitos cristãos vigentes na época, pois o modelo “ideal de mulher” foi cuidadosamente disseminado nas práticas cotidianas, nos costumes e nos modos de agir daquelas pessoas que ali conviviam.

Constatamos ainda que os rigores disciplinares, os conteúdos curriculares intencionalmente organizados, o ritual dos exames, por fim, todos esses atos contribuíram para a formação da juventude feminina que frequentou o Colégio Sant'Anna, isto é, essas moças eram

preparadas para exercer suas funções de boa esposa e mãe exemplar dentro de seus lares, ou se tornar uma religiosa.

Ao finalizarmos este estudo, compreendemos o papel atribuído ao ensino católico na cidade, bem como a contribuição e influência da Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils na formação escolar e intelectual da juventude feminina vilaboense.

Cabe ressaltar que muitas reflexões ainda precisam ser feitas em relação ao objeto pesquisado, principalmente porque a história do ensino primário do Colégio Sant'Anna não foi uma história mágica, em que as Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils chegaram, por acaso, na Cidade de Goiás com o intuito de distribuir bondades, generosidades e oferecer educação à juventude feminina.

Dessa ótica, é necessário atentar para o fato de que a partir das reflexões e apreciações, demonstradas neste estudo, podemos contribuir para a compreensão do ensino confessional católico da Cidade de Goiás e do Estado, bem como um melhor entendimento das práticas educativas regionais. É fato que as investigações acerca deste estabelecimento de ensino não encerram neste trabalho, já que outras faces ainda estão para serem desvendadas. Nessa via, verificamos que procurar desvelá-las consiste em outro caminho a ser trilhado.

REFERÊNCIAS

LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVROS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulheres na Educação: missão, vocação e destino?** In: SAVIANI, Dermeval. **O Legado educacional do Século XX no Brasil**. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

ARAÚJO, José Carlos Souza; INÁCIO FILHO, Geraldo. Inventário e interpretação sobre a produção histórico-educacional na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: da sementeira à colheita. In: GATTI JÚNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs.). **História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas/SP: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2005.

_____. **Igreja Católica no Brasil: um estudo da mentalidade ideológica**. São Paulo: Paulinas, 1986.

AZZI, Riolando. **O estado leigo e o projeto ultramontano**. v. 4. São Paulo: Paulus, 1994. (História do Pensamento Católico).

_____. **A vida religiosa no Brasil: enfoques históricos** / Riolando Azzi, organizador (da coletânea). – São Paulo: Ed. Paulinas, 1983.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

BARRA, Valdeniza Maria Lopes da. **Estudos de história da educação em Goiás (1830-1930)**/ Valdeniza Maria Lopes da Barra, (Org.). Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011.

BRASIL. **Constituição de 1942**. Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7%C3%A3o34.htm532699-publicacaooriginal-15017-pl.html >. Acesso em: 12 set. 2013.

BORGES, Maria Antonieta et al. **Dominicana: Cem anos de missão no Brasil**. Uberaba: Fundação Cultural de Uberaba, 1986.

BRETAS, Genesco F. **História da instrução pública em Goiás**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.

BRITO, Célia Coutinho Seixo de. **A Mulher, a História e Goiás**. 2ª ed. Goiânia: UNIGRAF, 1982.

BRZEZINSKI, Iria. **Escola Normal de Goiás: Nascimento, apogeu, ocaso, (re)nascimento.** In: ARAÚJO, José Carlos; FREITAS, Ana Maria Gonçalves Bueno; LOPES, Antônio de Pádua. *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República.* Campinas: Alínea, 2008. p. 279 – 298.

_____. **A formação do professor para o início da escolarização.** Goiânia: UCG, 1987.

BUFFA, Ester. NOSELLA, Paolo. **As pesquisas sobre instituições escolares: balanço crítico,** In: *Navegando na História da Educação Brasileira.* Campinas, SP: HISTEDBR, 2005.

_____. Ester e NOSELLA, Paolo. **Scholla Mater: A Antiga Escola Norma (1911-1933).** São Carlos: EDUFSCar, 1996.

CAMPOS, Raquel Discini de. **No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não-pedagógica como fonte para a escrita da História da Educação.** *Rev. bras. hist. Educ., Campinas-SP, v. 12, n.1 (28), p. 45-70, jan./abr.2012.*

CANESIN, Maria Tereza; LOUREIRO, Walderez Nunes. **A Escola Normal em Goiás.** Goiânia: Editora da UFG, 1994.

CARVALHO, Carlo Henrique; GONÇALVES NETO, Wenceslau. (Org.). *Estado, Igreja e Educação: o mundo ibero-americano nos séculos XIX e XX.* Campinas: São Paulo: Alínea, 2010.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Por uma história cultural dos saberes pedagógicos.* In: SOUSA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denice Barbara (Orgs.). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente.** São Paulo: Escrituras, 1998, p.31-40.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer.** 11.ed. Tradução de Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **A escrita da história.** Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação.** *Estudos Avançados, vol. 5, nº11.* 1991.

_____. **A história cultural; entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, 1990.

CHERVEL, André. *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa.* In: **Revista Teoria & Educação.** Porto Alegre-Rs, n. 2, p. 177-229, 1990.

CORA CORALINA. **Poemas dos becos de Goiás e estórias mais.** Goiânia: Ed. UFG, 1977.

COSTA, Marcelo Alves da. *O Colégio São José e a ação dos estigmatinos em Ituiutaba.* In: SOUZA, Sauloéber Társio de e RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza (Orgs.). **Do público ao privado, do confessional ao laico: a história das instituições escolares na Ituiutaba do século XX.** Uberlândia: EDUFU, 2009.

DALLABRIDA, Norberto. Das escolas paroquiais às PUCs: República, recatificação e escolarização. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**, vol. III: século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

ELIAS, NOBERT. **O Processo Civilizador**: Uma História dos Costumes. Trad. Ruy Jungmann. 2a. ed.. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FARIA, Rosicléia Aparecida Lopes de. Formação do cidadão republicano: A implantação da escola pública em Patos de Minas (MG) – Grupo Escolar Marcolino de Barros (1913-1928). In: ARAÚJO, José Carlos Souza; RIBEIRO, Betânia de O. Laterza; SOUZA, Sauloéber Társio de (Org.) **Grupos Escolares na modernidade mineira**: Triângulo e Alto Paranaíba. Campinas, SP: Alínea, 2012.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cytia Greive (orgs). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____. **Dos pardieiros aos palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000.

FIGUEIREDO, K., C., e GOMES, M. de C. Colégio Sagrado Coração de Jesus: A presença da formação religiosa na educação feminina. **Educação em Revista**. UFMG, Belo Horizonte; n. 17, jun/1993, p. 38-46.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura**: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Tradução de Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir** – Nascimento na prisão. 23 ed. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Metrofísica do Poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. **Vigiar e Punir**: História da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes Ltda, 1977.

FRAGO, Viñao. Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, n. 0, p. 63-82, set/dez. 1995.

FREITAS, Sônia Maria de., Paul. **História Oral**: possibilidades e procedimentos. São Paulo: Humanitas. USP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

GATTI JR, Décio e PESSANHA, Eurize Caldas. **História da educação, instituições e cultura escolar**: conceitos, categorias e materiais históricos. Uberlândia: EDUFU, 2005.

GUIMARÃES, Áurea Maria. **Vigilância, punição e depredação escolar**. Campinas: Papirus, 2003.

HUFTON, Olwen. Mulheres, trabalho e família. In: DUBY, George e PERROT, Michele (orgs.). **História das mulheres: do Renascimento à Idade Moderna**. Porto: Afrontamento, 1991. p.34

JULIA, Dominique. “A cultura escolar como objeto histórico”. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, n. 1, pp. 10-11, 2001.

KOSSOY, Boris. **Realidade e ficções na trama fotográfica**. 2 ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2000.

LAGE, Ana Cristina Pereira. Práticas educativas das Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo em Mariana, no século XIX. In: HAMDAN, Juliana Cesário; FONSECA, Marcus Vinícius e CARVALHO, Rosana Areal de. (Orgs.). **Entre o Seminário e o Grupo Escolar: a história da educação em Mariana (XVIII-XIX)**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

LAJEUNIE, Etienne-M. **A priora de Bor: História de uma Fundação Dominicana segundo depoimentos inéditos, 1833-1878**. Trad. Noviciado de Uberaba- Província de São Paulo./ Etienne-M. Lajeunie – São Paulo: Congregação das Dominicanas de Monteils, 1993.

LARANÃ, Ildefonso Camacho. **Doutrina social da Igreja: abordagem histórica**. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 2003.

_____. Documento/monumento. In: **Memória e História**. Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984. p. 95-106.

LLECH, Frei Germano. Dominicanos em Goiás. **REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS..** (s. 1: s. n.).

LEONARDI, Paula. **Além dos espelhos: memórias, imagens e trabalhos de duas Congregações Católicas**. São Paulo: Paulinas, 2010.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **[o que você precisa saber sobre...]** **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. São Paulo: Cortez, 1995.

LUSTOSA, Alexandre. A Ordem dominicana no Brasil. In: **Dominicanos DCCL**. São Paulo: Duas Cidades, 1996. p. 135-136.

_____. Os Dominicanos e a Igreja no Brasil. Cem anos de presença. In: **Os Dominicanos**. São Paulo: Província: São Tomás, 1981, p. 149-150.

LUSTOSA, Oscar Figueiredo. **A presença da Igreja no Brasil**. São Paulo: Ed. Giro, 1997.

MAGALHÃES, Justino. **Tecendo Nexos: História das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

_____. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: SOUSA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denise Bárbara (orgs.). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras, 1998.

MANOEL, Ivan A. **Os colégios das “freiras francesas”**: um exemplo das relações entre Igreja Católica e Estado no Brasil (1859-1919). In: CARVALHO, Carlos Henrique; GONÇALVES NETOR, Wenceslau. (Orgs.). **Estado, Igreja e Educação: o mundo ibero-americano nos séculos XIX e XX**. Campinas: São Paulo: Alínea, 2010.

_____. **O pêndulo da história: tempo e eternidade no pensamento católico (1800 – 1960)**. Maringá: Eduem, 2004.

_____. **Igreja e Educação Feminina (1859 – 1919): uma face do conservadorismo**. São Paulo: UNESP. 1996.

MENEZES, Irmã Áurea Cordeiro. **O Colégio Santa Clara e sua Influência Educacional em Goiás**. Goiânia: UNIGRAF, 1981.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blank. Os arquivos e fontes como conhecimento da história das instituições escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (orgs.). **Instituições escolares no Brasil. Conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 3 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1994.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino: As abordagens do Processo**. São Paulo: EPU, 1986.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. **Reminiscências (Goiás de Antanho) 1907 – 1911**. Goiânia: Oriente, 1974.

MONTESSORI, Maria. **A criança**. Portugal: Portugália, 1952.

MOREIRA, Antônio Flávio e SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, cultura e sociedade**. 2ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MOURA, Laércio Dias de. **A educação católica no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2000.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. **Um toque de gênero: história e educação em Minas Gerais (1835-1892)**. Brasília: UnB; FINATEC, 2003.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **Instituições Escolares no Brasil: o conceito e reconstrução histórica.** [et al.]. – Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. – (Coleção memória da educação).

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. In: GONDRA, José Gonçalves (org). **Pesquisa em história da educação no Brasil.** Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

PALACÍN, Luis Gomes. **História de Goiás em Documentos: I.** Colônia/Luis Palacín Gomes, Leonias Franco Garcia, Janaína Amado – 1. Reimp. – Goiânia: Editora da UFG, 2001.

PAPA, Irmã Marilda Del. **Dominicanas de Monteils:** Província Nossa Senhora do Rosário, Jubileu de Prata, 1970-1995, 1995.

PEREIRA DE SOUZA, Cynthia. A criança-aluno transformada em números (1890-1960). In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil.** Vol. III – Século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

PEREIRA, Miguel Baptista. **Modernidade e tempo:** para uma leitura do discurso moderno. Coimbra: Livraria Minerva, 1990.

PETITAT, André. **Produção da Escola/Produção da Sociedade.** Trad. Eunice Gruman. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **Os excluídos da história:** operários, mulheres, prisioneiros. Trad. Denise Bottmann. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____. **Mulheres públicas.** Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: UNESP, 2005.

PIAGEM, Pedro Pereira; SOUSA, Cícero José de. **Dom Alano:** o missionário do Tocantins. Goiânia: Ed. Dos Autores, 2000.

RIBEIRO, Benvinda Barros Dourado; MUTA, Ana Pereira Negry; SILVA, Edwardes Barbosa. **Memórias de Professores Portuenses (1940-1980).** Porto Nacional: Pote, 2007.

PINTO, Rubia-Mar Nunes. **Entre o silêncio e o esquecimento:** A questão das fontes e dos métodos na história da Educação em Goiás. Revista Roteiro, p. 127-152, 2013. Edição Especial. SANFELICE, José Luís. História das instituições escolares. In: **Novos temas em História da Educação Brasileira.** In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JR., Décio (Org.). **Novos temas em História da Educação Brasileira:** instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, EDUFU, 2007.

_____. História das instituições escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (org.). **Instituições escolares no Brasil. Conceito e reconstrução histórica.** Campinas: Autores Associados, 2007.

SILVA, Nancy Ribeiro de Araújo e. **Tradição e renovação educacional em Goiás**. Goiânia: Oriente, 1975.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX (ensino primário e secundário)**. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, Sauloerber Társo d. e RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza (Orgs.). **Do público ao privado, do confessional ao laico: a história das instituições escolares na Ituiutaba do século XX**. Uberlândia: EDUFU, 2009.

SOUZA, Rosa Fátima de., VALDEMARIN, Vera Teresa. (Orgs.). **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa**. – Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

TELES, José Mendonça. **Fronteira**. Goiânia: Oriente, 1977.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Clotides e ou Marias: mulheres de Curitiba na primeira república**. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.

VALDEZ, Diane; BARRA, Valdeniza Maria Lopes da. **Produções em história da educação em Goiás**. In: SÁ, Elizabeth Figueiredo; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira (Orgs.). **Fontes, pesquisa e escrita da educação no Centro-Oeste**. Cuiabá: UFMT, 2012.

VALLE, Irmã Maria Lucília Pereira. **Colégio Sant'Ana - 100 Anos de Missão em Goiás**. Goiânia: UCG, 1989.

VAZ, Ronaldo Ferreira. **Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade (1891-1955)**. Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás – Goiânia, 1997.

VIDAL, Diana Gonçalves., SCHWARTZ, Cleonara Maria. **História das culturas escolares no Brasil**. – Vitória: EDUFES, 2010.

VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

WERNET, Augustin. **A Igreja Paulista no século XIX: A Reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861)**. São Paulo: Ática, 1987.

DISSERTAÇÕES E TESES

ALVES, Miriam Fábila. Política e escolarização em Goiás: Morrinhos na Primeira República. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

ABREU, Sandra Elaine Aires de. **A instrução primária na Província de Goiás no século XIX.** Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: 2006.

CARVALHO, Divina Célia Ferreira de. **O Colégio Sant’Ana e a formação da mulher vilaboense (1889-1970).** Monografia. Cidade de Goiás: Universidade Estadual de Goiás, 2001.

CERINO, Maria Helena. **A organização do trabalho pedagógico e as funções sociais exercidas pelo Colégio Imaculada Conceição – Município de Luzerna/SC – 1937 a 1957.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, 2010.

CHORNOBAI, Gisele Quadros Ladeira. **Igreja Católica, educação feminina e cultura escolar em Ponta Grossa(Paraná):** A escola normal de Sant’Ana (1947-1960). Dissertação de Mestrado da Universidade Federal do Paraná, 2002.

COELHO, Tatiana Costa. A reforma católica em Mariana e o discurso ultramontano de Dom Viçoso (1844 – 1875). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.

CUNHA, Maria Iza Gerth da. **Educação Feminina numa Instituição Total Confessional Católica. Colégio Nossa Senhora do Patrocínio.** Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1999. p.100.

DOURADO, Benvinda Barros. **Educação no Tocantins:** Ginásio Estadual de Porto Nacional. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

GONÇALVES, Ana Maria. **Educação secundária feminina em Goiás:** intramuros de uma escola católica (Colégio Sant’Anna – 1915/1937). Araraquara. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, 2004.

GUIDO, Maria Christina. **A mulher civiliza-se!** Educação feminina e francesa no Brasil Republicano: O Colégio Sace-Coeur de Jesus. Rio de Janeiro. (Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica), 1992.

MELO. Geovana Ferreira. **Por trás dos muros escolares:** Luzes e Sombras na Educação Feminina (Colégio N. SRA. Das Dores – Uberaba 1940/1966). Uberlândia. (Dissertação de Mestrado, UFU), 2002.

PACHECO, Simone Beatriz Neves. **O Colégio São José: Gênese e funcionamento da escola dos estigmatinos em Ituiutaba – MG (1940-1971).** (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia), 2012.

PINTO, Rubia-Mar Nunes. **Goiânia, no ‘Coração do Brasil’ (1937-1945): a cidade e a escola reinventando a nação.** 364 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

RESENDE, Melina Brasil Silva. **O curso normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus.** Araguari. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2006.

SANTOS, Edivaldo Antônio dos. **Os Dominicanos em Goiás e Tocantins (1881 – 1930): Fundação e Consolidação da Missão Dominicana no Brasil.** (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1996.

SILVA, Maria Aparecida Alves. **Gênese e desenvolvimento do Grupo Escolar César Bastos no cenário educacional de Rio Verde/GO (1947-1961).** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2013.

SOUSA, Vera Lucia Puga de. **Entre o bem e o mal (Educação e Sexualidade nos anos 60 – Triângulo Mineiro).** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

SOUZA, Marilza Aparecida Alberto Assis. **O Grupo Escolar Minas Gerais e a educação pública primária em Uberaba (MG) entre 1927 e 1962.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

Colégio Sant’Anna

CSA. **Ata relativa as matrículas.** Cidade de Goiás, 1940-1960.

_____. **Ata relativa aos exames finais.** Cidade de Goiás, 1940-1960.

_____. **Ata relativa as frequências.** Cidade de Goiás, 1940-1960.

_____. **Histórico do Colégio: Dominicanas – Cem anos de missão no Brasil.** Cidade de Goiás, 1985.

_____. **Ofício n° 134: Requerimento de verbas.** Cidade de Goiás, 1941.

_____. **Ofício n° 127:** Solicitação de ligação e fornecimento de água. Cidade de Goiás, 1949.

_____. **Ofício n° 445:** Referente ao número de Matrículas de alunas estrangeiras no Colégio Sant'Anna. Cidade de Goiás, 1944.

_____. **Regulamento interno.** Cidade de Goiás, 1943.

Colégio Nossa Senhora das Dores (Uberaba – MG)

MINAS GERAIS. **Almanach Uberabense:** Colégio Nossa Senhora das Dores, 1903-1911. Ano II. Uberaba, 1903-1911,

_____. Pró-Memória: Boletim Informativo da Província São Tomás de Aquino do Brasil. ano III , n. 30, Junho de 1992, p. 123-124. Uberaba, 1992.

_____. Constituições de 1942, 12. Uberaba, 1942.

_____. 692 do Costumário de 1946. Uberaba, 1946.

Arquivo Público do Estado de Goiás

GOIÁS. **Goiás:** Limiar de um novo mundo. Goiânia: [s.n], 1958.

_____. **Lei Orgânica do Ensino Primário do Estado de Goiaz.** Revista de Educação e Saúde, Goiânia, ano XIV, n. 29-30, p. 106-108, Ago/Set, 1946.

_____. **Mensagem dirigida pelo Secretário de Instrução, Indústrias, Terras e Obras Públicas à Assembléia Legistaltiva de Goyaz, 1904.** Goiânia: Diário Oficial do Estado de Goyaz, 1904.

_____. **Mensagem dirigida pelo Secretário de Instrução, Indústrias, Terras e Obras Públicas à Assembléia Legistaltiva de Goyaz em 21/04/1905.** Goiânia: Diário Oficial do Estado de Goyaz, 1905.

_____. **Mensagem enviada ao Congresso na abertura da 3ª. Sessão da 5ª. Legislatura pelo Presidente do Estado Miguel da Rocha Lima no ano de 1908.** Goiânia: Semanário Oficial do Estado de Goyaz, 1908.

_____. **Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Desembargador João Alves de Castro na 2ª sessão da 8ª legislatura em 13 de maio de 1918.** Goiânia: Diário Oficial do Estado de Goyaz, 1918.

_____. **Mensagem apresentado ao Exmo. Senhor Dr. Getúlio Vargas DD. Chefe do Governo Provisório e ao povo goiano pelo Dr. Pedro Ludovico Teixeira. Interventor Federal no Estado de Goiaz, 1945.** Goiânia: Diário Oficial do Estado de Goiaz, 1945,

_____. **Mensagem dirigida pelo Governador do Estado Jerônimo Coimbra Bueno à Assembleia Legislativa de Goiás em sua 1ª sessão ordinária no ano de 1950.** Goiânia: Diário Oficial do Estado de Goiaz, 1950.

_____. **Mensagem dirigida pelo Governador do Estado José Feliciano Ferreira à Assembleia Legislativa no ano de 1960.** Goiânia: Diário Oficial do Estado de Goyaz, 1960.

_____. **Regulamento do Ensino Primário do Estado de Goiaz.** Goiânia: Diário Oficial do Estado de Goiaz, 1949b.

Fundação Educacional da Cidade de Goiás – Casa Frei Simão Dorvi

BELKISS, S. Carneiro de Mendonça, O Popular, 12/12/1996)

GOIÁS. BOLETIM INTERPROVINCIAL, nº 15, 1985, p. 04.

_____. CARTA CIRCULAR, 1960.

_____. Jornal CORREIO OFICIAL, n. 301, 18/07/1907, p. 8.
CORREIO OFICIAL, p. 10, 1919

_____. Jornal ESTADO DE GOYAZ, n.10, 1891.

_____. Jornal JUBILEU. Histórico de Goiás, 1985.

_____. Jornal O LIDADOR: Regulamento interno do Colégio Sant'Anna, 1943, p.7.

Instituto de Pesquisas Históricas do Brasil Central

GOIÁS. **Carta Pastoral:** Carta manuscrita pelo Presidente da junta administrativa do Hospital de Caridade São Pedro. 1913.

_____. **Carta Pastoral:** Bispo de Sant'Anna de Goyaz. 1887.

_____. **Revista da Educação:** n. 25-26, ano XII. Goiânia, abril e maio de 1946.

_____. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás:** ano 4, nº 5. Goiânia, outubro de 1976.

FONTES ORAIS

BASTOS, Olímpia de Azeredo. **Entrevista Concedida a mestranda Kênia Guimarães Furquim Camargo.** Cidade de Goiás, 17 de janeiro de 2013.

BASTOS, Lúcia Vera de Azeredo. **Entrevista Concedida a mestranda Kênia Guimarães Furquim Camargo.** Cidade de Goiás, 17 de janeiro de 2013.

BASTOS, Vânia Lúcia de Azeredo. **Entrevista Concedida a mestranda Kênia Guimarães Furquim Camargo.** Cidade de Goiás, 18 de janeiro de 2013.

JARDIM, Eurivânia da Veiga. **Entrevista Concedida a mestranda Kênia Guimarães Furquim Camargo.** Cidade de Goiás, 20 de agosto de 2013.

JARDIM, Ritinha da Veiga. **Entrevista Concedida a mestranda Kênia Guimarães Furquim Camargo.** Cidade de Goiás, 15 de janeiro de 2013.

JARDIM, Terezinha da Veiga. **Entrevista Concedida a mestranda Kênia Guimarães Furquim Camargo.** Cidade de Goiás, 16 de janeiro de 2013.

OLIVEIRA, Irmã Vera Lúcia. **Entrevista Concedida a mestranda Kênia Guimarães Furquim Camargo.** Cidade de Goiás, 19 de agosto de 2013.

SILVA, Circe de Camargo Ferreira. **Entrevista Concedida a mestranda Kênia Guimarães Furquim Camargo.** Cidade de Goiás, 21 de agosto de 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A**ROTEIRO DE ENTREVISTAS**

01- INFÂNCIA (família, local, brincadeiras, valores familiares e religiosos etc)

02- ESCOLARIZAÇÃO (os primeiros anos, alfabetização, impressões, dificuldades, pagamento etc.)

03- O COTIDIANO ESCOLAR (práticas das professoras, orações, materiais didáticos, métodos, festas, desfiles, salas para aulas práticas, educação física, francês, trabalhos manuais, uniforme etc)

04 – IMPRESSÕES E CONVIVÊNCIA COM AS FREIRAS (costumes, práticas etc)

APÊNDICE B**Autorização para uso de imagem, áudio e dados pessoais e biográficos**

Autorizo a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), a utilização, a divulgação e a reprodução de imagens, áudio e dados pessoais e biográficos por mim relatados, incluindo todo e qualquer material gravado, objetos e documentos por mim apresentados, para a realização e a divulgação de pesquisas em andamento e futuras que houverem relacionadas à história da Educação Infantil em Paranaíba/MS.

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), poderá, a qualquer momento, utilizar, divulgar e reproduzir as informações citadas em mídia impressa (livros, catálogos, jornais, revistas, entre outros); mídia eletrônica (internet); e demais meios de comunicação (TV, cinema e rádio); bem como em banco de dados informatizados, relatórios institucionais e eventos de divulgação acadêmicos e científicos.

Nome: _____

RG: _____

CPF: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Telefone: _____

_____ de _____ de 2013.